

Relatório do Credenciamento de Novos Docentes do PGH-UFRPE (2025)

Este documento tem como objetivo relatar e descrever o processo de Credenciamento de novos docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco no ano de 2025, realizado pela Comissão de Credenciamento/Recredenciamento Docente (CCR), por meio da portaria 01/2025 -PGH UFRPE, de 13/06/2025, em acordo com o Edital 03/2025 do PGH-FRPE e regimentos superiores.

Os candidatos deveriam enviar, na forma de um processo endereçado ao programa, os seguintes documentos o ofício (ANEXO I); o formulário para o credenciamento (ANEXO II); a proposta de disciplina (ANEXO III); o projeto de pesquisa (ANEXO IV); o Currículo Lattes, com documentação comprobatória dos últimos 4 anos em um único arquivo de pdf. O período para o envio se deu entre 19 de setembro a 03 de outubro de 2025. Todos os candidatos enviaram a documentação adequada e foram homologados. Houve, porém, um candidato, **Lucas Victor Silva**, que se inscreveu depois da data limite, mas a comissão, junto à coordenação do programa, optou por aceitar e homologar a candidatura, que se endereçava à Linha 1.

Com as candidaturas homologadas, a CCR, em reunião remota, iniciou a análise dos formulários e documentos fornecidos pelos docentes. A análise individual de cada docente foi registrada nas fichas de avaliação (anexo V do Edital). A partir dessa análise produziu-se a tabela abaixo:

Candidatos	Total de pontos	Produção técnica	Orientações	Disciplina	Projeto de pesquisa	Linha	Resultado
Aurélio de Moura Britto	598	OK	OK	OK	OK	2	Indicado
Israel Ozanam de Sousa Cunha	166	OK	OK	OK	OK	1	Indicado*
Maria Rita Ivo de Melo Machado	508	OK	OK	OK	OK	5	Indicado
Williams Andrade de Souza	592	OK	OK	OK	OK	2	Indicado
Lucas Victor Silva	588	OK	OK	OK	OK	1	Indicado

* Israel Ozanam de Sousa Cunha: 1 artigo em revista sem qualis (2025)+ artigo A1 publicado (2022) + 2 artigos A1 aceitos para publicação (2025) + 1 capítulo em livro com conselho editorial (2022) – 166 pontos em 2021-2024/ 200+ pontos já em 2025

A partir dos dados coletados na tabela acima, vê-se que dos 5 candidatos 4 cumpriram os requisitos mínimos de produção e atuação entre os anos 2021 e 2024. Há um único caso em que a pontuação em publicações fica abaixo desse mínimo: Israel Ozanam de Sousa Cunha, também candidato à Linha 1.

Considerando que, o perfil do docente é de interesse para a área de concentração e as linhas do PGH, considerando que, embora sua pontuação no quadriênio anterior tenha sido insuficiente, 166 pontos no período 2021-2024, ele já apresente no ano de 2025 200 pontos em dois artigos A1, quase que o total exigido para todo o quadriênio, e, por fim, também considerando que não há outro candidato inscrito que possa se sentir prejudicado por esta decisão, a CCR também optou por fazer a indicação do candidato.

Tendo feito as considerações acima, a CCR:

Indica para Credenciamento:

Aurélio de Moura Britto

Williams Andrade de Souza

Lucas Victor Silva

Maria Rita Ivo de Melo Machado

Israel Ozanam de Sousa Cunha

Comissão de Credenciamento/Recredenciamento Docente PGH-UFRPE

Recife, 23 de outubro de 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL Nº 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

ANEXO V
FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Aurélio de Moura Britto
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: Cultura e Relações de Poder
3. Projeto a ser cadastrado: Pelo prisma da prisão: conjuntura política e a mobilização dos presos comuns na Casa Detenção do Recife (1930-1945)
4. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: N/A

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. **O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).**

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 598

O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres, relatórios e outros?

Sim (X)

Não ()

2. **Número de orientações do(a) docente em nível de Iniciação Científica, TCC ou equivalente:**

Em andamento: 0

Concluídas: 54

Comentários:

450/798/598 (2025-2022/2025-2021/2024-2021)

2025: A1 +A1

2024: A3 (Crítica histórica) = 80

2023: A2 (História e ciências sociais) = 90

2022: A3 (debates e Tendências) = 80

2021: A2 (História Revista)+ B1 (saeculum)+3 capítulos de livros = 90+60+(3x66) = 348

Total = 598

450/798/



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL Nº 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

ANEXO V
FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: ISRAEL OZANAM DE SOUSA CUNHA
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: Linha 1 Cultura, Patrimônio e Memória
3. Projeto a ser cadastrado: TEORIA E PRÁTICA DO “PÓS-NARRATIVISMO”: FATO E FICÇÃO NO NOTICIÁRIO DA IMPRENSA RECIFENSE (1889-1920)
4. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: N/A

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. **O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).**

Sim ()

Não (x)

Total de pontos: 166 (2021-2024)/ 200 (2025)

2. **O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres, relatórios e outros?**

Sim (X)

Não ()

3. **Número de orientações do(a) docente em nível de Iniciação Científica, TCC ou equivalente:**

Em andamento: 0

Concluídas: 6

Comentários:

2025: Dois artigos A1 aceitos – 200 pontos porém fora do quadriênio 2020-2024

2025: 1 artigo sem qualis publicado – 0 pontos

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife/PE - Brasil.

Fone: (81) 3320-6461

E-mail: secretaria.pgh@ufrpe.br/coordenacao.pgh@ufrpe.br

<http://www.pgh.ufrpe.br/>

2022: 1 artigo A1 publicado – 100 pontos

2021: 1 capítulo de livro publicado com ISBN e com conselho editorial – 66 pontos

Sem considerar 2025, Israel tem 166 pontos.

Considerando 2025, Israel tem 366 pontos.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL N° 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

ANEXO V
FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: LUCAS VICTOR SILVA
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: Linha 1 Cultura, Patrimônio e Memória
3. Projeto a ser cadastrado: Ariano Suassuna: a trajetória docente, artística, política e intelectual de um polímata
4. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: Mestrado Profissional em Ensino de História

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. **O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).**

Sim (x)

Não ()

Total de pontos: 588

2. **O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres, relatórios e outros?**

Sim (X)

Não ()

3. **Número de orientações do(a) docente em nível de Iniciação Científica, TCC ou equivalente:**

Em andamento: 2

Concluídas: 44

Comentários:

2024: 1 capítulo publicado (66 pontos)

2023: 1 capítulo publicado (66 pontos)

2023: 1 capítulo publicado (66 pontos)

2023: 1 livro (Literatura, música e sociedade) organizado publicado (66 pontos)

2023: 1 livro (Qual ensino de História para educação básica?) organizado publicado (66 pontos)

2022: 1 capítulo publicado (66 pontos)

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife/PE - Brasil.

Fone: (81) 3320-6461

E-mail: secretaria.pgh@ufrpe.br/coordenacao.pgh@ufrpe.br

<http://www.pgh.ufrpe.br/>

2022: 1 capítulo publicado (66 pontos)

2022: 1 artigo na Revista Brasileira de Educação Básica (sem qualis - zero pontos)

2021: 1 revista Crítica Historiográfica (sem qualis - zero pontos)

2021: 1 artigo na revista Educação Básica Revista - B1 (60 pontos)

2021: 1 capítulo publicado (66 pontos)

TOTAL: 588



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL Nº 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

ANEXO V
FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Maria Rita Machado
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: Linha 5 – Terra, Trabalho e Poder
3. Projeto a ser cadastrado: Questão agrária no Nordeste: a história dos trabalhadores rurais sem terra do período colonial à Nova República na obra de Manuel Correia de Andrade.
4. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: N/A

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. **O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).**

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 508

2. **O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres, relatórios e outros?**

Sim (X)

Não ()

3. **Número de orientações do(a) docente em nível de Iniciação Científica, TCC ou equivalente:**

Em andamento: 3

Concluídas: 9

Comentários:

2024: 1 artigo B2 = 50

2023: 1 artigo A4 + 2 artigos B2 = 170

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife/PE - Brasil.

Fone: (81) 3320-6461

E-mail: secretaria.pgh@ufrpe.br/coordenacao.pgh@ufrpe.br

<http://www.pgh.ufrpe.br/>

2022: sem produção

2021: 1 artigo A2 + 1 capítulo de livro + 2 livros organizados = 288

Total: 508 pontos

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife/PE - Brasil.

Fone: (81) 3320-6461

E-mail: secretaria.pgh@ufrpe.br/coordenacao.pgh@ufrpe.br

<http://www.pgh.ufrpe.br/>



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL Nº 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

ANEXO V
FICHA DE AVALIAÇÃO

1. Nome do(a) docente: Williams Andrade de Souza
2. Linha de pesquisa que pretende se credenciar: Cultura, Política e Relações de Poder
3. Projeto a ser cadastrado: Entre a Lei e o Costume: Justiça, Cidadania e Representatividade no Brasil Imperial (Pernambuco, 1822-1889).
4. Se estiver credenciado em outro(s) Programa(s), indicar o(s) nome(s) do(s) Programa(s), a(s) Instituição(ões) e a carga horária dedicada: N/A

Requisitos mínimos (no quadriênio): o(a) docente deverá satisfazer todos os requisitos mínimos

1. **O(A) docente obteve pontuação mínima de 250 pontos na autoavaliação da produção científica. A produção computada será aquela ocorrida no último quadriênio (2021-2024).**

Sim (X)

Não ()

Total de pontos: 592

2. **O docente tem ao menos 3 produções técnicas, considerando comunicações científicas, organização de eventos, pareceres, relatórios e outros?**

Sim (X)

Não ()

3. **Número de orientações do(a) docente em nível de Iniciação Científica, TCC ou equivalente:**

Em andamento: 0

Concluídas: 8

Comentários:

2023: Capítulo de livro

2022: Capítulo de livro

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife/PE - Brasil.

Fone: (81) 3320-6461

E-mail: secretaria.pgh@ufrpe.br/coordenacao.pgh@ufrpe.br

<http://www.pgh.ufrpe.br/>

2021: A2+A2+A3+Livro



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL Nº 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

ANEXO III - PROPOSTA DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

TÍTULO: Arquivos do confinamento: teoria, método, historiografia.

TIPO: Optativa **CH:** 60h **Nº DE CRÉDITOS:** 4

EMENTA

Estudo teórico-metodológico de tipologias documentais oriundas das instituições de confinamento (séculos XIX-XX). Dinâmicas de produção documental do contexto de prisionização. As operações processuais e substanciais do método histórico frente às instituições totais: possibilidades e limites. Conceitos e categorias da história social das instituições. Análise heurística dos arquivos produzidos pelas instituições de confinamento. Escrutínio de algumas tipologias documentais, notadamente, ofícios, prontuários, petições, requerimentos, pareceres, portarias e cartas.

BIBLIOGRAFIA

- ARTIÈRES, Philippe. "Arquivar a própria vida." In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n.21, p. 9-34, 1998.
- BORGES, Viviane, SALLA, Fernando. **Prisões**: introdução à pesquisa. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- BRITTO, Aurélio de Moura. A historiografia sobre as prisões na Era Vargas: notas preliminares ao debate. **Revista História: Debates E Tendências**, 2022, 22(1), 44-61.
- CESAR, Tiago da Silva; OLMO, Pedro Oliver; BRETAS, Marcos Luiz. **Polícia. Justiça e Prisões**: Estudos Históricos. Curitiba: Appris, 2020.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOUCAULT, Michel. Estratégia, Poder-saber". In: **Ditos e Escritos**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife/PE - Brasil.

Fone: (81) 3320-6461

E-mail: secretaria.pgh@ufrpe.br/coordenacao.pgh@ufrpe.br

<http://www.pgh.ufrpe.br/>



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDITAL Nº 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GALEANO, Diego; CORRÊA, Larissa Rosa; PIRES, Thula (orgs.). **De presos políticos a presos comuns**: estudos sobre experiências e narrativas de encarceramento. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007,
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**.. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- IGNATIEFF, M. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. Instituições – **Revista Brasileira de História**, 7(14):185-193, São Paulo, Marco Zero/Anpuh, mar.ago. 1987.
- KOERNER, A. (Org.). **História da Justiça Penal no Brasil**: Pesquisas e Análises. 1ed.São Paulo: IBCCrim, 2006.
- MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das Prisões no Brasil**. (Vol. 1 e 2). Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- Monsma, K. (2012). O problema de viés de seleção na pesquisa histórica com fontes judiciais e policiais. **História Social**, (21), 27–46.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins.. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SYKES, Gresham M. **The society of captives**: a study of a maximum security prison. New Jersey, Princeton University Press, 1974.
- TEIXEIRA, Alessandra, SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. “Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: Mecanismos de controle no firmamento da República” In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 381- 400, maio-agosto 2016.
- ZAVATARO, B. A Justiça Criminal e as pesquisas em arquivos históricos. In: Marcelo Bordin. (Org.). **Metodologias de pesquisa qualitativa no Sistema de Justiça Criminal**. 1ed.Pelotas: Adentro e Através, 2022, v. 1, p. 73-87.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA EDITAL N° 03/2025-PGH-
CREDENCIAMENTO DOCENTE**

PROPOSTA DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

TÍTULO: Teoria e História das Fontes Históricas

TIPO: Optativa **CH:** 60h **N° DE CRÉDITOS:** 4

EMENTA

Este componente curricular propõe compreender as fontes históricas como objeto de investigação teórica e historiográfica. No aspecto teórico, isso implica num diálogo interdisciplinar sobre conceitos que nos permitam entender as fontes tanto como presenças materiais do passado em forma de vestígios, quanto como artefatos semióticos, por vezes narrativos, passíveis de interpretações no presente. No aspecto historiográfico, trata-se de atentar para a historicidade das fontes, o contexto de produção e difusão de determinados registros hoje mobilizado pela historiografia para referir-se ao passado. Ao longo da disciplina, exemplos de natureza empírica serão extraídos de documentos em linguagem verbal e produzidos no Brasil dos séculos XIX e XX, como processos judiciais, ofícios e correspondências oficiais em geral, jornais, livros de memórias, relatos orais de memória, cartas, monografias acadêmicas de época e obras ficcionais.

BIBLIOGRAFIA

- ARTIÉRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Dossiê: Arquivos Pessoais, n. 21, vol. 1, p. 9-34, 1998.
- BARROS, José D'Assunção. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- _____. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CLELAND, Carol. Methodological and Epistemic Differences between Historical Science and Experimental Science. *Philosophy of Science*, Chicago, v.69, n.3, p.447-451, set. 2002.

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife/PE - Brasil.

Fone: (81) 3320-6461

E-mail: secretaria.pgh@ufrpe.br/coordenacao.pgh@ufrpe.br <http://www.pgh.ufrpe.br/>

GINZBURG, Carlo. Descrição e citação. In: _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

HEYMANN, Luciana (org.). *História oral e arquivo: debates e desafios*. São Paulo: Letra e Voz, 2024.

JAEGER, Stephan. Factuality in Historiography/Historical Study. FLUDERNIK, Monika; RYAN, Marie-Laure. *Narrative Factuality: A Handbook*. Berlin: De Gruyter, 2020.

LACKEY, Jennifer. *Learning from Words: Testimony as a Source of Knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LAVOCAT, Françoise. *Fait et fiction. Pour une frontière*. Paris: Seuil, 2016.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

MALERBA, Jurandir. *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MARTINS, Vanessa. Reflexão sobre a escrita epistolar como fonte histórica a partir da contribuição da teoria da literatura. *Revista Língua & Literatura*, 13(20), p. 61–72, 2012.

MENEZES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Dossiê: Arquivos Pessoais, n. 21, vol. 1, 1998.

OZANAM, Israel. Narração, ficção e pesquisa documental: novos caminhos para a teoria da história. Dossiê História e ficção: hibridismos e reflexividade, *Revista História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, no prelo. Aceito para publicação: abr. 2025.

TUCKER, Aviezer. Where Do We Go From Here? Jubilee Report On “History And Theory”. *History and Theory*, Middletown, v. 49, n. 4, p.64-84, dez. 2010.

Documento assinado digitalmente
 ISRAEL OZANAM DE SOUSA CUNHA
 Data: 02/10/2025 22:40:28-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA EDITAL N°
03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE
ANEXO III - PROPOSTA DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

TÍTULO: As narrativas biográficas na História

TIPO: Optativa **CH:** 60h **N° DE CRÉDITOS:** 4

EMENTA

História e Biografia: a relação entre História, memória, trajetórias de vida e testemunho. O lugar da experiência humana na história e na narrativa historiográfica. As Narrativas vivenciais: historicidade e modalidades (biografias, prosopografias, autobiografias, memórias, entrevistas).o lugar da biografia e da autobiografia na historiografia contemporânea (suas possibilidades e limites, os usos políticos da escrita de si). As abordagens biográficas nos livros didáticos e no ensino de História.

.....BIBLIOGRAFIA

- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**. Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 183-192.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.
- GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de _Il ritorno de Martin Guerre_ de Natalie Zemon Davis. In _____. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989, pp. 179-202.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço**. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

- LEVI, Giovanni. Usos da biografial. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996., pp. 167-182.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In Jacques Revel (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 225-250.
- _____. **O pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- REVEL, Jacques. A biografia com problema historiográfico. In _____. **História e historiografia**. Exercícios críticos. Curitiba: UFPR, 2010, p. 235-248.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa: o tempo narrado**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Vol. 3.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. SãoPaulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHMIDT, Benito e GOMES, Ângela C. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- _____. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. **Diálogos** (On-line) , v. 21, p. 44, 2017.
- _____. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História** (São Paulo. Online) , v. 33, p. 124-144, 2014.
- _____. **Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica**. História Unisinos , São Leopoldo, v. 8, n.10, p. 131-142, 2004.
- _____. Biografia e regimes de historicidade. **Métis** (UCS) , Caxias do Sul, v. 2, n.3, p. 57-72, 2003.
- _____.; Alexandre de Sá Avelar. (Org.). **O que pode a biografia**. 1ed.São Paulo: Letra e Voz, 2018, v. 1, p. 17-31.
- VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. 3a Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL N° 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

ANEXO III - PROPOSTA DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

TÍTULO: Terra, trabalho e poder: A questão agrária em perspectiva histórica e geográfica

TIPO: Optativa **CH:** 60h **N° DE CRÉDITOS:** 4

EMENTA

Abordagem da questão agrária brasileira em perspectiva histórica e geográfica, articulando as categorias de análise terra, trabalho e poder. A disciplina examina a formação e as transformações do espaço agrário brasileiro, desde o período colonial até a atualidade, com ênfase nas relações de produção, na estrutura fundiária, nos conflitos e lutas sociais dos trabalhadores rurais e demais povos do campo. São discutidos temas como a abolição da escravização, reforma agrária, modernização da produção agropecuária levando em consideração a relações de poder dos agentes produtores do espaço agrário brasileiro e os processos de territorialização.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Correia de Andrade. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **REVISTA GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, N° 12, p.11 - 19, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001. 86 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª. Ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2005. p.334.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A cana de açúcar na Região da Mata Pernambucana – reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: impacto ambiental, socioeconômico e político.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Duas Cidades, 1980.

BRASIL. **Estatuto da Terra:** Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso: 20 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. **Estatuto do Trabalhador Rural.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-norma-pl.html>. Acesso em 12 nov. 2022.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês?: o Protocampesinato Negro nas Américas,** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1922.

DABAT, C. Rufino. **Moradores de Engenho.** 3. ed. Recife: EDUFPE, 2024. v. 01. 1106p

DABAT, C. Rufino. **O Poder Amargo do Açúcar.** 2. ed. Recife: EDUFPE, 2010. v. 1. 224p .

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino **Conflitos no Campo Brasil 2024 /** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. — Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra, 2025. 32 p

FERLINI, Vera Lúcia A. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial.** 3. ed. São Paulo: Alameda, 2019. v. 1. 208p.

FERNANDES, Bernardo Mançano et. al. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Unesp, 2009.

IANNI, Octávio. Revoluções Camponesas na América Latina. In: Santos, José Vicente Tavares dos (org.), **Revoluções camponesas na América Latina.** São Paulo: Ícone e Unicamp, 1985.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Várias edições. Prefácio e cap I, II, III, V e VI.

LEITE, Sérgio pereira. **A política agrícola no Brasil.** São Paulo: Editora da UNESP, 2017.

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife/PE - Brasil.

Fone: (81) 3320-6461

E-mail: secretaria.pgh@ufrpe.br/coordenacao.pgh@ufrpe.br

<http://www.pgh.ufrpe.br/>

MARTINS, José de Souza. **A reprodução do capital na frente pioneira**. In.: Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 1ª reimpr., 2004.

MONTENEGRO, Antônio T.; SAYANNE, K. (Org.) . **Historiografia: rastros e vestígios** documentais de trabalhadoras e trabalhadores. 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2022. v. 01. 354p.

MONTENEGRO, Antônio T.. **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. 01. ed. Recife: Editora da UFPE, 2011. v. 01. 321p

PRADO JÚNIOR, Caio. **A agricultura subdesenvolvida**. Petrópolis, RJ: Vozes, c1969. 275p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1981. 188p.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 1980. Rio de Janeiro: Editora Camus. Parte I- o Moinho Satânico: Caps 3,4,5,6,7,8, 9 e 10.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: expressão popular, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL Nº 03/2025 – PGH - CREDENCIAMENTO DOCENTE

WILLIAMS ANDRADE DE SOUZA

ANEXO III - PROPOSTA DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

TÍTULO: Elites, poder e instituições na formação do Estado Nacional Brasileiro oitocentista: perspectivas historiográficas, teóricas e metodológicas.

TIPO: Optativa **CH:** 60h **Nº DE CRÉDITOS:** 4

EMENTA

Análise avançada e crítica das inter-relações entre elites, poder e instituições — políticas, representativas e administrativas — e a participação popular na formação do Estado nacional brasileiro, com ênfase no longo século XIX. A disciplina examina os fundamentos teóricos do elitismo, do patrimonialismo e do constitucionalismo, contrastando-os com as abordagens microssociais. Explora criticamente o impacto de estruturas como a escravidão na configuração do poder e investiga a produção historiográfica sobre a tensão entre projetos liberais e práticas paternalistas, analisando o papel ordenador da Constituição e das leis nesse contexto. Privilegia o debate metodológico, com o domínio de ferramentas como prosopografia, microanálise, história social das instituições e das elites, e análise de redes, aplicadas ao estudo de fontes primárias e bancos de dados documentais. Essas metodologias são direcionadas para a investigação de trajetórias, redes de influência, mecanismos informais de dominação e aos pactos políticos inerentes ao processo de construção estatal e formação nacional. A disciplina dedica atenção especial aos contextos pernambucanos, investigando as especificidades das elites regionais, seus arranjos institucionais e sua inserção no projeto nacional. Abordam-se, assim, os principais temas referentes à construção do Estado nacional, tensionada entre projetos liberais e estruturas paternalistas e escravistas; as relações de poder e hierarquias sociais; partidos, política e instituições formais representativas — como o Senado, a Câmara dos Deputados, os Conselhos/Assembleias Provinciais, as municipalidades, o Juizado de Paz e a Guarda Nacional — e mecanismos informais de dominação, como o clientelismo e o parentesco. Foca-se na elite agrária, especialmente cafeeira, mas também na açucarocracia e no mundo do mercado, que consolidou sua hegemonia articulando-se com o Estado em torno de interesses comuns, como a manutenção da ordem escravocrata, relações de dominação e a repressão às revoltas regionais. Trata sobre a cultura política, caracterizada pela representatividade e pela negociação entre centro e províncias, com o poder moderador atuando como peça-chave de equilíbrio. Mas também aborda as práticas da cidadania, especialmente por meio da participação política, votação e agremiações societárias. Nesse sentido, prioriza-se também as interlocuções sociais com as instâncias representativas ou através do Judiciário, recorrendo à Constituição e aos demais aparatos legais e do Judiciário em torno de direitos constituídos ou costumes tradicionais. Considera-se, assim, o papel ativo dos grupos ditos subalternos como protagonistas e agentes da cidadania nesse contexto formativo do Estado e da Nação brasileira oitocentista.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. História Política e Biografia: reflexões sobre a escrita da história do Brasil oitocentista. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 274-296, maio/ago. 2020.
- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do Poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento**. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro**: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- BASILE, Marcello. **A politização nas ruas**: projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências. Brasília: Senado Federal, 2022.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: FAPESP; Recife, PE: UFPE, 2006.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: FAPESP; Recife, PE: UFPE, 2006.
- BERTUCCI, Liane Maria. et al. **Edward P. Thompson**: história e formação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BOTTOMORE, T.B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- CABRAL, Flavio José Gomes. **Conversas reservadas**: "vozes públicas", conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- CAMPELLO, André Barreto. **Manual jurídico da escravidão**: cotidianos da opressão. Jundiaí, SP: Paco, 2021.
- CAMPELLO, André Barreto. **Manual jurídico da escravidão**: Império do Brasil. Jundiaí, SP: Paco, 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sobras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. et al. **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 286-302.
- CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira de (orgs.). **Perspectiva da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARVALHO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, v. 1, p. 61-64, 1976.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª ed. Ver. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidade sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

ELIAS, Norbert; SCORTSON John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FELDMAN, Ariel. **Espaço público e formação do Estado Nacional brasileiro**: a atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852). 2013. 351 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERNANDES, Renata Silva. **Um governo por conselhos**: as províncias e o Império do Brasil (minas Gerais, 1822-1834) Curitiba: Appris, 2021.

FLORY, Thomas. **El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial, 1808-1871**. Control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura econômica, 1986.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974.

FREITAS, Marcos Cézár (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 57-72.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: _____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 249-279.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____.; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-178.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. Toma lá, dá cá: Clientelismo na cultura política brasileira. **Braudel Papers**, nº 15, 1996. Disponível em: http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf. Acesso em: 09/06/2018.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial**. 3 Vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HESPAÑA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: Instituições e poder político - Portugal, séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPAÑA, António Manuel. **Guiando a mão invisível**: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1967.

KRAUSE, Thiago Nascimento; SOARES, Rodrigo Goyena. **Império em disputa**: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEME, Marisa Säenz. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 59-80.

LEMOS, Delba Guarini. **O pensamento Eclético na província do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1996.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 135-163.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: o pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Fundações do pensamento político brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas**: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008.

MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2008.

MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência do Brasil**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MALERBA, Jurandir. **Brasileiros**: capítulos avulsos de história da formação brasileira. São Paulo: Alameda, 2017.

MALERBA, Jurandir. **Os brancos da Lei**: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. 2ª ed. Teresina: Cancioneiro, 2022.

MALFATTI, Selvino Antônio. **Raízes do Liberalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Palotti, 1985.

MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil**: 1780-1860. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840), Ed. Hucitec, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme (coord.). **Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro**, volume I, século XVI a 1850. Coleção juristas brasileiros. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MOTTA, Kátia Sausen da. **Eleições no Brasil do oitocentos**: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881). 2018. 235 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Política, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018.

MUGGE, Miquéias H. **Pontos a Contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – Século XIX). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. **A política eleitoral e judiciária na construção do Estado Imperial**. Minas Gerais. (Mariana, 1828-1848). 2015. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos Partidos Brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, lideranças e prática política, 1831-1888. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 10, pp. 54-63, nov. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11722>. Acesso em

04/04/2018.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **A formação social do Brasil**: etnia, cultura e poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

NICOLAZZI, Fernando. Sobre a “virada metodológica” na historiografia: a propósito da prosopografia e da biografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 25, p. 223-235, ago. 2017.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Construtores do Império, defensores da província**: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834. 2014. 416 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Poder Local e palavra impressa**: São Paulo, 1824-1834. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (Orgs.). **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PAIN, Antônio. **História do Liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

PEIXOTO, Antônio Carlos. et al. **O liberalismo no Brasil imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro, Revan: UERJ, 2013.

PEREIRA, Luisa Rauter. **O povo na história do Brasil**: linguagem e historicidade no debate político (1750-1870). São Paulo: Paco, 2016.

PEREIRA, Vantuil. **Ao Soberano Congresso**: direitos do cidadão na formação do Estado imperial brasileiro (1822-1831). São Paulo: Alameda, 2010.

PERISSINOTO, Renato. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: IBPEX, 2009.

PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

PIMENTA, João Paulo. **Formação da Nação Brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala**: experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). **Brasileiros e cidadãos**: modernidade política, 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (Orgs.). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi; FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura (Orgs.). **Diálogos entre Direito e História**: cidadania e justiça. Niterói: EdUFF, 2009.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda as “ideias fora do lugar”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, p. 59-69, 2008.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. **Micro-história italiana**: modo de uso. Londrina: Eduel, 2012.

ROSANVALLION, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SAMARA, Eni de Mesquita (Orgs.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica**. São Paulo: Humanitas, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola. Silveira Truzzi. **História & documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SCHWARCZ, Lília Mortiz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARCZ, Roberto. **Ao vencedor as Batatas**. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 4ª Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, pp. 13-28.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a Nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a Nação**. Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-

brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Carlos Henrique Antunes da. **O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro no período entre 1833 e 1850**. Curitiba: Appris, 2023.

SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SILVA, Mozart Linhares da. **O império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2003a.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapeming, 2009.

SLEMIAN, Andrea. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil**. São Paulo: Hucitec Fapesp, 2009.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. **O Nascimento Político do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo – 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Juliana Souza. Dos usos da lei por trabalhadores e pequenos comerciantes na Corte imperial (1870-1880). In: AZEVEDO, Elciene. et al. **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, pp. 189-220.

SOUZA, Juliana Teixeira. **A Câmara e o Governo da Cidade: poder local, cidadania e polícia dos mercados na Corte Imperial**. Natal: Edufrn, 2018.

SOUZA, Williams Andrade de. **O império das (nas?) municipalidades: as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849)**. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2019.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista social e política**, Curitiba, v. 19, n. 39, pp. 115-137, junho, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

VASQUES, Lucas Flôres. O “lugar” do liberalismo no Brasil do século XIX. *Rev. Sem Aspas*, Araraquara, v. 10, e021010, jan./dez. 2021. e-ISSN 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15186>

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19**. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Os comos do nome: desencontros e encontros entre microanálise e estudos de nominação. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Uma história em escalas. A microanálise e a historiografia latino-americana**. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 181-214.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

ANEXO I - MODELO DE PROJETO DE PESQUISA

MODELO PADRÃO DE PROJETO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO - SEÇÃO ADMINISTRATIVA

I - TÍTULO

Pelo prisma da prisão: conjuntura política e a mobilização dos presos comuns na Casa Detenção do Recife (1930-1945)

II - RESUMO

Este projeto de pesquisa se insere no âmbito da história social das instituições punitivas no Brasil, circunscreve-se, temporalmente, à conjuntura da chamada Era Vargas. Pretendendo ultrapassar uma abordagem “internalista” das prisões, buscamos dimensionar as correlações positivas entre as disputas políticas na cidade e a mobilizações políticas dos presos comuns. Nesta conjuntura, nos momentos de acirramento da luta política em torno da gerência do Estado, foi recorrente a inserção da temática prisional como tópos estratégico. Seja como mote das críticas ao governo ou, ao contrário, para demonstrar a lisura dos seus gestores, a Casa de Detenção foi pedra angular das grandes propagandas políticas do Recife, desde a mobilização da Aliança Liberal, que a denominou de “masmorra estacista”, até a campanha pela redemocratização nos estertores no Estado Novo. Se a prisão foi politizada por meio nestes embates, por outro lado, essa situação erigiu uma estrutura de oportunidades políticas para que os presos comuns denunciassem o cotidiano de agruras por meio da apropriação das retóricas políticas em disputa (TARROW, 1994). Por meio de petições remetidas às autoridades e cartas publicadas integralmente pelos jornais de oposição, os detentos comuns souberam se apropriar e mobilizar os argumentos da luta político-partidária para suas próprias finalidades. Examinaremos como na montagem (1930), radicalização (1937) e desmonte do Estado varguista (1945) a Casa de Detenção foi construída discursivamente e como cada uma dessas imagens públicas foi seletivamente apropriada politicamente pelos presos comuns seja para fins de negociações individuais ou insurgências coletivas. Portanto, a hipótese que lastreia a pesquisa reputa que o contexto político conformado pela Era Vargas funcionou como um elemento desencadeador de novas interações verticais (entre os presos e gestores da prisão) e horizontais (entre os diversos “tipos” de presos) na medida em que produziu expectativas de melhorias no cotidiano da prisão, dado o lugar central que a instituição ocupou nas diversas campanhas e transições políticas do período. Para tanto, arrolamos e analisaremos uma variada tipologia documental com vistas a abrir divergência com interpretações hegemônicas sobre as instituições prisionais e as lutas políticas dos presos na Era Vargas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

III - PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. História das prisões	4. Mobilização política
2. Casa de Detenção do Recife	5. Insurgências coletivas
3. Presos comuns	6. Correlação

IV. INTRODUÇÃO

Nesta introdução pretendemos apresentar nosso objeto de pesquisa, a perspectiva teórica que fundamenta nossa abordagem e demarcar, a partir das interlocuções críticas com a historiografia especializada, a relevância da pesquisa. A problemática inovadora que sustenta essa pesquisa demandará três sensíveis deslocamentos em relação a historiografia clássica do período. Primeiro, uma nova abordagem, menos preocupada com as dinâmicas internas da prisão e seus regulamentos, enfatizando menos o “microcosmo” prisional e apostando nas conexões que estabeleceram entre o aquém e além dos muros prisionais. Segundo, erige como sujeitos centrais da narrativa novos atores, enfatizando a capacidade associativa dos presos comuns e, terceiro, mobiliza tipologias documentais ainda inexploradas pela historiografia, evitando o uso açodado e exclusivo das memórias de presos políticos como lastro empírico único para entender o cotidiano prisional na Era Vargas, como sói acontecer (BRITTO, 2022).

Assim, a presente pesquisa tem por desígnio investigar como, no decurso das diversas temporalidades da Era Vargas, a temática prisional foi um tópos das disputas políticas e como essa condição conformou as dinâmicas de enfrentamento ao ordenamento do cotidiano institucional. Nomeadamente, buscamos dimensionar como a Casa de Detenção do Recife foi representada e instrumentalizada politicamente como modal de propaganda, sobretudo, nas circunstâncias em que se acentuaram as disputas políticas pela gerência do aparato estatal em Pernambuco. Concomitantemente, pretendemos demonstrar como essa circunstância concorreu para oportunizar diferentes mobilizações políticas dos presos comuns, que alternaram da prática peticionária às insurgências coletivas.

Neste sentido, distante de uma abordagem “internalista” das instituições, postulamos nesta pesquisa que há uma interação dinâmica entre as lógicas institucionais, os atores políticos e os contextos históricos concretos (THELEN; STEINMO, 2002). Nossa abordagem, portanto, buscará cotejar as mediações entre os constrangimentos institucionais da Casa de Detenção, agências comportamentais dos presos comuns e a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

dinâmica política externa, sobretudo, no que concerne ao seu “permetro sensível” (COMBESSIE, 1998). Investigaremos, portanto, as correlações positivas entre as disputas políticas na cidade e os seus impactos no cotidiano institucional da prisão, notadamente, no que concerne ao comportamento político dos presos comuns.

Sabemos que a conjuntura da Era Vargas não é um simples contínuo, mas também apresenta uma série de redirecionamentos, transições e “depurações” nos projetos e lideranças políticas que galgaram ao poder em 1930 (PANDOLFI, GRYNSZPAN, 1997). Investigaremos, comparativamente, três momentos específicos desta conjuntura. Primeiro, a ruptura de 1930. Com a mobilização da Aliança Liberal e a implantação do regime. Neste contexto, a Casa de Detenção é representada como uma “masmorra estacista”, síntese do obscurantismo e tirania do regime deposto. Os presos comuns, então, passam a denunciar as atrocidades da prisão usando as promessas e a retórica da Aliança Liberal. É frequente, neste quadrante, que as comunicações exaradas pelos detentos comuns usem os adjetivos de “estacismo” e do “perrepismo” para denunciar as agruras do cotidiano prisional. Já em 1935, no contexto de repressão à “Intentona Comunista”, a Casa de Detenção é reputada pelos governantes como bastião de combate aos comunistas e tem a própria nomenclatura oficial alterada para “Presídio Especial do Recife”, destinado, em tese, exclusivamente à reclusão de presos políticos. Imagem ainda mais apetecida com a radicalização do regime por meio da ditadura do Estado Novo. Neste momento, muitos presos comuns justificam suas demandas usando a retórica anti-comunista do governo. Em 1945, nos estertores no regime, os segmentos de oposição, animados pela conjuntura de declínio dos regimes fascistas na Europa, mobilizam-se pela redemocratização e apresentam a Casa de Detenção como centro de repressão política do governo Agamenon Magalhães e locus de “desumanos castigos” fruto da ditadura do “China Gordo” (Diário de Pernambuco, 09/05/1945, p.3).

Esse foi um período bastante fecundo para as mitologias políticas. A fabricação de mártires é um dos elementos importantes que compõem contextos de ruptura política, servindo como estratégia de contestação/legitimação do poder instituído. Não raro, esse mecanismo permite “às sociedades interpretarem sua realidade social e refletirem sobre a legitimidade do poder que as rege – ou então desqualificar esse mesmo poder”(GIRARDET, 1987, p.15). Muitas dessas batalhas narrativas, em torno da instituição, foram personificadas, por conseguinte, para mensurar adequadamente essa problemática pretendemos trazer à baila algumas trajetórias socioinstitucionais. Em 1930, a “Masmorra Estacista” foi materializada pela trajetória do popular Ulysses José dos Santos, indivíduo que realizou um verdadeiro périplo por todos os cárceres do Estado e se tornou, no Recife, o mártir popular da Revolução de 1930. Uma das primeiras medidas do interventor Carlos de Lima Cavalcanti foi localizar e libertar o “herói popular”. Nas críticas à instituição no contexto do Estado Novo, ninguém mais que José Lourenço da Silva, o “Marreco”, encarnou uma intensa campanha que associava suas inúmeras evasões à fragilidade da Casa de Detenção e, por conseguinte, a desídia do governo de Agamenon Magalhães. Nos estertores do Estado Novo, o estudante Demócrito de Souza, posteriormente assassinado, foi o principal nome na denuncia das arbitrariedades da polícia e da prisão. Para José Murilo de Carvalho, a criação de símbolos políticos e mártires está inexoravelmente associada ao processo de “heroificação” que “inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas” (CARVALHO, 1991, p.14).

Para além dos debates na imprensa, essa argumentação aparecerá também na pena dos presos comuns. Quem compulsar as cartas e petições remetidas pelos presos comuns encontrará reiteradas alusões aos jornais

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

governistas, as campanhas políticas e aos seus martires, ao léxico político do status quo (BRITTO, 2019). Lola e Cosme, por exemplo, eram dois presos comuns que trabalhavam na cozinha da instituição e remeteram, à revelia do regulamento, cartas ao interventor e ao secretário de justiça. Suas correspondências foram interceptadas pela direção. A fim de justificar a burla do regulamento da instituição afirmavam que agiram somente “baseados no que publicou o Diário da Manhã que estava-se na época de denunciar-se o que permanecia latente” e decidiram “denunciar ao Ex^{mo} Dr. Secretário de Justiça contra o guarda Gercino” (APEJE. Coleção CDR. Volume 142, p. 841). Usavam seletivamente a argumentação do periodico governista, para seus próprios fins.

Em nossa interpretação, esses usos inesperados da política formal pelos presos comuns tem um evidente dimensão política, mas foi complementemente ignorado pela historiografia cuja ênfase centrou-se na organização dos chamados “coletivos” pelos presos políticos. Segundo o historiador espanhol Pedro Olmo Oliver, é preciso “repolitizar” as ações dos presos comuns reputando-os como agentes históricos capazes também de articular interpretações e forjar ações no complexo e conflituoso mundo das prisões. Portanto, ele propõe que devemos vislumbrar uma dimensão de enfrentamento político em “ tudo aquilo que pode manifestar uma atitude refratária aos processos de prisionização” (OLMO, 2005, p.436). . Lá estariam ações tão distintas como a formulação de queixas formais e a expressão de dissidências e desobediências cotidianas, algo que é possível encontrar em uma documentação serial. Michel Foucault pode nos auxiliar em discernir com mais precisão uma dimensão política nas condutas dos detentos comuns . Segundo ele:

Antes de tudo, é preciso distinguir a forma política ou não política de uma ação. trata-se de uma forma política, por exemplo, quando aqueles que fazem reivindicações que são do domínio de seu interesse imediato, as fazem de um modo coletivo, apoiando-se na opinião pública, dirigindo-se não aos seus superiores, aos diretores de prisão, mas ao próprio poder, ao governo, ao partido no poder. A partir desse momento, sua ação tem uma forma política (FOUCAULT, 2006, p.63. Grifo Nosso).

Estamos distantes de uma leitura passiva das mensagens emitidas pelo grupos em disputas e, em consonância com as formulações de Michel de Certeau, procuramos perceber uma manipulação criativa na recepção desses conteúdos. Ora, sabemos que os enunciados propalados pelos periódicos não eram unívocos, espécie de letra morta, ao contrário, prestavam-se a diversas e inesperadas utilizações. Segundo Certeau, a interpretação “é o lugar onde se produz o encontro, sempre diferente, entre a palavra já escrita e os novos sentidos que os leitores lhe vão dando” (CERTEAU, 1994. p.264). Esses usos não eram simples emulação, mas representavam uma forma decupada, reordenada, repensada, instrumental e combativa de ler a conjuntura além dos muros. Era a política formal, pensada pelo prima da prisão.

Apresentado o objeto de nossa pesquisa, convém uma rápida digressão com o fito de delimitar as linhas mestras deste campo de estudos de modo a demarcar a originalidade e relevância da nossa proposta .

Primeiro, nossa abordagem procurará demonstrar a proficuidade de pensar as problemáticas da história das prisões – e da Casa de Detenção do Recife em particular - pelo viés analítico das contiguidades, porosidades e permeabilidades que articulam os dois lados do muro prisional. Em vista disso, a concepção de prisão que consubstancia esta pesquisa considera premente visualizar além dos muros da instituição e do seu perímetro imediato e perceber também “as redes que a atravessam e a ligam permanentemente ao exterior”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

(CUNHA, , 2008, p.22). Essa perspectiva fornece importante contraponto à ênfase “institucionalizante” ainda predominante na historiografia. Coadunamos a percepção de Fernando Salla quando sublinhou que um dos maiores desafios para os pesquisadores da temática das prisões era romper com a “pouca criatividade” teórica vigente. Criticando o predomínio de uma agenda de estudos bastante “tradicional” em que são incipientes as reflexões sobre “as ligações do espaço prisional com o espaço exterior na reprodução da economia do crime” (SALLA, , 2006, p.115).

Ainda é amplamente dominante o estudo das dinâmicas internas da prisão e a ênfase no “microcosmo”. Insólitos são os trabalhos que se propõem a analisar as multifacetadas relações entre interior e exterior destas instituições. Permanecem válidas, portanto, as ressalvas elaboradas por Michael Ignatieff quando sublinhou o perigo de confinar as investigações sobre a prisão ao seu perímetro sensível tornando-as “prisoneiras das mesmas paredes”. Ao contrário, Ignatieff sustentou que o objeto precípua “da história das instituições não é [...] o que acontece dentro das suas paredes, mas a relação histórica entre o dentro e o fora” (IGNATIEFF, 1987, p. 187).

Como argumenta de modo perspicaz Manuela Ivone P. Cunha, o entendimento da prisão como uma realidade intervalar tem se constituído uma espinha dorsal das reflexões e tem orientado o modo de olhar o problema da reclusão, portanto, constituindo-se em uma verdadeira unidade de análise pela qual a maior parte dos pesquisadores tem examinado a prisão. Para Cunha essa “noção-paradigma” da prisão, como um completo hiato social, acabou por produzir nos trabalhos historiográficos um “ângulo morto onde se foram acumulando escondidas, ou despercebidas, realidades que, pela sua natureza, escapavam a uma categoria assim constituída” (CUNHA, 2004, pp.151-157).

Portanto, abordar as interfaces e contiguidades permite perceber dinâmicas importantes. Para o caso da instituição recifense, trata-se de uma perspectiva imprescindível. Localizada no bairro de São José, centro da cidade, ter por perímetro sensível os bulícios urbanos ensejou uma acentuada contiguidade da Casa de Detenção com as dinâmicas comerciais e políticas da cidade (BRITTO, 2014). Em 1930, a septuagenária instituição, já era havia se enraizado no cotidiano da cidade. Aquela era uma prisão marcada por intensos fluxos e, não raro, as mais variadas informações rapidamente chegavam aos presos. Por outro lado, tensões vivenciadas no interior da prisão sempre eram noticiadas pelos jornais, ávidos pela exploração política, ainda que a ênfase conferida a esses episódios estivesse relacionada com a notoriedade dos agentes envolvidos e com sua capacidade de impacto na opinião pública. Não era novidade que os principais fatos da cidade chegavam ao conhecimento dos presos e, concomitantemente, os tumultos na prisão nunca passaram integralmente despercebidos pelos transeuntes, comerciantes e moradores da área central. Desde o Oitocentos, os administradores queixaram-se, reiteradamente, que os presos eram “tocados da mania de escrever” (BRITTO, 2016). Sabemos que uma das marcas que distinguiam a instituição desde os seus albores era justamente o fato de que “abrigava um mundo bem menos isolado do que se pretendia da cidade do Recife” (MAIA, 2009, p. 130).

Sabemos que a organização de ações de contestação política no interior das prisões guarda relação com a capacidade de repercussão pública. A existência de “aliados” ou circunstâncias externas favoráveis é, como demonstrou o historiador espanhol Pedro Olmo Oliver, um fator importantíssimo para abastecer as ações internas dos presos e concorrem para condicionar a eclosão desses fenômenos (OLIVER OLMO,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

2005). Lembremos ainda as valiosas indicações da historiadora Michel de Perrot quando torna patente que “apesar, de todos os encerramentos, a prisão não é um mundo fechado e subtraído. A revolta dos homens livres estimula a dos encarcerados” (PERROT, 1988, p. 292).

Ainda são escassos os trabalhos historiográficos que procuram entender as conexões entre a prisão e o universo da política ultrapassando essa ênfase no uso repressivo, é preciso considerar o cárcere como um ambiente de plena luta política, atentando especialmente para as aproximações intermitentes entre o interior e o exterior, mapeando a produção, importação e adaptação de diversos modos de resistir (ARTIÈRES, LASCOUMES, SALLE, 2004). É plausível conceber que as prisões estão conectadas de modo profundo e abstruso às dinâmicas e conjunturas políticas do seu entorno e, portanto, a existência de movimentos políticos externos à prisão pode trazer implicações significativas para seu funcionamento efetivo. Entretanto, correlacionar a conjuntura política externa e o cotidiano do mundo carcerário sem enveredar em esquematismos não é uma tarefa simples, sobretudo, quando nos reportamos aos contextos de ruptura da ordem ou transição política. De modo geral, as conjunturas em que recrudescem as lutas políticas pela hegemonia e gerência do aparato estatal podem alterar, substantivamente, a percepção social sobre a prisão e os presos, por outro lado, também podem transformar suas leituras e estratégias cotidianas – práticas e discursivas – para resistir ao processo de “prisionização” (CLEMMER, 1958) e auferir ganhos concretos.

Convém considerar, no entanto, que muitos choques políticos de proporções consideráveis se demonstraram incapazes de alterar as normas que regem o sistema carcerário e obtiveram efeitos discretos nas diretrizes que norteavam a gestão institucional. Momentos intensos de ruptura política na maioria das vezes têm implicações lentas, aleatórias ou pouco significativas nas regras que balizam a administração prisional. A prisão, portanto, tem demonstrado uma peculiar capacidade de reprodução institucional na medida em que conseguiu atravessar diversas conjunturas de crises, rupturas e transformação políticas sem que tenha sido visceralmente contestada como instituição basilar para o funcionamento dos aparatos da justiça criminal (ARTIÈRES; LASCOUMES, 2002). Pierre Lascoumes estudou acuradamente as possíveis correlações entre rupturas políticas e as diretrizes que regem o sistema penitenciário. A partir do escrutínio e comparação de diferentes realidades nacionais, o autor indicou uma incrível inércia do funcionamento cotidiano das prisões mesmo quando, ao nível do regime político, se processaram mudanças importantes na orientação vigente e até nos grupos que conduziam o Estado (LASCOUMES, 2006).

Não obstante, se direcionarmos nossa atenção para outro nível de análise, menos institucional e normativo, é possível constatar que os presos estão mais suscetíveis a captar as reverberações políticas advindas do mundo externo, sobremaneira, quando essas parecem-lhes suficientemente capazes de viabilizar melhorias concretas. Dessa forma, se as diretrizes e normas regimentais que balizam o funcionamento prisional demonstram muitas continuidades diante de transformações políticas significativas que se processavam no mundo exterior, os indivíduos encarcerados têm se mostrado particularmente atentos a esses momentos conflituosos em que a temática da prisão emerge, ainda que de modo evanescente, no prosa dos debates políticos. As prisões e as localidades onde elas estão edificadas passam a estar conjugadas em um sentido bastante tangível na medida em que “qualquer episódio interno tem quase de imediato repercussões externas, e vice-versa” (CUNHA, , 2008, p.26). Entendemos que o contexto revolucionário vivenciado na cidade do Recife suscitou a produção de diversos recursos que os presos comuns utilizaram, a partir de uma leitura seletiva e instrumental. Foram capazes de pressionar as autoridades pela prática da escrita e organizar

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

levantantes coletivos, ponderando os riscos e ganhos envolvidos em cada uma dessas circunstâncias. Nossa hipótese é que esses enfrentamentos ocorreram por meio de um processo de coalescência que fundia experiências sociais anteriores ao encarceramento, aprendizados institucionais e, sobretudo, circunstâncias externas favoráveis à mobilização.

Segundo deslocamento significativo, nossa pesquisa visa ampliar e confrontar a tipologia documental utilizada pela historiografia especializada quando se trata de estudar as organizações prisionais na Era Vargas e, concomitantemente, enfatiza outros sujeitos históricos. A temática das instituições prisionais no contexto da Era Vargas apresenta algumas balizas centrais. A primeira característica patente é ênfase nos atores: é para os presos políticos e sua mobilização nos cárceres nacionais. A maior parte dos historiadores que tematizou o universo da reclusão na Era Vargas optou por abordar os presos políticos como sujeitos centrais de suas narrativas. Comumente, aparecem como vítimas da tortura desferida pelo regime varguista ou, alternativamente, como protagonistas de uma “formidável e precursora” resistência política no interior das instituições prisionais. Uma abordagem bastante comum correlaciona diretamente o encarceramento dos presos políticos e a emergência das lutas nos cárceres da Era Vargas. Esses trabalhos costumam tomar o ano de 1935 como temporalidade inaugural de suas análises, visto que a repressão à “Intentona comunista” abarrotou diversos cárceres. Aqueles sujeitos que acabaram presos em função de suas ideologias foram capazes de se organizar politicamente em condições vis e adversas. Outra característica marcante é o uso como das memórias dos presos políticos como fonte basilar das narrativas (BRITTO, 2022). Na pena dos presos políticos consta a sugestão, com impressionante guarida e ressonância no âmbito da historiografia das prisões, de que a guinada na organização política dos presos foi produzida pela chegada de um material humano de maior estirpe. Para o historiador Jorge Ferreira, por exemplo, “na maioria das vezes, as revoltas nos presídios surgiam por questões que os presos comuns, particularmente dos grupos mais marginalizados da sociedade, não podiam compreender” (FERREIRA, 1994, p. 123). Comumente sustenta-se, por um lado, que os presos comuns se portavam de modo anuente às autoridades prisionais até que os presos políticos convertessem alguns deles em sujeitos críticos do mundo e da realidade carcerária (PEDROSO, 2022). Lembramos ainda que é preciso operar com prudência e estabelecer delimitações quando mobilizamos as classificações presos políticos e comuns, caso contrário, podemos utilizá-las como categorias autoexplicativas e perder de vista o seu caráter dinâmico e histórico. Assumir uma associação imediata entre o tipo de preso e um dado padrão comportamental é trilhar na contramão das múltiplas evidências que analisaremos. Para a historiadora Simona Cerutti essa maneira de enquadrar os sujeitos “reifica grupos sociais. Através dela, desliza-se assim do indivíduo em relação ao grupo já que a classificação subentende a noção de um interesse comum para os membros da mesma categoria” (CERUTTI, 1998, p.236-237)

Sustentaremos que a presença de presos políticos, de origem militar e civil, atuou como fator de politização do cárcere, ainda que de maneira indireta. Esses indivíduos nutriam vínculos sociais importantes na cidade e pertenciam aos extratos sociais médios e alguns deles detinham vinculações significativas com membros da elite local. O encarceramento deste tipo de preso na Casa de Detenção acabou por canalizar a atenção pública para o mundo prisional, processo no qual a imprensa de oposição ao governo de Carlos de Lima Cavalcanti teve papel basilar. A presença dos presos políticos, decorrente da conjuntura externa de intensa repressão política, parece ter concorrido para conformar nos presos comuns uma avaliação da conjuntura como promissora para denunciar suas agruras e descontentamentos. Nesse sentido, sustentamos

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

que a ação política dos detentos comuns foi oxigenada por zonas de interseção – estreitas, mas efetivas – que articulavam os dois lados do muro prisional.

Arrolando e escrutinando outras tipologias documentais, apresentadas pormenorizadamente adiante, nossa leitura distancia-se deste modelo interpretativo e enfatizará a maneira como os presos comuns agiram politicamente tomando como elemento propulsor de suas ações as oportunidades erigidas pelas transições e rupturas institucionais desta conjuntura, interpretada aqui como uma estrutura de oportunidades políticas, ou seja, oportunidades fornecidas pelo ambiente político, em diferentes conjunturas, para que as pessoas se organizem, ou não, coletivamente na medida em que altera as expectativas de sucesso ou falha dos diferentes atores políticos (TARROW, 1994). Essa espécie de paralaxe, em suma, permitirá vislumbrar outros sujeitos e, por conseguinte, outras formas de viver e atuar politicamente. Trazer à baila esses presos comuns, seus repertórios culturais e experiências políticas individuais e coletivas, é o que pretendemos realizar no decurso da pesquisa.

V. OBJETIVOS

Geral

Demonstrar as correlações positivas entre as disputas políticas, erigidas na conjuntura da Era Vargas, e as mobilizações políticas, individuais e coletivas, dos presos comuns da Casa de Detenção do Recife.

Específicos

1. Identificar o lugar ocupado pela Casa de Detenção do Recife como tópos nas propagandas políticas de contestação e legitimação dos interventores em Pernambuco, em diferentes quadrantes da Era Vargas, precisamente na sua montagem 1930, radicalização em 1937 e desmonte 1945.
2. Investigar as trajetórias socioinstitucionais dos sujeitos históricos que personificaram a tematização e instrumentalização política da Casa de Detenção nos contextos de acirramento da luta política. Nomeadamente, Ulysses José dos Santos, José Lourenço da Silva, o “Marreco” e o estudante Demócrito de Souza Filho.

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

3. Analisar a recepção e uso das retóricas políticas externas como parte da estratégia engendrada pelos presos comuns em suas correspondências às autoridades.
4. Mapear e caracterizar os enfrentamentos coletivos de presos comuns em diferentes momentos; interpretando-os em correlação com a dinâmica externa.

VI. METODOLOGIA: MATERIAL E MÉTODOS
--

É escusado insistir que é em função do objeto que deseja investigar que o historiador estrutura sua periodização, coligi as suas fontes e elabora seu enfoque teórico-metodológico. Para conseguir avançar nas questões interrogadas ao passado e articular com legitimidade suas respostas o historiador(a) necessita, inexoravelmente, das evidências. No entanto, as fontes não “falam” por si, isto é, para fazê-las responder às questões propostas é necessário adotar procedimentos heurísticos adequados aos seus interesses analíticos (RÜSEN, 2015). Como demonstrou Paul Ricoeur, o documento não existe previamente às interrogações do historiador, afinal, são estas que instituem e validam os registros do passado, posto que eles são “mudos e órfãos”, pois, os autores e as circunstâncias que os produziram deles já foram desligados espacial e temporalmente. De modo que o testemunho se acopla a função de uma prova heurística que confere legitimidade ao trabalho do historiador. Apesar de todo rastro do passado ser potencialmente um documento, é a questão que o conforma enquanto tal. Para Ricoeur, “torna-se documento tudo que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar informações sobre o passado” (RICOEUR, 2007, p.189).

Metodologicamente, a primeira etapa das “operações processuais” que compõem a pesquisa é o teste heurístico. Sua função é disciplinar a pergunta e examinar a viabilidade das questões formuladas, bem como, perquirir a adequação das indagações e das tipologias documentais arroladas. Além de garantir que as perguntas não fiquem aquém do atual acervo historiográfico e sejam socialmente relevantes (RÜSEN, 2015). Dito isto, passamos a indicar as fontes que serão examinadas no decurso da pesquisa, suas tipologias e os procedimentos metodológicos aplicados em cada espécie documental de modo a correlacioná-las com os objetivos específicos indicados acima. Para tanto, propomos o escrutínio de variadas tipologias documentais:

PERIÓDICOS

Com o fito de viabilizar o objetivo específico número um, realizaremos uma pesquisa onomástica em alguns jornais. Esses periódicos nos auxiliarão a dimensionar o lugar que a Casa de Detenção ocupou nos debates políticos desta conjuntura. Além disso, cumpre salientar que os jornais de oposição publicavam cartas remetidas pelos detentos, com vistas a explorar publicamente as e suas fragilidades rotinas institucionais. Pensamos o uso dos jornais como sendo, simultaneamente, objeto e fonte de pesquisa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Estaremos atentos em “decodificá-los a partir de seus usos e finalidades (SAMARA; TUPY, 2007, p. 61). Apesar de seu emprego corrente como registro para escrita da História nunca é demais ressaltar os equívocos em que podemos incorrer ao tomá-los como “receptáculo de verdades”. É preciso atentar para “o grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos” (SILVA; FRANCO, 2010, p. 5). Esses periódicos serão analisados de modo a explicitar “as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (LUCA, 2008, p. 140).

Para o uso adequado dos periódicos é preciso mais que coletar informações, colocá-las em suspeição e restituir as dinâmicas de produção do periódico. Para tanto, precisamos, delinear a própria história do periódico, suas fontes de receita e projeto editorial, entender suas formas de organização e materialidade (periodicidade do jornal, a qualidade de sua impressão, tipo de papel, suas iconografias), bem como, demarca o público leitor (LUCA, 2008,).

Os periódicos foram selecionados por dois critérios fulcrais. Primeiro, pela centralidade que auferiram como veículos da opinião governista ou das críticas aos interventores, tiveram ampla circulação e, o mais importante, aparecem citados nominalmente pelos presos em seus requerimentos e queixumes. As lutas políticas que encontravam no periodismo uma arena fundamental, na petição dos detentos conformava-se em fundamento legitimador de suas demandas. Em uma dessas cartas anônimas, escrita por “servos obscuros” em 1931, e pleiteando oferecer defesa da “classe presidiária”, os signatários salientaram, por exemplo, que estavam “baseados no que publicou o Diário da Manhã que se estava na época de denunciar-se o que permanecia latente, então denunciaram ao Ex^{mo} Dr. Secretário de Justiça contra o guarda Gercino” (APEJE. Coleção CDR. Volume 142, p. 841. Grifo nosso).

De fato, a leitura e escrita ocupou um papel fundamental nas dinâmicas de contestação do cotidiano prisional. Por isso, a comunicação escrita era tão monitorada. A direção da instituição entendeu que a simples proibição não surtia o efeito almejado e optou por fomentar a criação de uma publicação que atuasse no sentido de moralizar os presos na medida em que difundisse valores de hierarquia, a ordem e a disciplina. A criação do jornal instituição Redenção é uma evidência da prática de leitura na instituição ainda que bastante alto fosse o índice de analfabetismo entre os presos.

Localização: Arquivo Nacional Hemeroteca Nacional Digital: acervo digital.

Hemeroteca do Arquivo Público Jordão Emerenciano: acervo impreso.

Periódicos selecionados: Diário da Manhã, Jornal do Recife, Jornal Pequeno, Diário de Pernambuco, Folha da Manhã e o Jornal Redenção, de circulação interna na prisão.

PRONTUÁRIOS DE PRESOS COMUNS

Para dimensionar as trajetórias socioinstitucionais, indicadas no objetivo específico número dois, os prontuários são nodais. Trata-se de dossiês institucionais que apresentam série de informações produzidas por diferentes atores da Justiça Criminal. Registram, pontualmente, o percurso institucional dos detentos não só na Casa de Detenção, mas também nos cárceres pernambucanos. Além disso, descrevem os crimes que incorreram e suas circunstâncias, atenuantes, agravantes e qualificadoras. Suas idas e vindas pelos caminhos da justiça, o registro de suas penalidades, as penas disciplinares que incorreu no cárcere,

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

as requisições dos advogados e até cartas remetidas pela família. Buscam radiografar o perfil do detento, de modo a verificar suas tendências ao crime ou “regeneração”. Em recente incursão metodológica acerca das fontes prisionais, Viviane Borges e Fernando Salla (2023) sustentam que os prontuários institucionais são uma tipologia privilegiada, por “reunir complexa e diversificada documentação, produzida para atender a várias finalidades” (BORGES; SALLA, 2023, p.47). Sublinharam ainda a proficuidade dos “prontuários, por seu caráter polifônico, multifocal” (BORGES; SALLA, 2023, p.47).

De fato, nos prontuários da Casa de Detenção do Recife encontramos simultaneamente as percepções do diretor, subdiretor, o parecer “técnico” elaborado pelo Gabinete de Identificação e pelos membros do Conselho Penitenciário. Por essa característica, notadamente polifônica, em que muitas visões institucionais se encontram agrupadas, esses documentos servirão para reconstituir as trajetórias socioinstitucionais de alguns detentos, conforme indicado no objetivo específico.

Via de regra, a extensão e a proficuidade das informações contidas nestes documentos dependem dos embates com as normas e regulamentos prisionais. Em meio ao discurso predominantemente lacônico da burocracia judicial e prisional, os prontuários de presos mapeamos situações que engendravam extensas comunicações e que alteravam o ritmo insípido do relato burocrático. Quase sempre a mudança extensão dos prontuários sé indício da existência de circunstâncias que convulsionaram o mundo da prisão. Por isso, a partir da perspectiva da “História Social, nos prontuários se pode captar trajetórias de sujeitos que passariam anônimos em suas vidas, mas que sobre eles recai o peso das instituições de controle social” (BORGES; SALLA, 2023, p.56).

Nesta etapa, ainda exploratória, localizamos dois extensos prontuários sobre José Loureço da Silva, o “Marreco”. Em nossa pesquisa, usaremos essas informações, a partir da técnica de redução da escala de observação, para rastrear trajetórias socioinstitucionais de alguns detentos (REVEL, 1998). Escusado salientar que a redução da escala é um procedimento metodológico, caro à abordagem da micro-história, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado. Deste modo, convém sublinhar que neste tipo de investigação, o historiador em captar “a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e dos recursos materiais” (LEVI, 1992, p.136) Esses documentos permitem, por sua tipologia, pensar a trajetória dos indivíduos antes de seu encarceramento. É preciso também ter em conta que a experiência institucional dos detentos está articulada igualmente aos valores e aprendizados exógenos à instituição, isto é, o repertório sociocultural dos prisioneiros não é apenas um produto de condições internas ao cárcere nem tampouco uma mera resposta a elas. Por isso, suas experiências sociais anteriores podem ter atuado como fator importante no entendimento das ações coletivas e, novamente, nos forçam a mirar além dos muros prisionais para apreendê-las adequadamente.

Referência:

Localização: APEJE.

Referência: Prontuários. Projeto de Preservação do acervo da Casa de Detenção. Caixa 200. Prontuários: 15061-15120.

PETIÇÕES, CARTAS E REQUERIMENTOS DE PRESOS COMUNS.

Os documentos redigidos pelos próprios presos são o arcabouço principal que utilizamos para constatar

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

o impacto da conjuntura política no cotidiano prisão. Pretensão central, indicada no objetivo específico três. Trata-se de documentos fundamentais para o desígnio da pesquisa. Por meio deles e partir das técnicas da metodologia hermenêutica, poderemos constatar a existência do processo de apropriação dos presos nas retóricas políticas em disputa nas ruas. Como nos lembrar J. Rüsen, a “hermenêutica traz para o horizonte do interesse de pesquisa as fontes que podem valer como intencionalidade objetivada, como manifestação das intenções e interpretações determinantes e orientadoras do agir” (RÜSEN, 2007, p. 140).

Analisaremos estes documentos sob a perspectiva da análise do discurso e em diálogo com os aportes da linguística. Desta forma, esses escritos serão analisados sob o mote estratégico da “simulação”, ou seja, reputamos que os presos optam por tomar “de empréstimo o vocabulário de um grupo que não é o seu para sustentar um discurso do seu grupo, fazendo aparecer como discurso de outrem” (ROBIN, 1977,p.45).

Do ponto de vista teórico-metodológico, reputamos que essa leitura não resultou de mera reprodução do discurso emitido pelos grupos que disputavam a gerência do Estado, mas de ardilosa apropriação. Trata-se de uma percepção elaborada em condições peculiares, dotada de nuances e significados originais. Filtrando, combinando e subvertendo o sentido da argumentação dos periódicos e portarias governamentais, os presos perfizeram uma argumentação peculiar. E dela se muniram para reivindicar os gestores. Como demonstrou Roger Chartier “a leitura de um texto pode escapar à passividade que tradicionalmente lhe foi atribuída. Ler, olhar ou escutar são efetivamente, uma série de atividades intelectuais que [...] permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência” (CHARTIER, , 1988, p.59).

Em consonância com as formulações de Michel de Certeau, procuramos perceber uma manipulação criativa na recepção destes conteúdos. Ora, sabemos que os enunciados propalados pelos periódicos não eram unívocos, espécie de letra morta, ao contrário, prestavam-se a diversas e inesperadas utilizações. Segundo Certeau, a interpretação “é o lugar onde se produz o encontro, sempre diferente, entre a palavra já escrita e os novos sentidos que os leitores lhe vão dando”. (CERTEAU, 1994. P.264). Nestes documentos, escritos pelos próprios detentos, o conteúdo político e uso da retórica da Revolução é marcante. Além disso, esses relatos nos fornecem a percepção dos presos não apenas sobre a justiça penal de um modo geral mais sobre o cotidiano da Casa de Detenção do Recife em particular. É bem verdade, por um lado, que as modernas instituições desenvolverem uma verdadeira guerra contra os escritos de presos, um autêntico “panóptico gráfico” nos termos de Philippe Artières (2006), mas, por outro lado, os presos foram bastante inventivos não só ler, como produzir seus próprios textos que oscilaram da deferência à denúncia explícita.

Localização: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Fundo Petições. Volume nº 41 – Petições de Presos.

Fundo Casa de Detenção do Recife. Série “Papeis do Dia”.

Volumetria: 2.4/39 à 2.4/155 (166 volumes que recobrem o período de 1930-1945).

Coleção Casa de Detenção do Recife.

Volumes: 142, 159, 161, 162, 165.

INQUÉRITOS E SINDICÂNCIAS ADMINISTRATIVAS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

Para entender as circunstâncias que tornaram as rebeliões coletivas uma opção para os presos comuns— tal como descrito no quarto objetivo específico – será preciso avançar além da interpretação constante nos jornais e nos ofícios exarados pela direção da instituição. Essas correspondências oficiais buscam demonstrar que além de irracionais, aqueles acontecimentos eram aleatórios. Nos termos da documentação eram episódios que manifestavam “surto de indisciplina”. Devemos lembrar, em consonância com as contribuições de César Lourenço Rúbio, historiador especialista nas rebeliões prisionais da Espanha, que subjacente a ação de violência individual ou coletiva podemos encontrar formas de negociação e resistência ao ordenamento prisional, portanto, em ações violentas podem encontrar-se “a busca de um fim coletivo” (LOURENZO RUBIO, 2013, p.26).

Diferente do que querem nos fazer crer os administradores da Casa de Detenção por meio de seus lacônicos ofícios, aqueles eventos não foram decorrência de um “surto” irracional e espasmódico que possa ser explicado pelo presumido gregarismo comum à vida prisional. Essas ações foram articuladas e pensadas em conexão com aquele contexto de ebulição social que era vivenciado pelo Recife. Na leitura dos presos comuns aqueles atos eram adequados para confrontar as crescentes agruras cometidas por um governo que, pouco antes, se notabilizou por denunciá-las quando, então, ocupava o campo da oposição política. Longe de um surto irracional supostamente demonstrativo da ignorância dos presos comuns, compreendemos aqueles eventos como produzidos pela articulação política. Assim, pretendemos dimensionar suas demandas, métodos de organização, lideranças e implicações.

Para tanto, Localizamos três Livros de Inquéritos produzidos pela administração prisional com o fito de investigar os meandros da organização coletiva dos detentos comuns. Em sua totalidade coligem 359 depoimentos de presos comuns e 24 de presos políticos. Quantitativamente, isso equivale a mais de 40% dos presos existentes na instituição, se tomarmos como referência o contingente carcerário que havia no dia que eclodiu o motim em 1932. Tipologicamente, essa documentação é riquíssima. Antes da transcrição dos depoimentos propriamente ditos esses inquéritos apresentam um histórico do preso a partir de uma estrutura fixa da oitiva. Ali é anunciado o nome do preso, sua filiação, instrução, crime e, em apenas um dos livros, a profissão. Diante disso, tornou-se possível a quantificação destes dados no intuito de delinear um perfil, ainda que bastante aproximativo e geral, dos presos comuns. Do ponto de vista metodológico, para organizar as informações extraídas desses inquéritos utilizaremos uma abordagem inferencial indutiva (ARÓSTEGUI, 2006).

Esses inquéritos não são, obviamente, uma tipologia documental destituída de seleções e filtros, ao contrário, todo procedimento desta natureza é proveniente de uma ação deliberada para estabelecer responsabilidades. Não devemos nos aturdir demasiadamente diante dessa constatação, visto que as reformulações da ciência histórica e as apropriações interdisciplinares têm ofertado um manancial de procedimentos que permitem ao historiador trabalhar com essas fontes oriundas de instituições e práticas repressivas. Devemos atentar para o momento de produção daqueles relatos. Isso significa investigar em que medida as respostas dos detentos são ecos das perguntas daquele que interroga. Arlette Farge (2011) demonstrou como essas falas oriundas de procedimentos investigatórios - verdadeiros “pedaços de respostas anotadas” - são fundamentais para mapear as racionalidades e embaraços contidos nas ações dos sujeitos investigados. Segundo a historiadora, esses depoimentos possibilitam o mapeamento de formas anclares de pensar e agir do mundo. De modo que é preciso usá-los “não para provar o que já se sabe sobre as classes pobres ou populares, mas para mostrar, com apoio da prova, como estas classes populares traçam algo de outro, de alhures, de diferente, de improvável” (FARGE, 2011, p. 64). Os presos não estavam de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

modo algum alheios a isso. Falar menos possível de modo a não se comprometer com a situação é a estratégia mais recorrente nestes depoimentos que compulsamos. Para as pessoas comuns, convém lembrar, a realização das oitivas na justiça criminal e dos demais procedimentos investigativos é sempre um momento de tensão e apreensão. Mas, por outro lado, convém registrar que parcela daqueles presos não estava depondo pela primeira vez e já deviam ter alguma experiência na arte de se desvencilhar das artimanhas do interrogador.

O historiador precisa ter cuidado e não tomar o conteúdo das partes que compõem o inquérito como se fossem descrições literais e desinteressadas dos atos dos envolvidos. Diante desses relatos, a primeira e perigosa sensação que temos é ter, efetivamente, encontrado a “fala” dos presos. A exiguidade de fontes é o móvel de uma relação apaixonada de encontro e descoberta. Ora, é justamente essa sensação de familiaridade e transparência dos depoimentos que tende a inebriar o historiador, posto que “nada é mais enganador do que a aparência da evidência” (FRANÇOIS, 2006, p.158)

Tanto é assim que uma interpretação literal e incauta dos depoimentos arrolados nos três livros nos levaria a um corolário ambíguo: quase todos os presos afirmam que a maior parte dos reclusos participou ativamente da rebelião, exceto, claro, aquele indivíduo que prestava essa informação no inquérito. Esse fato pode nos indicar que diante do interrogatório os presos procuraram desenvolver estratégias argumentativas, pautando-se em posturas preventivas e em receios de serem responsabilizados. Ademais, é preciso antever as redes de solidariedades e rivalidades que permeiam os depoimentos colhidos por esses procedimentos de investigação. Não deve surpreender, por exemplo, que a indicação de participação de um dado sentenciado por seu desafeto possa ser um mecanismo de ajustes de contas com vista a incriminá-lo.

Localização: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Fundo Casa de Detenção do Recife. Série 13 (Inquéritos).

Volumetria: (APEJE).13.1/1, 13.1/2, 13.1/3.

Coleção Casa de Detenção do Recife.

Volumes: 142, 159, 161, 162, 165.

PARECERES DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DE PERNAMBUCO

Ainda praticamente inexplorado como fonte para a história das prisões, esses pareceres são uma documentação extraordinária. Poucos historiadores mobilizaram essa documentação. Para o Conselho Penitenciário de Pernambuco inexistem trabalhos. Esse corpus documental será escrutinado com técnicas quantitativas e qualitativas. A estruturação desta tipologia permite a estrutura formal do inquérito, com informações apresentadas de maneira padronizada e repetitiva, visava apresentar as características dos detentos e nos permitiu condensar alguns dados atinentes à instrução, profissão e os crimes mais recorrentes. Por outro lado, empreenderemos uma minuciosa análise documental, em conformidade com o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

itinerário proposto por A. Cellard (2008).

No presente momento de elaboração deste projeto de pesquisa, o fundo Documental do Conselho Penitenciário de Pernambuco, custodiado no Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), encontra-se interditado. Em função da falta de funcionários para trabalharem no processo de catalogação da documentação. No entanto, no decurso da pesquisa do doutoramento conseguimos coligar e fotografar 560 pareceres emitidos pelos conselheiros entre os anos de 1930-1936.

Para mensurar a proficuidade desta tipologia documental é preciso entender sua origem e materialidade. Por determinação do decreto-lei 16.665, datado de 1924, criava-se no Brasil o instituto do livramento condicional que já havia sido preconizado pelo Código Penal de 1890, mas que nunca chegou a ser implementado efetivamente. O decreto reformulou as condições de concessão do livramento a fim de lhe tornar exequível e uma das principais inovações do decreto consistia, justamente, na criação do Conselho Penitenciário, cuja atribuição precípua era realizar a análise dos pedidos de livramento condicional dos presos que tivessem direito de requisitá-lo.

A formação do Conselho Penitenciário era da alçada do poder estadual. De caráter consultivo, caberia aos conselheiros elaborar um parecer que seria remetido para o Juiz, que deveria emitir a decisão final, que normalmente – mas nem sempre – anuía as conclusões dos conselheiros. Os pareceres emitidos pelo Conselho Penitenciário, por sua vez, deveriam ser abastecidos com informações oriundas dos assentamentos de prisão fornecidos pelo diretor da instituição e dos laudos periciais emitidos pelas autoridades médicas.

Em Pernambuco, o Conselho Penitenciário foi criado pelo ato 1.625 que data de 18 de novembro de 1926. Seus conselheiros eram três juízes e dois médicos além de um secretário que era o próprio diretor da Casa de Detenção, em cujas dependências se instalou uma sede para as reuniões que eram realizadas, ao menos, uma vez por mês, conforme o regulamento do órgão (BRITTO, 2019).

Nesses pareceres existem ao menos três interlocutores claramente atuantes. Primeiro, aparece a solicitação do preso, que se fosse alfabetizado escrevia sua própria requisição o que sempre causava uma boa impressão do requerente junto aos conselheiros posto que o analfabetismo era entendido como um elemento que fomentava a recidiva da prática delinquente. Quando se tratava de um sujeito analfabeto a solicitação era remetida “arrego”, ou seja, escrita pelo escrivão da instituição. Outra voz presente nesta documentação é a do diretor da Casa de Detenção que tinha por incumbência descrever o comportamento do preso no cotidiano prisional para que a autoridade do Conselho Penitenciário, por fim, formulasse um parecer que seria enviado ao Juiz que deveria analisar a indicação dos conselheiros, que por ser um órgão consultivo, dependia da aquiescência final desta autoridade, o que normalmente acontecia.

Interessam-nos mais as descrições da conduta dos presos do que as digressões analíticas em que, não raro, enveredava o diretor do estabelecimento prisional, pois, a partir delas pretendemos delinear uma regularidade nos comportamentos dos presos comuns.

A partir do uso desta tipologia foi possível adentrar nas leituras que as autoridades criminais de Pernambuco realizavam sobre os criminosos comuns, notadamente, no que concerne às conexões entre criminalidade e analfabetismo. Esses homens de ciência, comumente chamados à época de penitenciarista, não poderiam considerar que sujeitos de parco letramento fossem capazes de organizar consciente e conseqüentemente qualquer tipo de articulação política propositiva. Parte da relevância dos pareceres do Conselho Penitenciário estar em reunir numa mesma tipologia documental a percepção acerca dos presos comuns emitidas pelo diretor, conselheiros e juízes. É, portanto, nestes pareceres que podemos encontrar

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

informações sobre a vida dos detentos comuns, notadamente, sobre a educação, trabalho e o comportamento no cotidiano carcerário. Posto que os presos quase nada escreveram sobre suas “vidas infames” – a exceção das cartas e petições já trabalhadas no primeiro capítulo deste trabalho – esses pareceres não podem ser negligenciados e, ainda que eivados de concepções pejorativas sobre esses sujeitos, podem nos fornecer indícios valiosos ao passo que são perquiridos e problematizados. No presente momento de elaboração deste projeto de pesquisa, o fundo Documental do Conselho Penitenciário de Pernambuco, custodiado no Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), encontra-se interditado. Em função da falta de funcionários para trabalharem no processo de catalogação da documentação.

Localização: Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE).

Referência: Fundo Conselho Penitenciário de Pernambuco.

Caixas: 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 26.

Recorte cronológico: 1929-1936

Volumetria: 560 pareceres

CORRESPONDÊNCIAS DA DIREÇÃO (DIRETOR E SUBDIRETOR).

Essa documentação é composta basicamente por ofícios exarados e recebidos pela direção do estabelecimento. Via de regra, em conformidade com os regulamentos institucionais, o diretor da instituição se comunicava predominantemente com os diversos delegados, com chefe de polícia, com o secretário de segurança pública e com o próprio interventor. A documentação que compulsaremos está contida, simultaneamente, na Coleção e no Casa de Detenção do Recife e na Série Correspondências do Diretor. Nesses registros, além das diversas banalidades burocráticas, podemos encontrar comunicações exaradas pelo diretor às diversas autoridades informando sobre os eventos que implicavam a ruptura da normalidade institucional, isto é, ações de transgressão disciplinar por parte dos presos. O historiador John Conley nos adverte que é premente avançar para além da retórica dos administradores e penetrar no funcionamento efetivo da instituição para que assim possamos mensurar as complexas funções sociais do encarceramento (CONLEY, 1984.).

Esse é seguramente o caso de, relembando as lições fundamentais de Walter Benjamin, trilharmos um caminho inverso – “a contrapelo” - do que propõe a narrativa oficial. Essa também é a sugestão de Ginzburg para quem somente a prática de trilhar a documentação pode dar conta de explicitar as relações de força que produzem e condicionam as fontes. Esses testemunhos nos permitem captar a interação entre o ordinário e o disruptivo no ambiente carcerário na medida em que se registram ocorrências nas “partes diárias”. Em meio ao discurso predominantemente lacônico do escrivão, é possível mapearmos situações que engendravam extensas comunicações e que alteravam o ritmo insípido do relato burocrático. Quase sempre a mudança do tamanho do relato é indício da existência de circunstâncias que convulsionaram o mundo da prisão. Nestas comunicações é frequente também a denúncia de condutas dos funcionários da instituição e dos militares, responsáveis pela guarda externa da instituição.

PROCESSOS- CRIMES.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

A utilização de processos-crimes como fonte possibilitará escrutinar a atuação de diversas ocorrências dentro e fora da prisão. A vida pregressa e as modalidades de associação criminosas anterior ao cárcere são de grande valia ao objeto da pesquisa. Essa modalidade de registro tem tido crescente utilização por parte da historiografia e permitiu mapear uma miríade de questões caras ao nosso objeto. Entretanto, sabemos que as falas contidas ali são elaboradas pela perspectiva da Justiça Criminal e dos seus mecanismos de produção da verdade, por conseguinte, nunca devem ser tomadas como índices transparentes da realidade que o historiador pretende investigar, afinal, são mediadas pelos diversos filtros interpostos pela atuação dos “operadores da Justiça”. Como registrou Fausto Boris (1984) dos atos aos autos toda uma série de reduções, ressignificações e distorções se operam na produção da verdade construída. Apesar de todas as armadilhas e sinuosidades que vicejam neste tipo de documentação, indubitavelmente, os autos penais constituem fonte privilegiada para o estudo da vida cotidiana no passado. Cotejando o nome dos indivíduos listados nas oitivas produzidas pelos três *Livros de Inquéritos* - ou seja, sujeitos que estavam sendo investigados por participarem direta ou indiretamente do enfrentamento de 1932 - com os documentos produzidos no âmbito da justiça criminal entre 1930-1945, disponíveis no acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco, localizamos várias ocorrências envolvendo esses indivíduos distribuídos em inquéritos policiais, habeas corpus e processos-crimes.

Parte da documentação já foi devidamente arrolada, triada e fotografada. Nestas caixas indicadas abaixo, constam processos que tematizam detentos importantes nas contestações da Casa de Detenção ou versam acerca de ocorrências cotidianas no interior da instituição que implicavam em homicídios. Já localizamos, por exemplo, o processo-crime de Ulysses José dos Santos, o herói popular da Revolução de 1930 no Recife, cuja trajetória pretendemos examinar, conforme indicamos no segundo objetivo específico deste projeto.

Localização: Memorial da Justiça de Pernambuco (MJPE).

Referência: Comarca do Recife. Processos-Crime.

Caixas: 699, 718, 1078, 1229, 1259, 1310, 1387, 1912, 2054, 2212,

VII - CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Nossa proposta de pesquisa alicerça-se, grosso modo, em dois aspectos cruciais na prática da pesquisa histórica, a “relevância social e científica” (ABRÃO, 2002. p. 51). Neste sentido, toda pesquisa histórica precisa, por um lado, fazer avançar tecnicamente a historiografia e seu campo com resultados inovadores e, por outro, abrir diálogo com a sociedade a partir de elaborações que dialoguem com questões prementes no tempo presente.

Do ponto de vista acadêmico, três deslocamentos analíticos delimitam a originalidade da pesquisa e conformam as contribuições almejadas. Ao estudar os presos comuns, de uma perspectiva analítica que conecta o cotidiano prisional e conjuntura política, a partir de novas tipológicas documentais, tencionamos sanar a lacuna de uma história das prisões na Era Vargas produzindo:

- ☐ Revisão crítica das abordagens clássicas do tema;

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

- ☐ Construir novas balizas analíticas para a historiografia nacional sobre o encarceramento na Era Vargas;
- ☐ Divulgação da produção científica nas revistas científicas especializadas: Nacionais com Qualis A1. Revista Tempo e Argumento, Dossiê “Escritos de presos comuns: experiências transnacionais sobre a prisão, publicação em 2026) e internacionais (Revista de História de las Prisiones, 2027);
- ☐ Participação em eventos de divulgação científica, com abrangência nacional e internacional. Eventos: Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão (edições de 2026 e 2027).
- ☐ Criação de grupo de estudos sobre a história das instituições punitivas no Brasil, envolvendo discentes da graduação e pós-graduação; alocada no Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Oitocentos – GEPHISO.

Do ponto de vista de sua relevância social, a presente pesquisa integra um esforço conjunto e interinstitucional - (Universidade Federal de Pernambuco, Instituto Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP) - para as comemorações do aniversário de fundação da Casa de Detenção do Recife. Em 2025, a instituição chega aos 180 anos de fundação! Um grupo pesquisadores e associações da sociedade civil se mobilizam para utilizar essa efeméride como catalizadora da temas das prisões, dos direitos humanos, da repressão política e da educação patrimonial. Em parceria com a Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP), com sede na Casa da Cultural, a pesquisa pretende:

- ☐ Estabelecer parceria técnica com Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP) com o fito de realizar uma serie atividades no campo extensão universitária: cursos, palestras e atividades de educação patrimonial.
- ☐ Produção de materiais educativos em formato diversos.
- ☐ Construção e Organização do evento em alusão ao aniversário de fundação da Casa de Detenção do Recife, inaugurada em 1855.

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2026											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Elaboração e submissão do projeto	Coordenador												
Revisão sistemática de literatura	Toda equipe												
Inserção de discentes no projeto	Coordenado												
Pesquisa empírica I - Heurística - APEJE	Toda equipe												
Pesquisa empírica II – Heurística – Memorial da Justiça	Toda equipe												
Processamento – crítica das fontes	Coordenador												
Grupo de Estudos sobre história das prisões	Toda equipe												
Apresentação da pesquisa em eventos Locais	Colaboradores												
Apresentação da pesquisa em eventos nacionais resultados parciais	Coordenador												
Apresentação da pesquisa em eventos Internacionais	Coordenador												
Publicação em Revistas Especializadas (Qualis A1 + A2)	Coordenador												
Reuniões com a APAP	Toda equipe												

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2027											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Pesquisa empírica III - APEJE -	Toda equipe												
Pesquisa empírica IV – memorial	Toda equipe												
Reuniões com discentes – grupo de estudos	Toda equipe												
Organização do evento CDR	Toda equipe												
Realização do evento	Toda equipe												
Publicação em Revistas Especializadas (Qualis A1 + A2)	Coordenador												
Apresentação dos resultados finais da pesquisa	Coordenador												

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 361/2021 DO CEPE)

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
- ARTIÈRES, Philippe. A polícia da escritura: práticas do panóptico gráfico. In: GONDA, José; KOHAN, Walter (orgs.) **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. pp. 37-49.
- ARTIÈRES, Philippe; LASCOUMES, Pierre. Gouverner, enfermer. La prison, un modèle indépassable? "Prison et changement démocratique". In: **Critique internationale**, vol. no 16, no. 3, 2002.
- BORGES Viviane; SALLA, Fernando. **Prisões**: introdução à pesquisa. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- BRITTO, Aurélio de Moura. A historiografia sobre as prisões na Era Vargas:: notas preliminares ao debate. Revista História: **Debates E Tendências**, 22(1), 2022, 44-61.
- BRITTO, Aurélio de Moura. **O germe da indisciplina**: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). 2019. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**. São Paulo, 1991.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, pp. 295-316, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CERUTTI, Simona. "A construção das categorias sociais". In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, pp. 233-242.
- CLEMMER, Donald. **Prision Community**. 2. ed. Nova Iorque: Holt, Rinehart And Winston, 1958.
- COMBESSIE, Philippe. "The Sensitive Perimeter of a Prison. A Key to Understanding the Durability of the
- COMBESSIE, Philippe. "The Sensitive Perimeter of a Prison. A Key to Understanding the Durability of the Penal Institution". In: V. RUGGIERO (et al). **The New European Criminology**, Londres e Nova Iorque. Routledge, 1998.
- CUNHA, Manuela Ivone. (org.). **Aquém e Além da Prisão**. Cruzamentos e Perspectivas, Lisboa: Editora Noventa Graus, 2008.
- FARGE, Arlette. Lugares para a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Vol. IV. Estratégia, Poder-saber". Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.
- FRANÇOIS, Étienne. Os tesouros da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- IGNATIEFF, M. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. Instituições – **Revista Brasileira de História**, 7(14):185-193, São Paulo, Marco Zero/Anpuh, mar.ago. 1987.
- LASCOUMES, Pierre. "Ruptures politiques et politiques pénitentiaires, analyse comparative des dynamiques de changement institutionnel", *Déviance et Société*, vol. 30, no. 3, 2006, pp. 405-419.

Confere com o original assinado pelo Reitor em Exercício e arquivado nesta Secretaria Geral.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LOURENZO RUBIO, Cesar. **Cárceles en llamas**. El movimiento de presos sociales en la transición. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

LUCA, T. R. de . História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2aed.São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153

MAIA, Clarissa Nunes. “A Casa de Detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915)” In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das Prisões no Brasil**. (Vol. 2). Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 130.

OLIVER OLMO, Pedro. “La acción colectiva em las prisiones y el cambio social. Los presos comunes como sujetos históricos”. **Proyecto de Investigación inserto em La Propuesta académica e investigadora**, inédita, Departamento de História da Universidad de Castilla-La Mancha (UCLM), 2005.

Penal Institution”. In: V. RUGGIERO (et al). **The New European Criminology**, Londres e Nova Iorque. Routledge,

REVEL, Jacques. Jogos de Escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. ROBIN, Régine. **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. (Trad. Estevão de Rezende Martins). Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SALLA, Fernando Afonso. “A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar”. In: KOERNER, Andrei. (Org.). **História da Justiça Penal no Brasil: pesquisas e análises**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2006, pp. 107-127, p.115.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. “Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica”. In: **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Cambridge, 2002. pp.1-33.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:



Documento assinado digitalmente

AURELIO DE MOURA BRITTO
Data: 23/09/2025 08:09:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



PROJETO DE PESQUISA

TEORIA E PRÁTICA DO “PÓS-NARRATIVISMO”: FATO E FICÇÃO NO NOTICIÁRIO DA IMPRENSA RECIFENSE (1889-1920)

ISRAEL OZANAM DE SOUSA CUNHA

RESUMO

O projeto investiga a articulação entre fato e ficção no noticiário da imprensa recifense entre 1889 e 1920, tomando como fontes os jornais *A Província*, *Jornal do Recife* e *Jornal Pequeno*, bem como a documentação policial da época. Engajando-se ativamente no debate teórico sobre narrativismo e pós-narrativismo, a pesquisa busca compreender como a factualidade narrativa emerge nas fontes históricas e como se entrelaça com estratégias de ficcionalização, próprias tanto da literatura quanto do jornalismo do período. A metodologia articula reflexão conceitual e análise empírica, aplicando aportes da narratologia pós-clássica e das teorias da ficção à investigação de práticas discursivas presentes nos jornais e da recepção dessas práticas por leitores específicos, como a polícia. Ao situar-se na fronteira entre teoria da história e teoria literária, a proposta visa oferecer contribuições metodológicas para o estudo das fontes regionais, ao mesmo tempo em que dialoga com debates nacionais e internacionais sobre a relação entre narrativa, factualidade e ficcionalidade.

Palavras-chave: Narratologia Historiográfica; metodologia da história; imprensa; literatura

INTRODUÇÃO

A prática de referir-se ao passado por meio da narrativa de fatos se depara atualmente com uma crise de legitimidade em pelo menos duas das principais esferas de atuação dos profissionais da área de história. Em primeiro lugar, há décadas as pretensões referenciais da pesquisa histórica vêm recebendo diversas críticas vindas da filosofia, da linguística, da antropologia e da teoria literária, direcionadas ao estatuto ontológico dos fatos e do sujeito do conhecimento que atribui significados a eles. Em segundo lugar, os professores de história enfrentam a necessidade de familiarizar os alunos com um olhar reflexivo sobre as informações que consomem, especialmente levando em consideração a circulação maciça de fatos não referenciais, as chamadas “Fake News”.

Com efeito, as sucessivas edições da coletânea “O Ensino de História e a Criação do Fato”, organizada por Jaime Pinsky (2014), indicam a contínua relevância de abordar-se em sala de aula o papel que a origem, transmissão e credibilidade da informação tem na produção do conhecimento. Algo que já era relevante nos anos 1980, ano da primeira edição dessa coletânea, se tornou ainda mais

relevante no século XXI, quando as redes sociais permitem um grau sem precedentes de difusão de informações muitas vezes conflitantes.

Diante desse duplo desafio à pesquisa e ao ensino, este projeto pretende examinar como a factualidade narrativa se manifesta nas fontes históricas e de que modo se entrelaça de forma complexa com a ficcionalidade. No cerne da abordagem proposta estará uma articulação entre teorização e empiria que seja capaz de incidir sobre o ensino e a pesquisa no contexto regional e, ao mesmo tempo, posicionar-se em um debate acadêmico mais amplo. Em relação a este último ponto, trata-se de tomar parte na busca por saídas para o conhecimento histórico, a qual vem sendo amplamente realizada por historiadoras e historiadores. Nas diversas formas assumidas por essa busca nos últimos anos, tem se sobressaído a nível internacional a percepção de que afirmar a existência de uma relação cognitiva entre a historiografia e o passado envolve superar a ênfase no aspecto narrativo da escrita da história e sua relação com a literatura.

É possível que um dos primeiros sinais disso tenha sido a mudança da noção de narrativa para a de representação na forma como a prática historiográfica é definida por Frank Ankersmit. Outrora considerado um dos mais proeminentes historiadores pós-modernos, ele deixou de assumir essa identidade em função da sua insatisfação com a ênfase textual do chamado projeto narrativista (OHARA, 2013, p.9; MENEZES, 2018, p.199-122).

Como lembra David Carr (2006, p.239), ao longo do século XX dar destaque ao aspecto narrativo da historiografia geralmente significava rejeitar qualquer aspiração de que ela pudesse se referir a uma realidade existente fora dos textos. Tratava-se da inversão de um estilo de escrita científica oitocentista que, embora tenha sido questionado ainda no século XIX, adquiriu maior sistematicidade quando filósofos analíticos voltaram sua atenção à história em meados do século XX. A partir daí, tratar da diferença entre ela e as ciências se tornou quase sinônimo de tratar das suas semelhanças com a literatura (NITZ, 2013, p.72-73; SIMON; KUUKKANEN, 2015).

Desse modo, tão logo as análises estruturais da narrativa literária ganharam força na França, foram estendidas também à historiografia, como mostra a publicação do ensaio “O discurso da história” por Roland Barthes em 1967. Em sintonia com essas tendências, Hayden White consolidaria dentro da historiografia o elo entre a narratividade da prosa historiográfica e a natureza linguística dos fatos narrados (NITZ, 2013, p.74). Em outras palavras, refletir sobre a historiografia passava a ser entendido como olhar para dentro do texto, enquanto aquilo que poderia ir além dele deixava de ser priorizado ou era questionado, a começar pela noção de “autor”.

Então não surpreende que atualmente a revalorização da experiência humana e dos fundamentos epistemológicos da pesquisa documental seja designada de “pós-narrativista” (SIMON; KUUKKANEN, 2015, p.155; SIMON, 2019, p.65). Isso afirmaria a existência de aspectos da

historiografia independentes da narratividade e, portanto, passíveis de serem estudados sem trazê-la para o cerne da análise (TUCKER, 2010, p.78).

Ao desenvolver este projeto, porém, espero demonstrar que um tema atualmente valorizado na teoria da história como o da transmissão da informação nas fontes não apenas é compatível com a atenção ao problema da narrativa e da relação entre história e literatura, como pode estar intimamente relacionado a ela por remeter às fronteiras entre fato e ficção. Mas, para chegar-se a esta constatação, é preciso levar em consideração que, no campo da literatura, a teoria narrativa não parou no formalismo da chamada narratologia clássica dos anos 1960-1970 (DARBY, 2001).

Uma nova geração de pesquisadores, junto a antigos adeptos da abordagem estrutural (CHATMAN, 1990), tem já há algumas décadas se voltado a questões contextuais. São reflexões geralmente aprofundadas em temas considerados próprios dos estudos literários e baseados em fontes também consideradas literárias (principalmente romances), distanciando-se assim das temáticas abordadas em publicações na área de teoria da história, ainda que sejam grandes as suas implicações para o trabalho historiográfico.

Com efeito, os muitos nomes que a narratologia atualmente recebe – pós-clássica, contextualista, pragmática, extratextual etc. – frequentemente fazem direta oposição ao modelo de base linguística que no passado colocou em questão a viabilidade epistemológica da historiografia (DARBY, 2001). Desse modo, do interior dos estudos literários tem agora surgido o interesse renovado em investigar o lugar da narrativa na relação entre história e literatura (NÜNNING, 2004; JAEGER, 2011). Nisso se destaca a proposta de Julia Nitz de investigar o problema numa perspectiva não apenas literária, mas também historiográfica, partindo de uma sugestão contida na obra narratológica de Dorrit Cohn sobre a demarcação da fronteira entre ficção e não-ficção (NITZ; PETRULIONIS, 2011, p.5; NITZ, 2013, p.78).

Nesse sentido, a teoria narrativa recente vem agregando abordagens em torno de uma narratologia historiográfica centrada no estudo da difusão e da recepção das narrativas dos historiadores. Ou seja, ao invés de apenas comparar a estrutura interna de textos históricos e literários, chama-se a atenção para o fato de que a história é apropriada por um público muitas vezes dotado de um senso de separação entre fato e ficção. Nesse sentido, pode-se dizer que Julia Nitz e outros autores têm o mérito de mostrar maneiras pelas quais o discurso da história é contextualmente situado. Por outro lado, embora essa narratologia contextual se distancie do formalismo da narratologia clássica, ainda tem em comum com ela a tendência a relacionar literatura e história a partir da análise dos textos escritos pelos historiadores.

No entanto, os desafios epistemológicos impostos ao discurso histórico pela narrativa ficcional não começam na escrita dos historiadores e sim na escrita das fontes nas quais os historiadores se baseiam, como procurei demonstrar em dois textos que se encontram atualmente no

prelo (OZANAM, 2025a, 2025b). Ou seja, cabe entender como imaginação e observação, literatura e ciência, ficcionalidade e facturalidade se articularam ao longo do tempo, nos diferentes contextos nos quais as fontes históricas foram escritas. Isso abre inúmeras possibilidades de estudo sobre o lugar da narratividade nos variados processos pelos quais os autores das fontes mobilizavam seu aporte intelectual para dar forma discursiva à experiência humana extratextual.

Tendo em vista que tais processos podiam variar consideravelmente a depender do lugar, do período e do tipo de fonte, a validade da abordagem teórico-metodológica aqui proposta dependerá do seu atrelamento a um recorte empírico específico. Ou seja, esta pesquisa possui duas dimensões indissociáveis. Ela consiste primeiro numa reflexão conceitual situada na interface entre teoria literária e teoria da história no horizonte do chamado “pós-narrativismo”. Tendo em vista, porém, que essa reflexão teórica parte da premissa de que é necessário compreender os processos de produção das fontes históricas, a pesquisa possuirá também uma dimensão prática nesse sentido. O rol de fontes que poderiam ser escolhidas para isso é virtualmente indefinido. No caso deste projeto, o recorte será o dos jornais recifenses *A Província*, *Jornal do Recife* e *Jornal Pequeno* entre as décadas de 1890 e 1910.

As motivações para a escolha desses jornais e desse período serão retomadas neste projeto no item referente à metodologia, mas de antemão é importante salientar dois motivos. Em primeiro lugar, a sua regularidade no período em que foram publicados e a sua fácil disponibilidade na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional os torna uma fonte privilegiada para o estudo de diversos aspectos da sociedade Pernambucana naquele período. Assim, uma análise teórico-metodológica a partir do seu conteúdo tem o potencial de contribuir diretamente para pesquisas a nível regional que os utilizam como fontes em pesquisas sobre quaisquer temáticas. Em segundo lugar, o início do século XX foi um período de muito debate sobre a relação entre imprensa e literatura no Brasil, como mostram as séries de entrevistas com escritores realizadas por João do Rio na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 1904 e por Aníbal Freire no *Diário de Pernambuco*, do Recife, em 1905 (NUNES, 2011; OZANAM, 2014). Esses debates revelam o esforço por elaborar uma identidade de homens de letras capazes de observar e descrever o seu “outro”, definido em termos de classe, raça, educação ou gênero, com um misto de estilo literário e precisão científica nas mais diversas seções dos jornais (OZANAM, 2022).

Como se verá adiante, na metodologia, a intenção aqui não é definir como factuais ou como ficcionais os discursos dos “letrados” nos jornais de Recife. Ao invés disso, trata-se de entender a própria identidade letrada como uma construção empreendida no relato jornalístico. Construção esta que articulava a busca pela facturalidade no recurso a informações testemunhais e, ao mesmo tempo, a elaboração de notícias e editoriais perpassados por enredos e tipos característicos da escrita literária do período (BARROS, OZANAM, 2025).

No início do século XX, os momentos de conflito político eram aqueles nos quais se tornava mais incerta a distância identitária entre o letrado que escreve no jornal e o seu “outro” a respeito do qual ele escreve. Isso porque as trocas de acusações na imprensa – às vezes no interior de um mesmo jornal – frequentemente se destinavam a contaminar socialmente e criminalizar opositores aproximando-os das camadas baixas da população (OZANAM, 2014). Esse tipo de conflito identitário é indissociável de um outro, cognitivo por assim dizer, em torno da veracidade ou não do que estava sendo dito na fonte. Nesse sentido, a compreensão da relação entre facticidade e ficcionalidade na produção dos noticiários do jornal envolverá, nesta pesquisa, a análise da recepção dessas fontes na documentação policial, mais particularmente a reação das autoridades policiais àqueles noticiários.

Portanto, a perspectiva aqui apresentada elege a análise da complexidade epistemológica interna a determinada fonte como primeiro passo para a investigação da complexidade epistemológica do uso de fontes pela historiografia. Isso se diferencia daquilo que a teoria narrativa tem feito até o momento porque, conforme Rodrigo Bueno e Cesar Souza, a análise de narrativas consideradas ficcionais parte de uma distinção entre “dois planos fundamentais, o plano histórico que é o que se conta e o plano do discurso que é como se conta” (2019, p.154). Esses dois planos diriam respeito ao espaço e ao tempo interno à estrutura linguística do texto, ao “uso dos tempos verbais e da linguagem a fim de alcançar certos objetivos dramáticos e descritivos” (BUENO; SOUZA, 2019, p.154). Assim, por ser geralmente aplicada a discursos considerados ficcionais, como romances e contos, a teoria narrativa quando se volta à historiografia não tem levado em consideração as dimensões do espaço e do tempo externos ao texto e textualizáveis através da referência a fontes históricas.

Isso não significa que as/os representantes da narratologia pós-clássica que têm se interessado em teorizar sobre a narrativa histórica desconhecem a relevância da pesquisa documental para a historiografia. Certamente não é esse o caso, pois autoras desse campo, como Julia Nitz, tomam como ponto de partida o convite deixado a futuros pesquisadores por Dorrit Cohn – ela própria da área de literatura – na forma de “alguns rudimentos para uma narratologia historiográfica” que seria exatamente isso, a busca por acrescentar o nível da referencialidade à distinção entre história e discurso da narratologia clássica (1990, p.777-778).

Portanto, se a teoria literária atualmente se volta mais para a interação do discurso historiográfico com outras mídias e suas audiências no presente do que com o discurso das fontes do passado, possivelmente é porque ainda não se considera firme o terreno sobre o qual seria assentada a proposta de Dorrit Cohn. Apesar dos esforços dela própria nesse sentido, ainda não está consolidada nem na literatura, nem na história uma abordagem capaz de conciliar a reflexão teórica sobre a fronteira entre fato e ficção e a análise de como essa fronteira foi construída historicamente. Esta pesquisa espera contribuir nos passos que, num diálogo internacional, têm sido dados nessa direção.

OBJETIVOS

Geral

- Contribuir para o desenvolvimento de uma narratologia histórica que articule teoria e empiria, analisando a emergência da factualidade nas narrativas de jornais recifenses (1890-1920) e sua complexa relação com a ficcionalidade. Com isso, o projeto busca integrar o debate entre literatura e história e oferecer subsídios metodológicos a pesquisas regionais baseadas na imprensa como fonte.

Específicos

- Analisar a emergência da noção de factualidade na teoria narrativa contemporânea e suas possíveis contribuições para a epistemologia da pesquisa histórica.
- Identificar e interpretar indicadores de factualidade e de ficcionalidade nos jornais *A Província*, *Jornal do Recife* e *Jornal Pequeno* entre 1890 e 1910, evidenciando as estratégias discursivas de seus autores.
- Examinar, em diálogo com documentação policial do período, as formas pelas quais a factualidade das notícias foi contestada por leitores específicos, destacando o papel da polícia na disputa pela credibilidade da informação.
- Verificar até que ponto a busca por um jornalismo factual em Recife no início do século XX se baseava na distinção entre a figura do escritor que observa e os grupos sociais observados e descritos como inferiores em termos de etnia, classe ou gênero.

METODOLOGIA

Em diálogo com uma tendência atual entre teóricos da história na Europa e nos Estados Unidos (PAUL, 2020), a metodologia desta pesquisa se baseia na integração entre teoria e empiria por meio de duas dimensões. A primeira é um trabalho de refinamento conceitual da pesquisa. O terreno para a realização desse trabalho de refinamento foi preparado em um artigo submetido e aceito para publicação na revista *História da Historiografia* (OZANAM, 2025a), no qual defendi a necessidade de um diálogo renovado com a teoria literária com vistas ao desenvolvimento de uma teoria narrativa voltada à historiografia.

Na pesquisa aqui proposta, o primeiro passo é realizar esse diálogo, buscando acolher criticamente o instrumental analítico da narratologia pós-clássica, das teorias da ficção e dos debates em torno da factualidade narrativa. Isso significa testar sua pertinência à reflexão sobre o processo de

produção das fontes históricas enquanto fontes históricas, ou seja, enquanto materiais cuja relação com a realidade extralinguística é fundamental para o discurso acadêmico sobre o passado. Portanto, trata-se de uma discussão teórica totalmente orientada por preocupações com a pesquisa empírica.

Por exemplo, receberá atenção especial a discussão sobre se é possível ou não identificar indicadores textuais de ficcionalidade (COHN, 1999) e de factualidade (LAVOCAT, 2020) numa narrativa apenas a partir de sua estrutura interna, independentemente das intenções dos autores e da recepção dos leitores. Como parte constitutiva da atividade a ser realizada ao longo da pesquisa, a análise desse debate e sua pertinência ou não para o desenvolvimento de metodologias de análise de fontes não será aprofundada neste projeto. Porém, é importante dizer que os resultados obtidos nessa dimensão da pesquisa serão imediatamente verificados na segunda dimensão, que consiste na aplicação desses conceitos à análise de fontes específicas, que são os noticiários dos jornais, bem como a recepção deles por uma parte do público leitor da época, mais especificamente a polícia.

Portanto, a segunda dimensão da pesquisa consiste no uso do periódico simultaneamente como fonte e objeto de pesquisa (LUCA, 2006) para entender como a factualidade emerge nele em diálogo com a ficcionalidade. Levando em conta que os jornais *A Província*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Recife* estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, será utilizado o reconhecimento ótico de caracteres para a busca de indicadores textuais de ficcionalidade e de factualidade no noticiário dos jornais. E que indicadores seriam esses?

Para entender por que a ficcionalidade tinha lugar em textos veiculados como factuais, como era o caso do noticiário, é importante entender que a literatura do século XIX e início do século XX tinha forte aspirações referenciais, ou seja, buscava referir-se à realidade social e em Recife não era diferente. Por meio de uma “referencialidade mais ampla” (GALLAGHER, 2009, P.636), autores como Theotônio Freire e Carneiro Vilella descreviam cuidadosamente as áreas pobres do Recife onde viviam seus personagens e os situavam frente a acontecimentos históricos a fim de criar um efeito de verossimilhança na narrativa.¹ Artúrio Vieira, por exemplo, se utilizou da “gíria da capoeiragem” para contar a história de Guilherme, órfão na época da lei do Ventre Livre, que sentou praça na escola de Aprendizes Marinheiros, na qual os menores aprenderiam a ler e a roubar.²

Inspirados nesse gênero narrativo, os redatores de jornais produziam relatos repletos de “indicadores textuais da ficção”, como o acesso do narrador à consciência dos “personagens”, que nesse caso corresponderiam a pessoas reais, e até mesmo a inserção de monólogos interiores na narrativa.³ Esse é o caso do relato do assassinato de Antônia, operária da Fábrica Lafaiete, por seu

¹ VILELLA, Carneiro. *Misérias do Recife*. Folhetim (Jornal Pequeno, iniciado em 16/01/1907); Theotônio Freire (2005) publicou o romance *Passionário* originalmente em 1897 e o romance *Regina* em 1899.

² VIEIRA, Artúrio. *Sua Majestade, O Vício*. Folhetim (Gazeta da Tarde, iniciado em 23/06/1891).

³ Em *Bulha entre capoeiras*. Correio do Recife, 06/02/1908, p.2 é relatado um diálogo do capoeira Apolônio da Capunga consigo mesmo antes da luta apresentada na notícia. Sobre esses “indicadores textuais da ficção”, ver: COHN (1999).

noivo em janeiro de 1907.⁴ O *Jornal Pequeno* publicou que ela “sentia forte paixão” pelo assassino, “e o seu espírito vivia numa confusão enorme”, embora quando o repórter chegou ao local do crime Antônio já tivesse falecido. Assim, cria-se um mundo no qual o orador “pode dizer exatamente o que outra pessoa sente, percebe, lembra e planeja”, mesmo que ela nunca lhe tenha dito nada (COHN, 1999, p.25).

Ainda em relação à ficcionalidade, é importante salientar que, no jornal, a referência explícita à literatura estritamente entendida como romance, poesia e drama ia muito além do espaço reservado aos folhetins e se refletia, em primeiro lugar, num noticiário perpassado por vocabulário e citações da prosa ficcional. Um exemplo disso também pode ser encontrado no *Jornal Pequeno* de 1907, quando o redator se referiu a uma série de homicídios como “acontecimentos fantásticos, dignos da pena de Ponson du Terrail ou de Edgar Poe”.⁵

Assim, no jornal, apresentar determinados eventos como situados no tempo, no espaço e com forte repercussão sobre as vidas de diversas pessoas não era incompatível narrá-los em sintonia com a prosa ficcional difundida no Brasil do período. E se isso vale para a menção ao escritor estadunidense de mistério Edgar Allan Poe, vale ainda mais para aquela a Ponson du Terrail. Hoje pouco conhecido, Terrail criou na França o personagem “Rocambole”, cujas aventuras nos folhetins invadiam a imaginação dos jornalistas e faziam com que fosse mencionado nominalmente em notícias não ficcionais pelo Brasil afora no final do século XIX (BARROS; OZANAM, 2025).

Percebe-se que, no trecho do *Jornal Pequeno* mencionado logo acima, os acontecimentos são fantásticos, mas, ainda assim, são tratados como acontecimentos. Foi nesse mesmo tom que o redator iniciou a reportagem, dizendo: “temos a narrar hoje uns fatos sensacionais”.⁶ O sensacional, no contexto daquela imprensa, era vizinho do ficcional (GUIMARÃES, 2009). Mas como demonstrar aos leitores que, apesar disso, se tratavam de fatos? Como indicadores de factualidade, os jornais recorriam a sinais de interação com o ambiente extratextual: alusões aos testemunhos, informantes e repórteres utilizados na elaboração das notícias. Ao mesmo tempo, havia as reações dos leitores ao conteúdo publicado, reações essas que também eram publicadas, seja no mesmo jornal, seja em outros.

Em todas essas formas de indicar factualidade, e muito será explorado sobre cada uma delas ao longo da pesquisa, a presença da polícia era sempre substancial. Primeiro porque o investimento narrativo dos jornais se dava sobretudo em notícias de crime, transformando-as praticamente em folhetins factuais, em séries de reportagens sobre um mesmo acontecimento para atrair e manter o público leitor. Segundo porque as fontes para esse imenso volume de informação eram, quase sempre,

⁴ *Crime passionnal. Duas vítimas. Na rua do Hospício*. *Jornal Pequeno*, 12/01/1907, p.2.

⁵ *Jornal Pequeno* (PE), 16/03/1907, pág.2, col.3-4 (Hemeroteca Digital Brasileira).

⁶ Idem.

a polícia. Por vezes documentos encontrados pela polícia, como cartas, eram transcritas; outras vezes autos de perguntas tomados em diligências policiais se transformavam em entrevistas publicadas nos jornais.

Porém, a aparente colaboração entre polícia e imprensa se revela muito mais complexa quando levamos em conta a posição da polícia como leitora do noticiário dos jornais. Por isso, um dos pilares da dimensão empírica desta pesquisa será analisar os casos nos quais as autoridades policiais se comunicam entre si a respeito das notícias publicadas nos jornais recifenses selecionados, frequentemente contestando a factualidade deles. A verificação disso é possível por meio da consulta dos livros de correspondência entre subdelegados, delegados e chefe de polícia do Recife no período aqui abordado, os quais se encontram no Fundo da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Arquivo Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

O arquivo atualmente se encontra com acesso limitado. Porém, isso não impedirá a realização a execução da atividade porque é autorizado o acesso a documentos específicos por meio de solicitação prévia. Tendo em vista que em outro momento eu já fiz um levantamento preliminar de ocorrências desse tipo nos livros do fundo SSP, será possível solicitar diretamente os livros nos quais já sei que elas se encontram. Tal levantamento indicou que nas duas principais delegacias do Recife entre 1889 e 1920 há pelo menos 40 situações nas quais o noticiário de jornais recifenses provocou uma comunicação interna entre as autoridades policiais, quase sempre referente à factualidade ou não daquilo que foi noticiado.

Essa será, portanto, uma maneira de pensar fato e ficção no noticiário indo além da estrutura textual do próprio noticiário. Ao mesmo tempo, fazer isso poderá em alguns casos levar-me novamente para dentro dos jornais, pois não raramente a conversa interna da polícia resultava em alguma publicação de autoridade policial – especialmente delegados – na própria imprensa, com o intuito de endossar ou rejeitar as alegações de factualidade dos redatores e repórteres. Essa dinâmica de ir aos jornais, depois à documentação policial e depois aos jornais novamente influenciou a escolha de *A Província*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Recife* como fontes, pois os três jornais estão entre os mais mencionados nas fontes policiais.⁷

Do mesmo modo, o *Diário de Pernambuco* não receberá tratamento sistemático na pesquisa pela ausência de menção a ele nesse diálogo tenso com as fontes policiais. Entretanto, isso não significa que tal ausência não seja de interesse para a pesquisa, pois conceder espaço no noticiário para a articulação entre reportagem factual e ficcionalização narrativa e interagir com a polícia nesse processo diz muito sobre o contexto maior de organização da cena impressa na cidade. Primeiro, isso remete à posição política que cada folha ocupava no contexto regional – e, por conseguinte, sua

⁷ Um quarto candidato, a *Gazeta da Tarde*, não será alvo de análise sistemática porque apenas uma parcela pequena de seus exemplares sobreviveram ao tempo e não se encontram digitalizados.

relação com as autoridades policiais e políticas do momento. Segundo, diz muito sobre o perfil empresarial dela e suas estratégias para atrair um público leitor. Nesse sentido, o lugar do *Diário de Pernambuco* (e outros jornais, como o *Correio do Recife*) na conjuntura de emergência dos serviços de reportagem no Recife do período será levado em consideração, ainda que o jornal não vá receber o mesmo tratamento sistemático que os três selecionados.

Em resumo, a metodologia da pesquisa consistirá, de um lado, na elaboração de um quadro teórico sólido sobre a fronteira entre fato e ficção em narrativas, dialogando com a teoria literária. De outro, buscará aplicar esse referencial em uma análise interna do noticiário de um grupo de jornais recifenses entre o final do século XIX e o início do XX, bem como compreender de que forma outro tipo de fonte — a documentação policial — contribui para entender como esse noticiário foi recebido pelo público leitor.

O objetivo é propor uma abordagem na qual teoria e empiria se complementem de maneira construtiva, favorecendo também o diálogo com pesquisadoras e pesquisadores que utilizem essas mesmas fontes para pesquisar temáticas diversas. Isso representa uma continuidade no meu esforço em demonstrar que o diálogo entre teoria da história e teoria literária pode ter relevância metodológica para pesquisadoras e pesquisadores que não trabalham diretamente com esses campos, como busquei demonstrar em outro artigo aceito este ano para publicação na *Revista Brasileira de História* (OZANAM, 2025b).

Conforme detalhado no cronograma, a pesquisa será realizada em três anos, ao longo dos quais são esperadas as contribuições descritas a seguir.

CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS E TÉCNICAS ESPERADAS

Cada aspecto delineado na metodologia corresponde a uma contribuição esperada para a pesquisa. Em primeiro lugar, espera-se que o esforço de refinamento conceitual resulte em um artigo sobre a emergência da factualidade na teoria narrativa e suas implicações para a metodologia da história. A intenção é submeter o texto à revista *History and Theory*, não apenas por seu papel central na consolidação da teoria da história, mas também por ser a principal plataforma em que se desenvolveram os debates sobre narrativismo e, mais recentemente, sobre pós-narrativismo (SIMON; KUUKKANEN, 2015). Trata-se, assim, de um esforço de internacionalização da proposta de pesquisa e de sua integração a um debate mais amplo.

Paralelamente, a análise interna do noticiário dos jornais recifenses e a investigação de sua relação com a documentação policial — compreendida como expressão de um público leitor específico — deverão resultar em dois outros artigos. Com eles, pretende-se contribuir para o

fortalecimento da reflexão teórico-metodológica sobre os processos narrativos de produção das fontes históricas brasileiras e, em especial, das fontes regionais do século XIX e início do XX.

Para sustentar esse esforço, propõe-se a criação de um grupo de pesquisa interdisciplinar voltado às implicações epistemológicas da relação entre fato e ficção na produção do conhecimento histórico. Aberto a pesquisadoras e pesquisadores interessados no tema, o grupo terá como público-alvo prioritário estudantes de graduação e pós-graduação, cuja participação permitirá contato com pelo menos duas formas de interdisciplinaridade. A primeira é aquela que envolve o diálogo entre literatura e história, situado no cerne da noção de narratologia historiográfica. A segunda consiste na investigação da historicidade das próprias fontes históricas, evidenciando como as formas de escrita da literatura e das ciências se articularam ao longo do tempo para produzir registros factuais permeados por categorias, hierarquias sociais e atribuições de identidade.

A constituição desse grupo não se esgota no plano interno à pesquisa, mas pretende servir de base para a articulação de redes institucionais. Nesse sentido, projeta-se uma participação na reativação do GT de Teoria da História na seção Pernambuco da Associação Nacional de História (ANPUH), bem como a inserção deste programa de pesquisa em espaços acadêmicos nacionais. Entre eles, destaca-se a participação em simpósios temáticos do Simpósio Nacional de História (SNH), promovido pela ANPUH, e no Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia (SNHH), organizado pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Esses espaços representam oportunidades fundamentais para consolidar a proposta no circuito de debates teórico-historiográficos do país.

Uma vez amadurecidas essas iniciativas locais e nacionais, a pesquisa pretende ampliar seu alcance internacional. Nesse sentido, destaca-se a experiência do programa de pós-graduação *Factual and Fictional Narration*, da Universidade de Freiburg, coordenado por Monika Fludernik, cuja trajetória se tornou referência internacional no tipo de abordagem aqui proposta (FLUDERNIK, 2018, p. 70). A cooperação prevista volta-se, assim, ao diálogo com autoras e autores associados a essa experiência e à agenda que ela consolidou. Esse diálogo é particularmente fecundo porque, nos últimos anos, a questão da factualidade vem sendo tratada de maneira cada vez mais abrangente em diferentes campos — da literatura à neurociência (LAVOCAT, 2016). Não obstante sua relevância, essa agenda teve repercussão limitada no âmbito da teoria da história, o que reforça a pertinência de uma contribuição oriunda da pesquisa histórica.

Um exemplo do caráter inovador da iniciativa realizada em Freiburg é o artigo de Monika Fludernik (2018), no qual a autora questiona a tese de Catherine Gallagher sobre a vinculação da emergência da ficcionalidade ao contexto específico do romance inglês do século XVIII. Fludernik propõe inverter a perspectiva, voltando-se à história da demanda por factualidade na narrativa literária. Essa mudança de enfoque é também ilustrada pela coletânea *Narrative Factuality: A*

Handbook (2020), organizada por Monika Fludernik e Marie-Laure Ryan, que constitui marco no estabelecimento do campo interdisciplinar dos estudos da factualidade.

Portanto, este projeto busca aproximar os rumos “pós-narrativistas” atuais da teoria da história a uma perspectiva historiográfica centrada na investigação das interações entre fato e ficção na constituição das fontes históricas. Ao propor ir além da tradição narratológica que restringiu a análise da narrativa à ficcionalidade, pretende-se oferecer uma contribuição vinda da pesquisa histórica ao emergente campo da factualidade narrativa, hoje dominado pela teoria literária, consolidando a inserção da historiografia brasileira nesse debate internacional.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Atividades/Metas	Semestres					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Levantamento e leitura de bibliografia	X	X	X	X	X	X
Pesquisa documental	X	X	X	X	X	X
Criação e reunião do grupo de pesquisa	X	X	X	X	X	X
Análise do material coletado		X	X	X	X	X
Inserção em redes nacionais e internacionais		X	X	X	X	X
Elaboração do primeiro artigo		X				
Elaboração do segundo artigo				X		
Elaboração do terceiro artigo						X

Responsável por todas as atividades previstas no cronograma: Israel Ozanam de Sousa Cunha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Victoria; OZANAM, Israel. A ficção para além do folhetim: o personagem Rocambole no noticiário no Rio de Janeiro do final do século XIX. *Sertão História*, v. 4, n. 8, p. 129-155, 2025. Disponível em: <https://revistas.urca.br/index.php/SertH/article/view/2319>.
- BUENO, Rodrigo Poreli Moura; SOUZA, Cesar Augusto Neves. Imagens da Narrativa: Considerações sobre Documentário e Literatura. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 6, n. 13, p. 150-160, 2019.
- CARR, David. History as Orientation: Rüsen on Historical Culture and Narration. *History and Theory*, Middletown, v. 45, n. 2, p. 229-243, maio 2006.
- CHATMAN, Seymour. What Can We Learn from Contextualist Narratology? *Poetics Today*, Durham, v. 11, n. 2, p.309-328, 1990.
- COHN, Dorrit. Signposts of Fictionality: A Narratological Perspective. *Poetics Today*, Durham, v. 11, n. 4, p.775-804, 1990.

- DARBY, David. Form and Context: An Essay in the History of Narratology. *Poetics Today*, Durham, v.22, n.4, p.829-852, 2001.
- FLUDERNIK, Monika. The Fiction of the Rise of Fictionality. *Poetics Today*, Durham, v. 39, n. 1, p.67-92, fev. 2018.
- FLUDERNIK, Monika; RYAN, Marie-Laure. *Narrative Factuality: A Handbook*. Berlin: De Gruyter, 2020.
- FREIRE, Theotônio. *Passionário e Regina*. 2 ed. Recife: Lucilo Varejão Filho, 2005.
- GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco. *A cultura do romance*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009. (Coleção Romance, 1).
- GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, p. 227-240, 2009.
- JAEGER, Stephan. Poietic Worlds and Experientiality in Historiographic Narrative. *Spiel*, Frankfurt, v.30, n.1, p.29-50, 2011.
- LAVOCAT, Françoise. “Pseudofactual Narratives and Signposts of Factuality.” In FLUDERNIK, Monika; RYAN, Marie-Laure. *Narrative Factuality: A Handbook*. Berlin: De Gruyter, 2020.
- _____. *Fait et fiction*. Pour une frontière. Paris: Seuil, 2016.
- LUCA, Tania Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassannezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. P.111-153.
- MENEZES, Jonathan. *Frank Ankersmit: a metamorfose do historicismo*. 2018. 332f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.
- NADAF, Yasmin. O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 119–138, jul./dez. 2009.
- NITZ, Julia. History, a Literary Artifact?: The Traveling Concept of Narrative in/on Historiographic Discourse. *Interdisciplinary Literary Studies*, State College, v. 15, n. 1, p.69-85, 2013.
- NITZ, Julia; PETRULIONIS, Sandra Harbert. Towards a Historiographic Narratology: Résumé. *Spiel*, Frankfurt, v.30, n.1, p.1-6, 2011.
- NUNES, Radamés Vieira. Literatura e imprensa: Barreto e Bilac entre a arte e o ofício. *Emblemas*, Catalão, v. 8, n. 2, p.201-226, jul-dez, 2011.
- NÜNNING, Ansgar. Where Historiographic Metafiction and Narratology Meet: Towards an Applied Cultural Narratology. *Style*, State College, v. 38, n. 3, p. 352-374, 2004.
- OHARA, João Rodolfo Munhoz. Frank Ankersmit Chega ao Brasil. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 10, n. 2, p.1-10, jul./dez. 2013.
- OZANAM, Israel. Narração, ficção e pesquisa documental: novos caminhos para a teoria da história. Dossiê História e ficção: hibridismos e reflexividade, *Revista História da Historiografia*:

International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, no prelo. Aceito para publicação: abr. 2025.

_____. O que era literatura? A pesquisa histórica frente às incertezas da crítica literária brasileira no limiar dos séculos XIX e XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, no prelo. ANPUH. ISSN 0102-0188. Aceito para publicação: set. 2025.

_____. A opção de Mariza Corrêa pelo etnógrafo oitocentista. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 28, n. 62, p. 47-77, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000100002>.

_____. Jornalismo e pobreza na era da reportagem: o inquérito literário de 1905. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, janeiro-junho de 2014.

PAUL, Herman. History and Philosophy of History (HPH): A Call for Cooperation. In: KUUKKANEN, Jouni-Matti (org.). *Philosophy of History: Twenty-First-Century Perspectives*. Londres: Bloomsbury, 2020. P. 165-179.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 14 ed. São Paulo: Contexto: 2014.

SANDES, Noé Freire; CAIXETA, Vera Lúcia. O sertão remediado: o embate entre a elite goiana e o pensamento sanitaria, 1910-1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n. 2, p.397-410, abr.-jun. 2016.

SIMON, Zoltán Boldizsár. Do Theorists of History Have a Theory of History? Reflections on a Non-Discipline. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p.53-68, jan.-abr. 2019.

SIMON, Zoltán Boldizsár; KUUKKANEN, Jouni-Matti. Introduction: assessing narrativism. *History and Theory*, Middletown, v. 54, n. 2, p. 153-161, maio 2015.

TUCKER, Aviezer. Where Do We Go From Here? Jubilee Report On “History And Theory”. *History and Theory*, Middletown, v. 49, n. 4, p.64-84, dez. 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL N° 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

ANEXO IV -MODELO DE PROJETO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa deverá incluir os seguintes itens, de acordo com o artigo 10º do Anexo da Resolução N° 361/2021 do CEPE:

I - título do projeto;

Ariano Suassuna: a trajetória docente, artística, política e intelectual de um polímata (1927 - 2014)

II - resumo do projeto;

O objetivo da pesquisa é refletir sobre a trajetória docente, artística, política e intelectual do escritor Ariano Suassuna, analisar a trajetória formativa de Ariano Suassuna e a trajetória do escritor nos campos da literatura e artes plásticas. Também buscaremos investigar a trajetória de Ariano Suassuna como intelectual e liderança artística e política nos contextos local e nacional ao longo do século XX. A investigação possui o caráter biográfico e busca, do ponto de vista metodológico, o diálogo com as perspectivas da História cultural do social sob a inspiração de teóricos como Roger Chartier, Pierre Bordieu, Michel de Certeau e Michel Foucault. Propomos a abordagem sobre um acervo documental diversificado. Além do conjunto de obras publicadas por Ariano Suassuna (literatura em poesia e prosa, ensaísmo, prefácios, relatórios, textos científicos ou de crítica de arte, manifestos), propomos a abordagem de acervos jornalísticos digitalizados (textos sobre o autor e também os publicados pelo autor). Nossa expectativa é possibilitar a reflexão sobre os múltiplos contextos políticos, culturais e artísticos que possibilitaram a trajetória de Ariano Suassuna e sobre como o escritor articulou uma interpretação singular sobre o problema da identidade nacional brasileira.

III - palavras-chave;

Ariano Suassuna, Biografia, Intelectuais, Teatro Brasileiro, Literatura Brasileira

IV - introdução;

Ariano Vilar Suassuna foi um importante intérprete do Brasil. Escreveu peças de teatro, romances, poesias, ensaios, artigos de jornal e viu diversas obras suas adaptadas para o cinema e

para a televisão. Também liderou movimentos artísticos e ocupou cargos públicos onde propôs políticas culturais que repercutiram nacionalmente, sobretudo em Pernambuco. Hoje, curiosamente, há centenas de milhares de pequenos vídeos seus nas redes sociais onde podemos rir sobre casos, histórias pitorescas, piadas e opiniões que podemos julgar como estranhas ou exóticas. Essas pílulas de youtube fazem de Ariano um astro pop no oceano digital.

Muitos pesquisadores têm se debruçado sobre sua produção artística e as atividades intelectual e política. A diversidade de campos de atuação e das linguagens artísticas que utilizou fazem da reflexão sobre a vida e a obra de Suassuna uma tarefa trabalhosa. Se há algo que pode alinhar, costurar sua variada obra artística bem como sua atuação como intelectual é a sua interpretação da identidade nacional brasileira que aparece de modo coerente em todas as suas obras, falas e atitudes.

Suassuna exerceu relevante protagonismo nas práticas artísticas e nas políticas públicas culturais no Estado de Pernambuco. Primeiro como líder do Armorial, um movimento artístico que esboçava o compromisso para com a criação de uma arte erudita brasileira a partir da arte popular. O projeto armorial buscava atualizar o projeto modernista de construção de uma nova cultura brasileira caracterizada pela ideia de miscigenação como o que consolidou a unidade nacional. Por outro lado, a nação em potência no inconsciente popular seria posta em prática a partir da ação do intelectual. Claras semelhanças com a proposta de Suassuna.

O batismo do movimento implicou na transformação do substantivo armorial em adjetivo. Armorial é um tipo de livro de origem medieval europeia que registrava as armas heráldicas e brasões das famílias nobres. Suassuna o transformou em qualidade de manifestação artística ligada ao programa do movimento. Daí a existência de música, pintura, literatura, escultura, cinema e arquitetura armoriais.

Depois como secretário de educação e cultura do Recife e secretário estadual de cultura em duas gestões, foi fundador e membro do Conselho Federal de Cultura durante o regime militar. Ariano também foi docente da Universidade Federal de Pernambuco, onde dirigiu políticas extensionistas, lecionou Filosofia, escreveu artigos e orientou estudantes. Fora da universidade, escreveu colunas em grandes jornais locais e nacionais, concedeu dezenas de entrevistas aos maiores veículos de mídia do país. Diversas obras suas foram adaptadas para o cinema e TV e atraíram destacada audiência.

Vivendo em uma época de crescente especialização dos saberes, mergulhou em uma diversidade de campos de atuação (o teatro, a poesia, a prosa, as artes plásticas, a Filosofia, o ensaísmo). Sua trajetória múltipla nos permite defini-lo como um polímata, um tipo raro de estudioso com interesses enciclopédicos capazes de percorrer vastos segmentos dos conhecimentos

humanos e, para eles, contribuir originalmente (Burke, 2020). Segundo o historiador inglês Peter Burke, polímatas são capazes de "enxergar conexões entre os campos que foram separados e observar o que os especialistas de determinada disciplina, os *insiders*, não conseguiam ver" (Burke, 2020, p. 25). Suassuna era um polímata circunscrito às fronteiras das ciências humanas e das artes: assim ajudou a revolucionar a linguagem teatral brasileira, elaborou poesias e prosa originais, produziu ensaios originais no campo da estética e do pensamento social brasileiro. Suassuna também era um polímata centrípeto, pois desenvolveu uma reflexão múltipla que caminhou para um centro: sua interpretação da identidade nacional brasileira. Sua visão histórica sobre a nacionalidade brasileira pode ser entendida como o que costurou a unidade do que escreveu e pensou.

Neste projeto, buscaremos resistir à ilusão biográfica (Bourdieu, 2006) que define vidas em poucas imagens, repetindo-as à exaustão e congela as contradições e descontinuidades que fazem ser o que somos. Não há coerência em uma biografia de humanos. Para mostrar as descontinuidades: a criança que perdeu o pai e se encantou com o sertão da infância, o jovem escritor e suas leituras de menino a homem, o jovem acadêmico de Direito e aprendiz de dramaturgo, professor universitário e autor consagrado de teatro, o ensaísta, romancista e intérprete do Brasil, o monarquista, a pecha de homem de direita e o ícone da esquerda nacionalista.

Suassuna responde ao perfil de intelectual investigado em "Intelectuais à brasileira" de Sérgio Miceli (2001): filho de elite tradicional decadente que tem nos estudos universitários e na atuação no serviço público estratégias para a garantia da própria sobrevivência e de produção das condições financeiras para a atuação no campo das artes em um contexto em que não se pode "viver" das letras. E assim resgatam o prestígio simbólico perdido. É o caso de escritores e intelectuais do quilate de Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Érico Veríssimo, dentre outros.

Suassuna ocupou o lugar de intelectual do discurso nacional-popular que entende a identidade nacional a partir da escolha de elementos culturais populares como definidores da nacionalidade. Durante o século XX, o intelectual nacional-popular será a expressão de uma elite verdadeiramente se acredita capaz de dirigir a sociedade, exercer o poder a salvo de interesses "particulares", e, por conseguinte, abrigada ou não no Estado, contribuir para a fabricação da coesão nacional (Pécaut, 1990, p.46).

Sem dúvida, a diversidade de campos de atuação e das linguagens artísticas que utilizou fazem da reflexão sobre a vida e a obra de Suassuna uma tarefa hercúlea. Muitos pesquisadores têm se debruçado sobre sua produção artística e a atividades intelectual e política. As contribuições acadêmicas que mais se aproximam da temática do nosso projeto são as que abordaram a trajetória

de Suassuna como intelectual. Destacam-se as que foram produzidas no formato de teses de doutoramento por Santos (1999), Nogueira (2000), Szesz (2007), Bezerra (2013) e Martins (2020).

Idelette Muzart Fonseca dos Santos (1999), na obra *Em demanda da poética popular*, aborda o Movimento Armorial e a liderança pessoal e a centralidade de Suassuna na definição das suas concepções estéticas. A antropóloga Maria Aparecida Lopes Nogueira (2000) se propôs a investigar a obra e a vida do escritor, os efeitos da morte precoce do pai em sua produção artística, a interpretação de Suassuna sobre a identidade nacional brasileira e como ocorre a articulação entre as influências eruditas e populares no universo suassuniano. A historiadora Christiane Marques Szesz (2007) investiu na construção de uma história intelectual de Ariano Suassuna e analisou como o escritor se apropriou criativamente das influências intelectuais que emergem da dimensão intertextual de sua obra que dialoga fortemente com textos medievais, renascentistas e barrocos ibéricos e da cultura popular nordestina. Em tese recentemente defendida, a historiadora Jossefrania Vieira Martins (2020) tomou como fonte a obra em prosa de Suassuna para investigar a construção da autoria, ou seja, do lugar que o escritor erigiu para si juntamente com sua obra.

Em *(Re)inventando o autêntico: arte, política e mídia na trajetória intelectual de Ariano Suassuna*, Amílcar Bezerra (2013) aborda o universo das ideias estéticas e políticas e avança no debate ao analisar o protagonismo nada inusitado do intelectual na direção das políticas públicas de cultura em Pernambuco entre a década de 1970 e 2014. Para o mesmo autor em *Da pedra do reino à selva de pedra: o Brasil de Ariano Suassuna na Folha de São Paulo*, Suassuna obteve sucesso em suas colunas no periódico paulista por também exalar o exotismo. No entanto, em Pernambuco, Suassuna era liderança concêntrica no campo das políticas culturais e suas ideias subsidiam políticas públicas culturais.

Pesquisadores dos campos das artes e das ciências humanas têm se dividido sobre a apreciação crítica do programa estético armorial de Suassuna. Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), a obra do autor paraibano se pautava pela representação conservadora de um Nordeste anti-moderno, resistente à modernidade e esteticamente fechado em um passado idealizado.

Outras pesquisadoras como Nívea Santos (2017) e Marília Paula dos Santos (2017) reavaliaram o armorial como uma utopia crítica da modernidade ocidental e das transformações acríticas que permearam a modernização brasileira. Para Nívea Santos, para na estética armorial, o passado é uma raiz identitária não dever ser esquecido, ao mesmo tempo em que não poderia ser petrificado e/ou monumentalizado, mas recriado. Marília Santos, por sua vez, percebe uma

contradição que julgamos constitutiva do discurso e da prática armoriais: na medida em que os criadores armoriais estabelecem um novo olhar direcionado às tradições populares, terminam com relocar as fronteiras existentes (entre o antigo e o moderno, entre o que deve ou não ser eleito como legítima arte popular e erudita), mas também criam umas e destróem outras: o discurso é conservador mas a prática é criativa e renovadora! A vida e a obra de Suassuna são objetos de investigações diversificadas e que dão uma medida da importância que a academia brasileira confere a ele. Dezenas de trabalhos abordam sua produção literária, teatral e as adaptações para TV e cinema.

A recriação de gêneros, textos e imagens da cultura popular foi a forma privilegiada por Suassuna para fazer arte. A crítica Idelette Muzart (2009) chamou de escrita grafofágica o processo de elaboração textual através do qual Suassuna digere citações a partir de sua integração na narrativa mediante citação parcial ou total da fonte, reelaboração do original, citação literal ou paródia. O caráter intertextual da sua obra é agravado "pelo fato de o próprio autor costuma retomar suas peças, entremezes e outras modalidades de narrativas, reescrevendo, refundindo-os, criando novos arranjos" como nos esclarece Flávio Teixeira (2007, p. 183).

O universo das obras onde o escritor expressou suas utopias e visão de mundo foi amplo e diversificado, como já comentamos. Enquanto prosador, publicou obras consagradas como *História de Amor de Fernando e Isaura*, *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*, *História d'O Rei Degolado nas Caatingas do Sertão* e *O sedutor do sertão*. O *Romance de Dom Pantero no Palco dos Pecadores* é uma obra póstuma publicada recentemente. A premiada dramaturgia de Suassuna é conhecida por títulos como *Uma Mulher Vestida de Sol*, *Auto da Compadecida*, *O Casamento Suspeitoso*, *O Santo e a Porca*, *A Pena e a Lei* e *Farsa da Boa Preguiça*. Ariano também possui uma obra poética menos conhecida publicada, em grande medida, apenas no final dos anos 1990 com a publicação do *Poemas* e do CD *Poesia Viva de Ariano Suassuna*. A obra poética foi publicada novamente em 2022.

Suassuna teve sua peça mais famosa adaptada para o Cinema, como nos filmes *Os Trapalhões no Auto da Compadecida* e o *Auto da Compadecida* (nas adaptações de George Jonas e de Guel Arraes). Para a para a TV, houve adaptações de *Uma mulher vestida de sol*, *Farsa da Boa Preguiça* e *A Pedra do Reino*. Sua obra também conheceu repercussão internacional, com peças encenadas em Cuba, Estados Unidos, Argentina e em outros países do continente europeu. Também teve obras traduzidas para o inglês, francês, polonês, italiano, espanhol, alemão e holandês.

Por fim, como decorrência de sua carreira acadêmica, defendeu a tese de livre-docência

intitulada *A Onça Castanha e a Ilha Brasil: Uma Reflexão sobre a Cultura Brasileira* (1976). Trata-se de uma interpretação da cultura brasileira mediante análise de textos literários e descrição dos mitos do "inconsciente nacional" ainda inédita. O Brasil como ilha porque é puro e isolado em seu caráter e por que é edênico e paradisíaco. E a onça castanha é tomada como símbolo da miscigenação e da singularidade do país. E da filiação do Brasil aos povos do Sul, povos acobreados, vencidos e explorados do mundo.

O projeto estético-político suassuniano é esboçado: tornar seu sonho de Brasil uma realidade; valorizar o poder de imaginar o futuro e a possibilidade de prever coisas que podem se realizar. O Brasil seria um sonho prefigurado de uma memória coletiva longínqua de tradições populares e eruditas (Didier, 2012). Segundo Maria Theresa Didier, autora de relevante tese sobre Suassuna, intitulada *Miragens Peregrinas* (2012),

a seleção de textos e a apreciação que faz sobre eles encaminham o leitor para olhar a formação da cultura brasileira através de um inconsciente coletivo que aponta para a união dos contrários como a fusão de contrastes e formação de uma síntese denominada, por Suassuna, de castanha (DIDIER, 2012, p.155).

Para Suassuna, a união de contrários seria possível, dentre outros aspectos, porque a raça brasileira foi forjada pela mestiçagem de diferentes povos que traziam em si seus contrários. Então, o sonho armorial de Brasil é baseado no conceito de raça e de mestiçagem racial e na crença da essencialidade ahistórica e fixa da nacionalidade brasileira.

Um traço fundamental da sua interpretação sobre a cultura nacional é a visão messiânica do Brasil. Suassuna usa uma imagem bipartida do mundo e que a contribuição do Brasil, representante maior dos povos da América Latina e do terceiro Mundo, seria justamente unir as polaridades imanentes das culturas humanas mais antigas: a razão e a desrazão, o apolíneo e o dionisíaco, o realismo e a imaginação, a ciência e a arte.

Para os que acompanharam a trajetória mais recente de Suassuna, é surpreendente descobrir a pecha de artista da direita que recaiu sobre ele nos anos sessenta e setenta. O fato é que na década de 1980, o autor se retirou da vida pública e se desencantou com a monarquia enquanto regime político.

O historiador Flávio Teixeira percebeu a mudança de persona pública durante a década de 1980 e sua vinculação à esquerda nacionalista. Para tanto, o Suassuna reviu a lealdade à monarquia e ao exército e apoiou políticos de esquerda (como Jarbas Vasconcelos e, sobretudo, Miguel Arraes). E entre 1994 e 2014, ano de sua morte, foi Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco

(no terceiro governo Arraes, entre 1994 e 1998) e no primeiro mandato do governador Eduardo Campos (entre 2006 - 2010). E como assessor especial do governador Eduardo Campos (2010 - 2014) continuou dialogando com políticas públicas culturais e realizando suas aulas-espetáculo.

Este esboço biográfico tecido acima indica alguns dos múltiplos contextos políticos, culturais e artísticos sobre os quais a trajetória de Ariano Suassuna muito tem a elucidar, sobretudo no que diz respeito a produção de interpretações sobre a identidade nacional brasileira e sobre o papel do intelectual como seu artífice.

V- objetivos geral e específicos;

Geral

- Descrever e analisar a vida e a obra de Ariano Suassuna, dentro do contexto político, intelectual e artístico do Brasil do século XX, buscando refletir sobre a construção de sua interpretação da identidade nacional brasileira.

Específicos

- Analisar a trajetória formativa de Ariano Suassuna, suas experiências escolares e universitárias, suas leituras e sua biblioteca.
- Investigar a trajetória de Ariano Suassuna nos campos da literatura e artes plásticas, examinando suas pinturas e obras em prosa, poesia, dramaturgia e ensaísmo em diálogo com o contexto cultural do século XX.
- Investigar a trajetória de Ariano Suassuna como intelectual e liderança artística e política nos contextos local e nacional ao longo do século XX.
- Analisar a representação da identidade nacional brasileira presente na variada obra de Ariano Suassuna.

VI - método de pesquisa;

O olhar analítico que propomos é coerente com os pressupostos da chamada História cultural do social que, para Roger Chartier (1990, p. 17), busca a compreensão das representações do mundo social que, independentemente da vontade dos atores sociais, refletem suas posições e interesses em confronto. As representações, enfim, descrevem a sociedade tanto como os contemporâneos a percebem, quanto como estes desejariam que ela fosse. Daí a busca das classificações, divisões e fronteiras que estruturam as percepções do mundo e que moldam o real e as hierarquias sociais. Do ponto de vista metodológico, nossa proposta se aproxima da análise de discurso foucaultiana nas suas fases arqueológica e genealógica (2000): quem aparece (as posições

de sujeito, ou personagens históricos), quem fala (quem tem o direito regulamentar de falar), do que se fala (o domínio dos objetos), e que mecanismos regulam quem pode e quem não pode falar numa dada situação discursiva; o que se cala, o que se esquece, o que se recalca?.

A obra de Ariano Suassuna e os registros que sua trajetória deixou serão tratados como acontecimentos que precisam ser reconstituídos dentro das redes de poder que tornaram possível sua existência. Seus textos dramáticos, romances, poemas, ensaios e artigos jornalísticos devem ser compreendidos como acontecimentos porque são tentativas de organizar a realidade, de dar sentido ao mundo, de instituir (e, por isso, também, controlar) a emissão de imagens sobre sociedade e, enfim, de representar o mundo. Além da contextualização e da descrição dos discursos, nosso trabalho analítico é investigar os efeitos de sentido dos documentos, que ora se articulam ora se rechaçam no debate da definição do que foi e de como aquilo deve ser lembrado. Daí nosso compromisso em revelar este debate em torno do passado. Nesta investigação, há, de modo intermitente, o diálogo com a própria produção discursiva de Suassuna sobre si mesmo em prefácios, entrevistas e textos autobiográficos.

Compreender o mundo enquanto representação é lidar com os discursos que o fundam. O discurso seria o que cada época pode dizer ou articular significativamente, o discurso é o pensamento, é algo que nos move e confere os sentidos que precisamos para viver e agir socialmente. Todo discurso veicula e produz poder (FOUCAULT, 2000). Como prática social, o discurso deve ser mergulhado nas relações de poder que o tornaram possível. O conceito de intelectual refere-se àquele que ocupa uma posição específica, cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade de uma sociedade. Estudar Ariano Suassuna é (re)constituí-lo dentro do regime de verdade de seu tempo e imergi-lo nos combates em torno da verdade e pela verdade. Todo lugar de formação de saberes configura-se como ponto de exercício do poder (FOUCAULT, 2001).

Nossa metodologia de pesquisa busca analisar os lugares institucionais que permitiram e possibilitaram a produção do intelectual e o exercício da função da autoria (FOUCAULT, 1999) em Ariano Suassuna. No lugar de produção transparecem os limites e as possibilidades que as relações de poder conferem a qualquer saber ou linguagem artística. Essas relações de lugar correspondem ao que Foucault chamou de modalidades enunciativas, entendidas como instâncias onde os enunciados se justificam, se encadeiam e são pronunciados:

- o status dos "indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso" (FOUCAULT, 2000, p. 57).
- o lugar institucional propriamente dito que a subjetivação ocupa, o lugar onde esta "encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação" (FOUCAULT, 2000, p. 58). O lugar institucional justifica e, ao mesmo tempo, é justificado pelo discurso.
- a posição que o sujeito ocupa na rede de informações.

Nesta pesquisa, também investigaremos a interpretação de Suassuna sobre a identidade nacional brasileira. Compreendemos que a figura do intelectual nacional-popular no século XX (entendendo Ariano Suassuna como um exemplo) como um dos responsáveis pela produção discursiva da nacionalidade compreendida aqui como dispositivo que busca o governo das relações simbólicas entre os diversos grupos sociais com eles mesmos, entre os intelectuais e o “povo” e também entre o “povo” e a “nação”.

Segundo Albuquerque Júnior (1994, p.2), o dispositivo da nacionalidade é

uma rede tecida [que envolve o homem ocidental desde o século XVIII] entre discursos, instituições, organizações administrativas, decisões regulamentares, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, ou seja, entre o dito e o não-dito, que têm como preocupação central o "princípio da nacionalidade".

Suassuna pode ser considerado como um dos artífices dos “mecanismos de produção de territórios homogêneos: como a nação, a cultura nacional, a política nacional [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p.2). Filha da "modernidade burguesa" nacionalidade pode ser caracterizada como

um dispositivo sutil de homogeneização das diversas relações sociais e de sua centralização no âmbito da soberania e da dominação. A multiplicidade da linguagem, das práticas, das imagens no social, são centralizadas através deste mecanismo de produção de sentido que é a nacionalidade. Ela passa a ser a chave atribuidora de sentido ao visível e ao dizível. Com ela abrem-se as múltiplas relações sociais e se acha sempre o mesmo, a nação, sua soberania e, com elas, a reprodução da dominação que as instituiu (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p.2).

Para o pensador Stuart Hall, "a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural" (2001, p.49). A nação é narrada como uma comunidade imaginada que supera as divisões e diferenças internas, os conflitos e diferenças sociais. O discurso nacional procura representar a diferença como unidade ou identidade no exercício da criação da coesão social e da manutenção da estrutura de dominação dos Estados Modernos.

Para o crítico Homi Bhabha, a construção da nação depende da articulação da narrativa nacional que inventa tempos históricos, identidades e futuros (2005, p. 198 ss.) e que instaura uma dupla temporalidade:

o povo tem de ser pensado num tempo-duplo; o povo consiste em "objetos"

históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no preestabelecido ou na origem histórica constituída no passado; o povo consiste também em "sujeitos" de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios vivos prodigiosos, vivos do povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida como um processo reprodutivo. (2005, p. 206-207).

Intelectuais "nacionais" como Ariano Suassuna são protagonistas da produção destas narrativas que buscam naturalizar o povo como objeto *a priori* ao mesmo tempo em que elaboram narrativas que buscam articular permanentemente a heterogeneidade da população e repetir o signo nacional cotidianamente. O historiador Michel de Certeau (2003) chama a atenção para dois gestos típicos destes intelectuais comprometidos com a construção da nacionalidade: um gesto "populista" que "defende" o objeto cultura popular sob o pretexto da eliminação da ameaça popular; e um gesto pastoral que implica no apagamento da violência e da "conversão" do popular "em manifestação civilizada e espelho de virtudes" (2003, p.76).

A nação é construída por narrativas que procuram conciliar a necessidade de construir a essência imutável da nação (que tomam o povo como objeto pedagógico) e com o imperativo de controlar sua dispersão nas lides cotidianas para a reprodução dos sujeitos nacionais (o que termina por tomar o povo como sujeitos performativos). Esta reatualização dos sujeitos nacionais, que é inevitável em função das transformações históricas cotidianas, termina por desestabilizar a imagem tradicional do povo em nome de novas representações adaptadas às configurações históricas de cada contemporaneidade. Assim, o dispositivo da nacionalidade se transforma com as mudanças políticas, sociais e culturais e a idéia de nação persiste como peça discursiva fundamental na construção das relações de dominação e de diferenciações internas e externas (cidadãos x estrangeiros, colonos x colonizados, elites x povo). A produção das narrativas nacionais, portanto, produz diferenças internas e naturaliza hierarquias (SILVA, 2009, p.26).

No que diz respeito ao conjunto de fonte, trata-se de um investigação de cunho biográfico que opta pela pesquisa no conjunto de obras publicadas por Ariano Suassuna (literatura em poesia e prosa, ensaísmo, prefácios, relatórios, textos científicos ou de crítica de arte, manifestos) e em acervos jornalísticos (na direção dos textos publicados pelo personagem enquanto intervenções no debate público e sobre o personagem que revelam como o biografado era recebido nos círculos políticos, artísticos e intelectuais de sua época). Cada registro documental será objeto de leitura visando a produção de fichas de pesquisa que registrarão as seguintes informações: síntese do texto, data do registro, suporte (livro, jornal, revista), personagens e redes intelectuais

estabelecidas, outras questões pertinentes

Literatura (prosa)

O Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta (1971)

História do Rei Degolado nas caatingas do sertão /Ao sol da Onça Caetana (2015)

A história do amor de Fernando e Isaura. Romance (1956). Recife, Bagaço, 1994.

Romance de Dom Pantero no Palco dos Pecadores (2017) - *obra póstuma*

A pensão de Dona Berta e outras histórias para jovens. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021- *obra póstuma*

O sedutor do sertão (2020) - *obra póstuma*

3.1.2. Ensaios e obras acadêmicas

O Movimento Armorial.

Iniciação à Estética. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023

A Onça Castanha e a Ilha Brasil: Uma Reflexão sobre a Cultura Brasileira (tese de livre-docência em História da Cultura Brasileira).

Almanaque Armorial. São Paulo: José Olympio, 2008.

Teatro

Uma Mulher Vestida de Sol (1947). Recife: Imprensa Universitária, 1964. Especial da Rede Globo de Televisão, 1994.

Os Homens de Barro (1949). Peça em 3 atos. Inédita.

Auto de João da Cruz (1950).

Auto da Compadecida (1955).

O Casamento Suspeitoso (1957).

O Santo e a Porca (1957).

A Pena e a Lei (1959).

Farsa da Boa Preguiça (1960).

As Conchambranças de Quaderna, 1987.

A História de Amor de Romeu e Julieta.

Poesia

Seleção em Prosa e Verso. 1974 (coleção Brasil Moço).

Poemas. Seleção, organização e notas de Carlos Newton Júnior. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Editora Universitária, 1999.

CD – *Poesia Viva de Ariano Suassuna*. Recife: Ancestral, 1998.

Vida-Nova Brasileira e outros textos em prosa e verso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022 - obra póstuma

Imprensa (1927 - 2014)

Diário de Pernambuco

Jornal do Commercio

Jornal da Semana

Diário da Manhã

Jornal do Brasil

Folha de São Paulo

VII - contribuições científicas e técnicas esperadas;

Ariano Vilar Suassuna faleceu em 2014. Sua rica intervenção artística foi objeto de diversas abordagens acadêmicas. No entanto, a trajetória de vida do intelectual paraibano não conheceu abordagens de fôlego. Há 4 curtas abordagens dentre as quais destacam-se *O reino encantado de Ariano Suassuna*, do poeta Carlos Nejar (2012), *ABC de Ariano Suassuna*, do escritor e compositor Bráulio Tavares (2007), *Ariano Suassuna, um perfil biográfico*, das jornalistas Adriana Victor e Juliana Lins (2007) e *Ariano Suassuna*, de autoria do crítico literário Carlos Newton Júnior (2018). Estes textos se resumem a registrar datas de importância pessoal e profissional e comentar brevemente algumas das suas obras publicadas. A contribuição esperada para este projeto de pesquisa é a produção de um detalhado texto biográfico sobre o escritor Ariano Suassuna que avance na compreensão sobre a presença do intelectual nos mais diversos espaços sociais que frequentou e interveio. Do ponto de vista da História do Brasil do século XX e inícios do século XXI, Ariano Suassuna deve ser compreendido como um ponto privilegiado para reflexão sobre: a História do teatro e da literatura pernambucana e brasileira; a história da Revolução de Trinta (que vitimou seu pai), a História da formação jurídica e filosófica de meados do século XX, a História dos movimentos culturais em Pernambuco no século XX (especialmente o Teatro do Estudante de Pernambuco, o Teatro Popular do Nordeste, o Movimento de Cultura Popular, o Movimento Armorial), a História das políticas públicas de cultura no século XX e o funcionamento dos

Conselhos Federal e Estadual de Cultura, a História dos intelectuais brasileiros, a História da Universidade Federal de Pernambuco (onde lecionou), dentre outros contextos.

VIII - cronograma de atividades, com a identificação dos responsáveis;

[illegible][illegible][illegible]

Biblioteca (Jornal da Semana, Jornal do Brasil, Diário da Manhã, Última hora, Folha de São Paulo)														
Pesquisa com as obras literárias (prosa e poesia) de Ariano Suassuna	Lucas Victor Silva	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Análise dos dados	Lucas Victor Silva						x	x	x	x	x	x	x	x

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2028											
		Jan	Fev	Ma r	Ab r	Ma i	Ju n	Jul	Ag o	Se t	O ut	No v	Dez
Pesquisa com as obras literárias (teatro e ensaística) de Ariano Suassuna	Lucas Victor Silva	x	x	x	x	x	x						
Análise dos dados	Lucas Victor Silva	x	x	x	x	x	x						
Elaboração de Relatório Final	Lucas Victor Silva	x	x	x	x	x	x						

IX - referências bibliográficas.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A moldura das nacionalidades. In: _____. *O Engenho Antimoderno: a invenção do Nordeste e outras artes*, Campinas, Unicamp, 1994 (Tese de Doutorado). Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>>.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundaj; São Paulo: Cortez, 1999.

ALEIXO, Sandra. *O Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta como narrativa enciclopédica: saberes e práticas de uma cultura*. 179 f. Doutorado em Letras. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba, 2019.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

BEZERRA, Amílcar Almeida. *(Re)inventando o autêntico: arte, política e mídia na trajetória intelectual de Ariano Suassuna*!. 250 f. Doutorado em COMUNICAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária, 2013.

BEZERRA, Amílcar. *Da pedra do reino à selva de pedra: o Brasil de Ariano Suassuna na Folha de São Paulo*. Recife: UFPE, 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.

183-191.

BURKE, Peter. *O polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag*. São Paulo: Unesp, 2020.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.

_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. _____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. v. 1

LARROSA-BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2002, n.19, p.20-28.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2001.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Contexto, 1978.

MARTINS, Jossefrania Vieira. *Pelejas de um sonho de escritura: um olhar sobre a história intelectual de Ariano Suassuna à luz de seus romances*. 271 f. Doutorado em HISTÓRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Seropédica Biblioteca, 2020.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MORAES, Maria Thereza Didier de. *Miragens peregrinas: sertão e nação em Euclides da Cunha e Ariano Suassuna*. São Paulo: EDUSP, 2012.

MORAES, Maria Thereza Didier de. *Emblemas da Sagração Armorial: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970-76)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Editora Universitária, 2000.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. *Em demanda da poética popular: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial*. Campinas: Unicamp, 1999.

- NEJAR, Carlos. *O Reino Encantado de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Consultor, 2012.
- NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. *Ariano Suassuna e a Universalidade da Cultura O Cabreiro Tresmalhado*. 342 f. Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: PUC / SP, 2000
- NEWTON JÚNIOR, Carlos. *Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Academica Brasileira de Letras, 2018.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, Nívea Lins. A mimesis do Quinteto Armorial: uma busca pela autenticidade da música brasileira. *Ideias*, v. 8, n. 2, p. 113-129, 2017.
- Santos, Marília Paula dos. *Ecos Armoriais: influências e repercussão da Música Armorial em Pernambuco*. 153 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- SZESZ, Christiane Marques. Uma história intelectual de Ariano Suassuna: leituras e apropriações. 314f. Doutorado em História (Tese). Universidade de Brasília, 2007.
- TAVARES, Bráulio. *ABC de Ariano Suassuna*. São Paulo: José Olympio, 2007.
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*, Campinas: Papirus, Tomo I, 1994.
- VICTOR, Adriana; LINS, Juliana. *Ariano Suassuna: um perfil biográfico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO - SEÇÃO ADMINISTRATIVA

1 – TÍTULO

Questão agrária no Nordeste: a história dos trabalhadores rurais sem terra do período colonial à Nova República na obra de Manuel Correia de Andrade

2 – VIGÊNCIA: (até 60 meses)

Início Previsto (mês/ano): 01/2026

Término Previsto (mês/ano): 12/2028

3 - CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO: (de acordo com a tabela do CNPq)

a) Nome da Área: Ciências Humanas

Número do Código: 7.00.00.-0

b) Nome da Subárea: História

Número do Código: 7.05.00.00-2

c) Nome da Especialidade (4º nível do conhecimento): História Regional do Brasil

Número do Código: 7.05.05.04-7

4 - LINHA DE PESQUISA: (informar em qual(is) linha(s) se enquadra o projeto)

5 - Terra, Trabalho e Poder (Programa de Pós-Graduação em História)

5 – PALAVRAS-CHAVES: (informar no mínimo 04 palavras que possibilitem a recuperação do projeto)

1. Questão Agrária 4. Manuel Correia de Andrade

2. Sem terra 5. Formação territorial

3. Relações de trabalho 6. Relações de poder

6 – GRUPO DE PESQUISA: (informar link do grupo de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ)

Rede de Pesquisadores – Itinerários das Ciências Humanas (RePECH)

Endereço para acessar este espelho: www.dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9679321332538878



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

7 – PARTICIPANTES

Nome: Maria Rita Ivo de Melo Machado

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 03334607402

SIAPPE (servidor da UFRPE): 2651827

E-mail: mariarita.machado@ufrpe.br

Vinculação: UFRPE / DEHIST

Função: Coordenador (x) Colaborador () Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 10 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4858507574425651>

Nome: Sarah Bezerra Siqueira

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 131.028.384-21

SIAPPE (servidor da UFRPE):

E-mail: sarah.siqueira@ufrpe.br

Vinculação: Estudante graduação

Função: Coordenador () Colaborador (X) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 10 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4144335142582239>

Nome: Gecilainy Gomes da Silva

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 133.540.774-09

SIAPPE (servidor da UFRPE):

E-mail: gecilainy.silva@ufrpe.br

Vinculação: Estudante graduação

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 10 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2483261915622111>

Nome: Ana Regina Marinho Dantas Barboza da Rocha

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 040.396.7640-32

SIAPPE (servidor da UFRPE):

E-mail: anareserafim@gmail.com

Vinculação: Docente da Universidade de Pernambuco – Membro do Grupo de Pesquisa RePECH

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 5 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6583129971560365>



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

Nome: Gevson Silva Andrade

CPF (Brasileiro) ou Passaporte (Estrangeiro): 023.471.984-24

SIAPPE (servidor da UFRPE):

E-mail: gevson@yahoo.com.br

Vinculação: Docente da Universidade de Pernambuco – Membro do Grupo de Pesquisa RePECH

Função: Coordenador () Colaborador (x) Consultor ()

Carga horária semanal dedicada ao projeto (em número inteiros): 5 horas

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3127844887625744>

II – DETALHAMENTO – SEÇÃO CIENTÍFICA

RESUMO

O estudo sobre a questão agrária é um caminho para compreender a formação histórica, econômica e socioterritorial do Brasil. Esse debate engloba um conjunto de temas que envolvem processos de diferentes esferas, mas que são articulados como a estrutura fundiária, a propriedade e a extração da renda da terra, as formas de produção, os conflitos de classes sociais e as relações de trabalho e formas de resistências aos poderes hegemônicos. Com o intuito de contribuir para a compreensão desses processos, este projeto de pesquisa tem como objetivo reconstruir e analisar, com base na obra de Manuel Correia de Andrade das décadas de 1960 e 2000, o processo histórico dos trabalhadores rurais sem terra no Nordeste e o seu papel na produção territorial e estruturação econômica da região, desde o período colonial à Nova República. A escolha desse intérprete do Brasil justifica-se por sua representatividade nos debates sobre a questão agrária e das relações de trabalho no campo no âmbito da produção do conhecimento da História e da Geografia. A investigação realizará uma revisão bibliográfica e uma análise sistemática das obras publicadas por Andrade em dois momentos-chave da sua trajetória acadêmica. A década de 1960, período marcado pelos avanços técnicos e científicos da Revolução Verde, pela efervescência dos movimentos sociais rurais e publicação de suas obras mais profícuas sobre o tema, a exemplo do livro “A terra e o homem no Nordeste” (Andrade, 1963). Segundo momento, a primeira década do século XXI, que corresponde ao período de maturidade acadêmica do autor até o seu falecimento. Faz-se necessário rememorar que a obra de Andrade se destaca pelo debate sobre os movimentos populares rurais e as relações de trabalho no campo dos trabalhadores sem terra, como foreiros, meeiros, moradores de condição, entre outros. O autor argumentou que categorias como foreiros e meeiros, mesmo em condições precárias, constituíam uma incipiente classe média rural já no período colonial (ANDRADE, 1963, 1973, 1998, 2005). Assim, resgatar a história dos trabalhadores sem terra a partir dessa interpretação permite identificar seu lugar na história do Brasil e sua importância para a formação histórica, socioterritorial e econômico do país. Este estudo configura-se, portanto, como uma via para compreender a origem histórica, as causas, as problemáticas e os processos das lutas de grupos sociais geradas pelas relações de trabalho no campo dos trabalhadores sem terra, apontando para a desproporção das forças de poder e o tratamento desigual por parte do Estado.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

A compreensão sobre a problemática da questão agrária é um caminho pelo qual pode-se compreender a formação histórica, socioterritorial e econômica do Brasil, do período que vai da dominação colonial até a atualidade. Esse debate engloba um conjunto de temas como estrutura fundiária, e a extração da renda da terra, as formas de produção no campo, os conflitos de classes sociais e as relações de trabalho e poder no espaço agrário.

Com o intuito de contribuir para a compreensão desses processos que envolvem a questão agrária, este projeto de pesquisa tem como objetivo reconstruir e analisar, com base na obra de Manuel Correia de Andrade das décadas de 1960 e 2000, o processo histórico dos trabalhadores rurais sem terra no Nordeste e o seu papel na produção territorial e estruturação econômica da região, desde o período colonial à Nova República.

A escolha desse intérprete do Brasil justifica-se por sua representatividade nos debates sobre o tema no âmbito da produção do conhecimento da História e da Geografia. A importância desse pensador se reafirma através da grandeza da sua trajetória e atuação como professor acadêmico, pesquisador e, em certa medida, gestor e planejador, que se formou em Geografia, História (1947) e Direito (1945). Além de ter sido pesquisador 1A do CNPq de 1980, até o seu falecimento em 2007. Teve sua relevância reconhecida também através da Medalha da Ordem Nacional do Mérito Científico (2003), do prêmio Florestan Fernandes da Sociedade Brasileira de Sociologia (2001), além de inúmeros títulos de professor *Honoris Causa* concedidas por diferentes instituições de ensino superior (Ribeiro; Soares, 2009).

Quanto as suas contribuições sobre a temática da questão agrária, escreveu inúmeros livros, como: *Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco* (1983); *Jundiá: um engenho de açúcar no Vale do Siriji* (1974); *A pecuária no Agreste Pernambucano* (1961); e *Os rios do açúcar no Nordeste Oriental* (1959); *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social* (1994); *Agricultura e capitalismo* (1979); *O sentido da colonização* (1994), *Abolição e reforma agrária* (1987); *Lutas camponesas no Nordeste* (1989), entre outras.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

Para além do universo acadêmico, participou como Diretor do Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA), quando Miguel Arraes foi governador em 1963/4, tendo encerrado sua atuação devido ao Golpe Militar. Foi presidente do Grupo de Trabalho para elaboração de Sugestões para a Reforma Agrária (1969) e trabalhou na Agência de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe).

Como advogado trabalhou em vários sindicatos de trabalhadores como o dos Ferroviários, dos Trabalhadores da Indústria de Exploração e Pedras de Jaboatão dos Guararapes e dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão (VAISENCHE, 2020).

Faz-se necessário rememorar que a obra destaque de Andrade (1963) problematizou as relações de trabalho no campo dos trabalhadores sem terra, como foreiros, meeiros, moradores de condição, entre outros. O autor argumentou que categorias como foreiros e meeiros, mesmo em condições precárias, constituíam uma incipiente classe média rural já no período colonial (ANDRADE, 1963, 1973, 1998, 2005).

Assim, reconstruir a história dos trabalhadores rurais sem terra a partir da interpretação de Andrade pode auxiliar num maior evidenciamento sobre o papel e a relevância desses trabalhadores na história do Nordeste, reforçando a sua importância para a formação histórica, socioterritorial e econômico da região e para o país. Este estudo pretende se configurar, portanto, como uma via para compreender a origem histórica, as causas, as problemáticas e os processos das lutas de grupos sociais geradas pelas relações de trabalho no campo dos trabalhadores sem terra, apontando para a desproporção das forças de poder e o tratamento desigual por parte do Estado.

Para atingir o objetivo da pesquisa a metodologia contará com uma revisão bibliográfica que analisará de forma sistemática as obras publicadas por Andrade.

Acredita-se que os resultados da pesquisa serão relevantes para o conhecimento nas áreas da história agrária, social e econômica, pela análise da evolução histórica das relações de trabalho dos sem terra em diferentes períodos.

O resgate da memória desses grupos de trabalhadores também conta a história das relações de trabalho no campo nordestino através de outros primas que vão além das relações de escravização dos indígenas e negros, sendo a subordinação do segundo grupo a mais destacada nos debates acadêmicos. Nas obras de Manuel Correia de Andrade, especialmente em “A terra e o homem no Nordeste:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste” (ANDRADE, 1963, 1973, 1998, 2005), ele elucida outras formas de subordinação da força de trabalho pelas classes economicamente dominantes, como a meação, fôro, entre outros que ele denomina de sem terra. Eles são igualmente relevantes para a compreensão da formação histórica, socioterritorial e econômica do Nordeste, por terem formado um grupo que, mesmo em condições precárias, representava uma incipiente classe média do campo, no período colonial (ANDRADE, 1963, 1973, 1998, 2005).

Assim, a sistematização das informações sobre esses trabalhadores contribui na apresentação de mais uma narrativa sobre a história da subordinação (com rebeldia), formas de resistências e formação territorial do Nordeste a partir desses trabalhadores.

2. OBJETIVOS

Geral

Reconstruir e analisar, com base na obra de Manuel Correia de Andrade das décadas de 1960 e 2000, o processo histórico dos trabalhadores rurais sem terra no Nordeste e o seu papel na produção territorial e estruturação econômica da região, desde o período colonial à Nova República.

Específicos

- Conceituar o termo trabalhadores sem terra na obra de MCA nos dois períodos propostos;
- Comparar o conceito de trabalhador sem terra na análise de MCA com a outros autores da História e da Geografia;
- Identificar as tipologias de trabalhadores sem terra na obra de MCA e nos dois períodos de análise;
- Elencar as diferentes problemáticas socioterritoriais, econômicas e de trabalho aos quais os sem terra foram submetidos do Brasil colônia até a nova república segundo a obra de MCA;
- Constatar o papel dos trabalhadores sem terra na formação histórica, socioterritorial e econômica do Nordeste, a partir da obra de MCA;
- Reconhecer como MCA interpretava as ações de resistência dos trabalhadores rurais sem terra nas obras que publicou nas décadas de 1960 e de 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

3. METODOLOGIA/MATERIAL E MÉTODOS
--

A pesquisa “Questão agrária no Nordeste: a história dos trabalhadores rurais sem terra do período colonial até a nova república na obra de Manuel Correia de Andrade” será de natureza qualitativa feita através de uma revisão bibliográfica sistemática.

A revisão bibliográfica será dividida em dois momentos-chave da trajetória acadêmica de Andrade e da história da questão agrária. No primeiro momento serão selecionados e analisados os textos publicados na década de 1960, período marcado pelos avanços técnicos e científicos da Revolução Verde, pela efervescência dos movimentos sociais rurais e publicação de suas obras mais proíferas sobre o tema, a exemplo do livro “A terra e o homem no Nordeste” (Andrade, 1963).

O segundo momento contemplará um conjunto da primeira década do século XXI, que corresponde ao período de maturidade acadêmica do autor até o seu falecimento e fase de maior visibilidade, neste interstício, dos movimentos sociais rurais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Para atingir os objetivos propostos para este projeto será utilizada a metodologia de análise de conteúdo postulada por Bardin. Ela se estrutura em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 1977).

A pesquisa bibliográfica fará parte da etapa da pré-análise que contará com a leitura exploratória e seletiva no acervo da Cátedra Manuel Correia de Andrade do Departamento de História da própria Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), além da biblioteca Manuel Correia de Andrade da UFRPE, entre outras bibliotecas físicas. Os acervos virtuais também serão contemplados, a exemplo do Google Acadêmico, Portal da CAPES, SciELO, revistas científicas, entre outros sites de referência para esse tipo de pesquisa.

Esta etapa buscará identificar livros, artigos científicos escritos por MCA e publicados na década de 1960, assim como as obras publicadas na década de 2000. A análise das obras desses dois períodos (Década de 1960 e 2000), deverá possibilitar a realização de uma análise comparativa do pensamento do autor nestes dois recortes temporal.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PROJETO DE PESQUISA

Na exploração do material, serão feitas leituras dirigidas, levando em consideração a temática em pauta e, por fim, serão tratadas algumas das informações obtidas com as leituras, a exemplo da lista os trabalhadores sem terra indicados para MCA.

A pesquisa documental será feita no acervo pessoal de Manuel Correia de Andrade que se encontra no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e reúne o acervo pessoal de Manuel Correia e reúne aproximadamente 70 mil itens, entre eles, sua biblioteca, que possui manuscritos, correspondências pessoais com políticos e acadêmicos, representações espaciais (mapas, croquis, mapas com anotações), fotografias, entre outros documentos.

O acervo documental da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) também será objeto de pesquisa, uma vez que o professor MCA trabalhou como Diretor do Centro de Estudos da História Brasileira (Cehibra) de 1980 até 2002. Neste cargo ele foi responsável por adquirir para FUNDAJ acervos bibliográficos e arquivístico de diferentes naturezas como textual, iconográfico, cartográfico, sonoro, fonográfico, entre outros. Além de realizar pesquisas referentes ao Nordeste brasileiro.

Serão realizadas busca em base de dados disponíveis em órgãos governamentais, movimentos sociais rurais e de outras naturezas, à exemplo do IBGE (com o SIDRA -Sistema IBGE de Recuperação Automática), da FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (com o FAOSTAT), do INCRA e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os dados a serem levantados serão das seguintes ordens: conflitos no campo, produtividade agrícola, estrutura fundiária, imóveis rurais, renda, produtividade agrícola e de outros dados utilizados por MCA para compreender e explicar os elementos da questão agrária e fazer uma comparação com a realidade na no tempo presente.

Acredita-se que através desta pesquisa será possível identificar e explicar os fatores históricos, socioterritoriais e econômicos que determinaram certos fenômenos pertinente as relações de trabalho dos trabalhadores rurais sem terra, esclarecendo os porquês da conjuntura do objeto estudado, que, no caso, trata-se da história das relações de trabalho dos sem terra e as dinâmicas socioterritoriais e econômicas que as configuraram no passado e como elas estão na atualidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

4. CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

- Sistematização do conceito de trabalhadores rurais “sem terra” na obra de Manuel Correia de Andrade.
- Tipologia dos trabalhadores sem terra no Nordeste na obra de MCA, desde o período colonial até os anos 2000.
- Produção de um quadro comparativo do pensamento de MCA nas obras dos anos de 1960 e dos anos 2000.
- Ampliação de um conhecimento acadêmico capaz de comparar o debate sobre questão agrária na concepção de MCA e outros autores da História e da Geografia.
- Catalogação dos conflitos relacionados as formas de exploração e subordinação da força de trabalho, produção, permanência na terra e conflitos vivenciados pelos diferentes grupos de trabalhadores sem terra.
- Construção de uma narrativa histórica da colônia a nova república a respeito dos trabalhadores sem terra no Nordeste, a partir da ótica de MCA.
- Produção de um livreto paradidático que mostre a valorização do papel histórico dos sem terra na formação histórica, socioterritorial e econômica no Nordeste.
- Reforço do legado de Manuel Correia de Andrade para os estudos agrários, históricos e geográficos.
- Contribuição para os debates contemporâneos sobre questão agrária e relações de trabalho no campo.
- Formação de grupo de leitura sobre as obras de Manuel Correia de Andrade e as temáticas correlatas a questão agrária.
- Realização de colóquios com os membros do grupo de pesquisa para debate sobre a temática e abordagens metodológicas.
- Apresentação dos resultados em eventos científicos e culturais locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Publicação de textos em Anais de eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Orientação de estudantes em pesquisas de iniciação científica, Mestrado e Doutorado;
- Mesas redondas online e presenciais sobre o tema da pesquisa;



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

- Publicação de artigos em livros e em revistas científicas;
- Elaboração de mapas sobre as localizações dos trabalhadores sem terra e suas principais produções agropecuárias em diferentes momentos da história;
- Tabelas sobre as principais categorias de trabalhadores sem terra, culturas relacionadas e problemas que os envolvem.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2026											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento bibliográfica (Pré-análise)	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Revisão bibliográfica ampla (Exploração do material)	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tratamento dos resultados	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;					X	X				X	X	
Reuniões de grupo de leitura	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;		X		X		X		X		X		
Organização e realização de mesas redondas	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily.				X			X			X		
Redação de textos acadêmicos	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;					X			X		X		
Participação em seminários e colóquios	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily.				X			X			X		
Orientações (iniciação científica, mestrado e doutorado)	Maria Rita; Gevson; Ana Regina;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Planejamento e execução do livreto paradidático	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;										X	X	X

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	ANO 2027											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento bibliográfica (Pré-análise)	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Revisão bibliográfica ampla (Exploração do material)	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tratamento dos resultados	Maria Rita; Sarah Siqueira; Gecinaily; Gevson; Ana Regina;					X	X				X	X	



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª. Ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2005. p.334.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia e Pernambuco**: ambiente e sociedade. Manuel Correia de Andrade (Coordenador). João Pessoa, PB: Editora GRAFSET. 2009. Participantes: Fernando José Câmara Caldas Lins; Flávio Antônio Cabral Sampaio; Lucivânio Jatobá; Manuel Correia de Andrade e Thais de Lourdes Correia de Andrade.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Pernambuco**: cinco séculos de colonização. João Pessoa, PB? Editora GRAFSET, 2004b.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O fio e a trama**: depoimento de Manuel Correia de Andrade. Depoimento à Rita de Cássia Barbosa de Araújo (Organizadora). Participantes: Denis Bernardes, Eliane Moury Fernandes e Rita de Cássia de Araújo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002c.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A cana de açúcar na Região da Mata Pernambucana – reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90**: impacto ambiental, socioeconômico e político. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste ontem e hoje**: continuidade e rupturas. In.: ALVES FELIPE, José Lacerda (Org.) Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão. Natal: CCHLA/UFRN, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Jundiá, um engenho de açúcar no Vale do Siriji**. Separata da Revista de História, Nº 100. São Paulo – Brasil, 1974.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço agrário brasileiro**: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. In: Geousp, São Paulo, n.12, p. 11-19, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: 1850-1888. In: **Estudos Econômicos**, volume 13, número 1, São Paulo, jan-abril, 1983.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de; SUDENE Grupo de Desenvolvimento Sub-Regional. **Area do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE, Grupo de Desenvolvimento Sub-Regional, 1988.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, região e desenvolvimento**: (introdução ao estudo do aménagement du territoire). Recife: Instituto de Ciências Políticas e Sociais, 1967.
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL FORMAÇÃO HISTÓRICA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA: BRASIL 1701-1824, 3., 1999, Recife. ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (Org.). **Formação histórica da nacionalidade brasileira**: Brasil 1701-1824. Brasília CNPq; Recife Massangana, 2000.
- ANDRADE, Thaís de Lourdes Correia de. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade**: caminhos percorridos na Geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07062019-122115/>. Acesso em: 14 maio 2024.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. um intérprete do Nordeste. In: CAVALCANTI, Clovis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda (Org.). **Manuel Correia de Andrade**: um homem chamado Nordeste. Recife: Bagaço, 2008, p. 157-160.
- BARROS, R. A. de A.; SOUZA, L. E. S. de. REVISITANDO AS HIPÓTESES DE MANOEL CORREIA DE ANDRADE: A SUDENE E OS PLANOS DIRETORES DE 1961 A 1973. **7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**, 2018.
- BOURDIEU, P. “Gosto de classe e Estilo de Vida”. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983. v. 39
- BRASIL. **Estatuto da Terra**: Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso: 20 set. 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. __ **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. **Estatuto do Trabalhador Rural**. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-norma-pl.html>. Acesso em 12 nov. 2022.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês?: o Protocampesinato Negro nas Américas**, São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil**: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira-estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste. Presidente Prudente, FAPESP, 2008.

COSME, Claudemir Martins; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. A concentração fundiária como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: a reprodução do latifúndio e do minifúndio no campo alagoano. **GEOgraphia**, vol. 22, nº 48, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27550/26443>. Acesso em: 14 dez. 2022

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino Conflitos no Campo Brasil 2024 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. — Goiânia, GO : Comissão Pastoral da Terra, 2025. 32 p.

DABAT, C. Rufino. **Moradores de Engenho**. 3. ed. Recife: EDUFPE, 2024. v. 01. 1106p

DABAT, C. Rufino. **O Poder Amargo do Açúcar**. 2. ed. Recife: EDUFPE, 2010. v. 1. 224p .

DEAN, Warren. **Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura**. 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Gentil Martins. **Depois do Latifúndio**: Continuidade e Mudança na Sociedade Rural Nordestina. Brasília: Edunb, 1978.

DIFUSIEB, **Projeto Manuel Correia de Andrade**. 2020. Disponível em <https://www.ieb.usp.br/pmca/>

FERLINI, Vera Lúcia A. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2019. v. 1. 208p .

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. In: Boletim Dataluta, Dezembro, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

FERNANDES, Florestan. **Integração do Negro na Sociedade de Classes**. volume 1, São Paulo: Ática, 1978.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>. Acesso em: novembro de 2012.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: **sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia: Universidade Federal Fluminense, 2021.

IANNI, Octavio. **As Metamorfoses do Escravo**: Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional, São Paulo: Difel, 1962.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Várias edições. Prefácio e cap I, II, III, V e VI.

MAIA, Doralice Sátyro. O pensamento de Manuel Correia de Andrade e a sua obra A terra e o Homem no Nordeste. In: **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de abril de 2009, vol. XIII, nº 288. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn/sn-288.htm Acesso em: 06 de janeiro de 2024.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo**: Novos Estudos sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 1ªreimpr., 2004.

MONTENEGRO, Antônio T.; SAYANNE, K. (Org.) . **Historiografia**: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores.. 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2022. v. 01. 354p.

MONTENEGRO, Antônio T.. **História, cultura, trabalho**: questões da contemporaneidade. 01. ed. Recife: Editora da UFPE, 2011. v. 01. 321p

PRADO JÚNIOR, Caio. **A agricultura subdesenvolvida**. Petrópolis, RJ: Vozes, c1969. 275p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. -. Sao Paulo: Brasiliense, 1981. 188p.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROJETO DE PESQUISA

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 1980. Rio de Janeiro: Editora Camus. Parte I- o Moinho Satânico: Caps 3,4,5,6,7,8, 9 e 10.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, Manoel Correia de Andrade e a questão agrária brasileira. **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, vol. 3, Edição Especial, p. 191-203, ago. 2010.

MELO, Mario Lacerda de. **O Açúcar e o Homem**: Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro. Recife: IJNPS, 1975. 304p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RIBEIRO, Wagner Costa; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (Coord.) Cidadania e reforma agrária no Brasil: a herança de Manuel Correia de Andrade. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de abril de 2009, vol. XIII, nº 288. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/sn/sn-288.htm> Acesso em: 06 de janeiro de 2024.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e descontinuidades – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Vol. 8, n. 7, Jul./Dez. Presidente Prudente, 2005. p. 1-21.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

DATA E ASSINATURA DO COORDENADOR:

26/09/2025	 Ass: _____
------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
EDITAL Nº 03/2025-PGH-CREDENCIAMENTO DOCENTE

WILLIAMS ANDRADE DE SOUZA

PROJETO DE PESQUISA

I. Título do Projeto:

"Entre a Lei e o Costume: Justiça, Cidadania e Representatividade no Brasil Imperial (Pernambuco, 1822-1889)."

II. Resumo do Projeto:

Esta pesquisa investiga as complexas relações entre justiça, cidadania e representatividade no Brasil Imperial, com foco em Pernambuco. Partindo do pressuposto de que o acesso à justiça constituía uma via crucial de exercício da cidadania e da representatividade, o projeto analisa como diferentes grupos sociais negociaram direitos e representatividade através de um amplo espectro de instituições judiciais e políticas, num contexto marcado pelo paternalismo e pela escravidão. Para além dos tribunais, a análise inclui as agências do poder local – como a Câmara Municipal, a Polícia e os cargos de Juiz de Paz, fiscal de freguesia e inspetor de quarteirão, agentes fundamentais para a administração do cotidiano e a aplicação da lei nas localidades, conforme estudado por autores como FLORY (1986), SILVA (2014) e SOUZA (2018; 2019; 2021). A investigação dialoga criticamente com as interpretações clássicas sobre a formação do Estado imperial – como as de CARVALHO (2003) e MATTOS (2004), que enfatizam o papel ordenador das elites –, buscando complexificá-las a partir das dinâmicas locais e dos conflitos inerentes a tal processo formativo, temas explorados por BASILE (2022) e FERNANDES (2021). Ao fazê-lo, a proposta engaja-se para além dos debates sobre a "cidadania regulada" (CARVALHO, 2002) e percorre as possibilidades de ampliação e busca por direitos por parte de grupos formalmente excluídos, uma discussão avançada por DIAS (1995; 2014) ao examinar o protagonismo popular no mundo eleitoral e cotidiano social no Brasil oitocentista. A pesquisa também se beneficia dos estudos sobre a cultura política e a esfera pública imperial (MOREL, 2005; LYNCH, 2021; CABRAL, 2013; ABREU, 1999) para entender os mecanismos de representatividade que extrapolavam as

estruturas formais. Para tanto, recorreremos à exploração sistemática e triangulação de um vasto corpus documental, como fontes administrativas e os processos judiciais cíveis e criminais disponíveis no Memorial da Justiça de Pernambuco e no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), as fontes impressas oitocentista, acessíveis por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital e a Coleção Jornais Século XIX – Recife, do acervo da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Para tanto, faremos uso de uma metodologia que combina prosopografia, microanálise e análise de redes – para mapear atores sociais, estratégias de acesso ou burla à justiça, ações de autoridades e intuições e conexões ou redes de aliança entre os envolvidos - elites políticas e judiciais e a população, à luz de ESPADA LIMA (2006), GRAHAM (1997), MOREIRA (2012) e HEINZ (2006; 2011). Objetiva-se, assim, compreender os limites e as possibilidades da cidadania, inclusive a partir das ações de agentes subalternos que desafiavam as hierarquias, na esteira do que propuseram THOMPSON (1987; 1998) e SOUZA (2009). A pesquisa avança na interpretação dessas assertivas, e, no limite, contribui para repensar a formação do Estado imperial a partir das tensões entre o liberalismo importado e as estruturas hierárquicas arraigadas (MALFATTI, 1985; MARSON, 2013; PEIXOTO, 2013), revelando como a atuação desses múltiplos agentes e instituições conformou um campo de negociação permanente, onde a lei e o costume se entrelaçavam, criando espaços de mediação e *agency* para diversos segmentos sociais, conforme apontam CHALHOUB (1990; 2012), GRINBERG (2002) e VARGAS (2010).

III. Palavras-chave:

Justiça Imperial; Cidadania; Representatividade; Pernambuco Século XIX; Escravidão; Paternalismo; Liberalismo.

IV. Introdução:

A formação do Estado nacional brasileiro no século XIX foi marcada por profundas tensões entre um projeto liberal de inspiração europeia e as estruturas sociais hierárquicas e escravistas herdadas do período colonial. Para além da conhecida tese das "ideias fora do lugar" (SCHWARZ, 1992), o debate é enriquecido por reflexões que buscam compreender o "lugar" específico do liberalismo na sociedade brasileira (VASQUES, 2008; RICUPERO, 2021), inclusive a partir da premissa de que as ideias, de fato, estavam em seu devido lugar, conformando-se às estruturas de poder vigentes (CARVALHO, 1976). Nesse contexto, o paternalismo e o clientelismo (GRAHAM, 1997) não eram meros resquícios arcaicos, mas elementos constitutivos das relações sociais e da própria formação do Estado, operando como um "costume" que frequentemente se sobrepunha ou

negociava com a lei formal, conforme analisado por CHALHOUB (2012) e THOMPSON (1987; 1998). É precisamente nesta zona de interseção e negociação que se situam as práticas de cidadania dos segmentos populares (PEREIRA, 2016). Longe de serem meros espectadores passivos dessa estrutura contraditória, homens e mulheres livres pobres, libertos, e até mesmo escravizados, demonstravam uma notável capacidade de agência ao acionar seletivamente as diferentes facetas desse ordenamento.

Por um lado, tais atores sociais apropriavam-se da linguagem liberal dos "direitos" e da "igualdade perante a lei" – um princípio propagado pela elite de bacharéis que aprendia a exercer o poder, conforme estudado por ADORNO (2019), para exigir justiça em tribunais, contestar arbitrariedades ou reivindicar participação, conforme evidenciado por GRINBERG (2002) ao analisar as estratégias jurídicas de libertos no Oitocentos brasileiro. Por outro lado, manejavam com astúcia as regras não escritas do paternalismo e da hierarquia, apelando à proteção de autoridades locais, invocando laços de dependência e compadrio, ou recorrendo a fiscais e juízes de paz em disputas cotidianas, como ilustram os estudos de GRAHAM (2013) sobre as vendedoras de rua, na Bahia de finais do século XVII e meados do XIX. Essa arena de conflitos era também mediada pela atuação das instituições policiais, cuja formação e consolidação no Recife oitocentista, analisada por SILVA (2014), foram centrais para a imposição de uma "sedução da ordem" (VELLASCO, 2004) sobre a população, criando novos campos de disputa. Ao mesmo tempo, as instâncias superiores de justiça, como o Tribunal da Relação, estudado por SILVA (2023), atuavam como fiadoras última desse sistema, harmonizando ou tensionando as interpretações locais com a legislação imperial.

Nesse contexto, a cidadania para os populares não era um status abstrato definido pela legislação central, mas uma prática social construída no dia a dia, através do uso estratégico das instituições (seja a justiça, a polícia, a Câmara Municipal ou a Assembleia provincial, quiçá ao Soberano Congresso) para ampliar seus espaços de autonomia, garantir sobrevivência e contestar, dentro dos limites possíveis, as relações de dominação. O sistema, portanto, não era apenas imposto de cima para baixo; era também modificado por baixo, através das demandas, ações e resistências daqueles que viviam na sua base.

Considerando tais premissas e buscando interpretar sua validade, este projeto situa-se na interface entre a nova história política, atenta aos jogos de linguagem e às instituições (RÉMOND, 2003; ROSANVALLION, 2010; CARVALHO, 2011), e a história social, particularmente a vertente que investiga a justiça como locus de negociação de direitos (FLORY, 1986; GRINBERG, 2002; SILVA, 2003, 1997; SLEMIAN, 2009; VELLASCO, 2004). Examina-se, assim, como as noções de cidadania e representatividade foram construídas e contestadas na prática, através do cotidiano popular em sua interação com as instituições.

Partindo do entendimento de que o acesso à justiça e as formas de representatividades junto às instituições de governança e judiciais, especialmente por meio da prática peticionária, constituía uma forma crucial de exercício de cidadania (PEREIRA, 2010; CARVALHO, 2002), a pesquisa analisa como diferentes grupos sociais – das elites aos escravizados – manejavam estrategicamente os recursos discursivos tanto do liberalismo (apelando a direitos universais estatuídos) quanto do paternalismo (invocando práticas costumeiras, laços de dependência e proteção) para buscar seus direitos e resistir ou mesmo burlar o controle social, em atos concretos de cidadania que desafiavam a dominação, à luz do que demonstraram GRAHAM (2013), GRINBERG (2002) e CHALHOUB (2003).

Pernambuco oferece um campo privilegiado para esta investigação, não apenas por sua tradição de conflitos políticos e complexa estrutura social, bem documentada por autores como MELLO (2004) e CABRAL (2013), mas também pela riqueza e preservação de sua documentação, custodiada em instituições como o IAHGP, o Memorial da Justiça e os acervos dos jornais de Pernambuco do século XIX.

V. Objetivos:

Geral:

Analisar as dinâmicas de acesso à justiça e as experiências de cidadania em Pernambuco imperial, examinando como diferentes grupos sociais utilizaram as instituições judiciais para negociar direitos e representatividade num contexto marcado pela tensão entre o paternalismo escravista e as pretensões liberais.

Específicos:

1. Realizar o levantamento, triagem e classificação tipológica dos processos judiciais nos acervos consultados.
2. Mapear os perfis sociais dos litigantes (condição jurídica, profissão, gênero, cor/raça) por meio de análise prosopográfica e serial.
3. Investigar a influência de redes de parentesco, compadrio e clientelismo no acesso à justiça, utilizando análise de redes sociais.
4. Analisar, através da microanálise de casos emblemáticos, as estratégias discursivas e as negociações cotidianas travadas nas instituições judiciais.

5. Examinar casos de contestação e agência de grupos subalternos (escravizados, libertos, mulheres, pobres livres) no interior do sistema de justiça.
6. Contextualizar os casos judiciais com os debates da imprensa pernambucana oitocentista, articulando a microanálise com a esfera pública.

VI. Método de Pesquisa:

A investigação proposta se inscreve no âmbito da História Social, com uma forte inflexão metodológica herdada da Micro-História italiana (GINZBURG, 1989; LEVI, 2002; ROJAS, 2012; ESPADA LIMA, 2006) e dos estudos sobre a História Social da Justiça (GRINBERG, 2006; HESPANHA, 1994). O objetivo central é operar uma "redução de escala" (REVEL, 1998) para, a partir da observação minuciosa de casos concretos, através da microanálise, iluminar questões mais amplas sobre a construção do Estado Imperial e as experiências de cidadania em Pernambuco. A operacionalização da pesquisa divide-se em três etapas articuladas.

A fase de levantamento documental será conduzida de forma sistemática nos acervos do IAHGP e do Memorial da Justiça de Pernambuco, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital e CEPE. O foco recairá sobre um corpus diversificado de fontes primárias, incluindo: processos judiciais cíveis e criminais que funcionam como "lugares de negociação" (CHALHOUB, 1990), envolvendo disputas por direitos (comércio, terra, honra, família, multas, apreensões, prisões, liberdade); documentação institucional como relatórios de presidentes de província, atos e normas camarárias, correspondências e sentenças de juízes de direito, expedientes processuais e processos da justiça, que elucidam a administração formal das instituições administrativas e da justiça à luz da burocracia imperial estudada por URICOECHEA (1978); fontes impressas e eleitorais para cruzar com os perfis dos litigantes e também a atuação na esfera pública e formação de opinião; e registros paroquiais e cartoriais, fundamentais para a reconstituição prosopográfica das redes de parentesco e clientelismo que permeavam o poder judiciário e administrativo de então.

Por meio da exploração sistemática e recurso de um vasto corpus documental, como os processos judiciais cíveis e criminais disponíveis no Memorial da Justiça de Pernambuco e no IAHGP, podemos identificar e interpretar os conflitos concretos travados na esfera judicial, que podem elucidar o funcionamento da justiça e o seu acesso pela população, a judicialização da vida local e suas tensões inerentes, os personagens agentes desses processos e suas informações pessoais e/ou relacionais, cruciais para a reconstituição prosopográfica dos grupos envolvidos e de suas redes de influência. Por seu turno, a consulta às fontes impressas oitocentista, através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e do acervo da Companhia Editora de Pernambuco, trará uma complementaridade para a análise multidimensional da justiça e da cidadania no Pernambuco

imperial, pois permitira contextualizar o pano de fundo dos debates públicos, a formação e manejo da opinião pública, articulando a microanálise dos casos com a cultura política da época e a recepção social das lutas por direitos.

A segunda etapa consiste na análise documental propriamente dita, que empregará um conjunto integrado de técnicas, articulando a microanálise com ferramentas capazes de revelar padrões sociais mais amplos. A microanálise de casos emblemáticos, na esteira da tradição italiana (GINZBURG, 1989; LEVI, 2002), permitirá um exame minucioso da narrativa processual, iluminando as estratégias cotidianas dos agentes. Esta abordagem será complementada pela análise de discurso das argumentações jurídicas, visando desvendar a retórica, os códigos culturais e os recursos mobilizados por litigantes e advogados, compreendendo o foro como uma arena de disputa pela definição de direitos e legitimidade. Paralelamente, a prosopografia – método consagrado por LAWRENCE STONE (2011) e eficazmente aplicado ao Brasil Imperial por JOSÉ MURILO DE CARVALHO (2003) no estudo das elites, conforme refletem ou empreendem HEINZ (2006; 2011), KELLER (1967;); SOUZA (2019) e PERISSINOTO (2015) – será empregada para construir um perfil coletivo dos sujeitos envolvidos na esfera judicial (juízes, advogados, litigantes), traçando sua origem social, formação, trajetória profissional e padrões de recrutamento, o que é fundamental para identificar hierarquias e critérios de acesso ao poder judiciário. Para além das trajetórias individuais, cabe neste estudo a análise de redes sociais (ARS), que pode ser instrumentalizada para mapear e visualizar, com o auxílio do software Gephi ou congênere, as conexões informais de parentesco, compadrio e influência política que permeavam e circuitavam o curso dos processos, indo além das estruturas formais do Estado.

A terceira etapa consiste na triangulação de métodos, visando à validação das interpretações e à obtenção de uma leitura multifacetada do objeto. Para identificar tendências gerais de acesso à justiça que transcendam a singularidade dos casos, será realizada uma análise quantitativa serial dos perfis sociais dos litigantes (condição jurídica, profissão, cor, gênero, residência), procedimento metodológico consagrado pela historiografia social, tal como praticado por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974) em sua análise da condição do "homem livre" na ordem escravocrata. Esta abordagem permitirá mapear padrões e hierarquias no perfil dos que recorriam às instituições. Paralelamente, um estudo comparativo de casos emblemáticos, distribuídos por décadas-chave do período imperial (e.g., 1830s, 1860s, 1880s), será conduzido com o intuito de investigar eventuais rupturas e continuidades nas práticas judiciais e nas estratégias de litígios, à luz das transformações políticas nacionais e locais, como a consolidação do Estado imperial (MATTOS, 2004) e as crises do sistema escravista (CHALHOUB, 2012). Por fim, a contextualização dos achados será ampliada pelo cotejamento com os debates veiculados na imprensa pernambucana oitocentista. Essa articulação entre a microanálise e a esfera pública, na linha dos estudos sobre a cultura política

imperial e a imprensa como espaço de opinião realizados por BASILE (2022), GLADYS (2008), OLIVEIRA (2011), MOREL (2005), busca situar as disputas judiciais específicas no interior de um horizonte mais amplo de significados e conflitos ideológicos, examinando como as noções de justiça, direito e cidadania eram publicamente negociadas e ressignificadas.

Esta triangulação metodológica, ao articular a singularidade do caso com a estrutura social, visa superar dicotomias entre agência e estrutura, produzindo uma narrativa histórica robusta sobre a administração da justiça e as experiências de cidadania no Pernambuco imperial.

VII. Contribuições Científicas e Técnicas Esperadas:

O primeiro ponto a ser abordado diz respeito ao aspecto historiográfico do tema, buscando preencher parte da lacuna existente sobre a administração da justiça e a cidadania no Pernambuco imperial. Pretende-se evidenciar o protagonismo e o empoderamento das classes ditas subalternas diante dos espaços de poder e dominação vigentes à época. A historiografia sobre o Brasil Imperial, embora vasta, frequentemente centraliza suas análises nos estudos das elites dominantes e, em especial, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais, deixando em segundo plano as dinâmicas populares e regionais. Especificamente, a administração da justiça em Pernambuco no século XIX carece de investigações aprofundadas que articulem o funcionamento do Poder Judiciário com as práticas de cidadania, especialmente por parte dos grupos sociais menos favorecidos. Este projeto se propõe a preencher essa lacuna significativa, investigando como a população pernambucana – incluindo elites, homens livres pobres, libertos e escravizados – interagia com as instâncias judiciais. A pesquisa contribuirá para uma compreensão mais nuançada do Estado imperial em sua periferia, demonstrando como as disputas locais pelo acesso à justiça conformavam experiências específicas de cidadania, distantes dos grandes marcos legislativos nacionais, mas fundamentais para a vida social e política da província.

Quanto à inovação metodológica, pretende-se integrar análise de redes, prosopografia e microanálise no estudo da justiça imperial. Assim, a proposta avança metodologicamente ao integrar três abordagens complementares. A prosopografia (estudo coletivo de biografias) será aplicada para mapear principalmente o perfil social daqueles que recorriam à justiça, mas também a formação e trajetória dos agentes judiciais em Pernambuco, identificando padrões de recrutamento e carreira. A análise de redes permitirá visualizar e compreender as relações de poder, influência e clientelismo entre esses atores, as partes envolvidas nos processos e a elite política local, indo além das estruturas formais do judiciário. Por fim, a microanálise de casos judiciais emblemáticos oferecerá a espessura narrativa necessária para iluminar as estratégias, conflitos e negociações

cotidianas que caracterizavam o "fazer justiça". Esta triangulação metodológica permitirá uma visão multidimensional, conectando as estruturas macrosociais às agências individuais e coletivas.

Tem-se em mente também trazer uma contribuição teórica sobre o tema, ao propormos complexificar a compreensão sobre cidadania e representatividade em contextos não-democráticos. Teoricamente, o projeto dialoga com os debates sobre a cidadania em regimes não democráticos, como o Imperial brasileiro, marcado pelo voto censitário e pela escravidão. Ao focar no acesso à justiça como uma via de exercício da cidadania, a pesquisa complexifica a noção de representatividade política, demonstrando que o Judiciário podia funcionar como uma arena alternativa de disputa e reconhecimento de direitos, mesmo para indivíduos formalmente excluídos do sistema político-eleitoral. A investigação contribui para deslocar o foco da cidadania como um status meramente definido pela lei para entendê-la como uma prática social construída nas relações cotidianas com as instituições do Estado. Isso permite repensar o próprio conceito de "cidadania regulada" no Império, mostrando suas fissuras, ambiguidades e possibilidades de agência por parte dos grupos subalternos.

Outro elemento importante do projeto diz respeito à preservação documental e a criação de um banco de dados com os documentos coletados, contribuindo para a construção de uma base de pesquisa para posteridade (SAMARA, 2010). Como tal contribuição técnica, o projeto tem um compromisso intrínseco com a pesquisa histórica acadêmica e a divulgação e a valorização de acervos históricos pernambucanos, notadamente os do IAHGP, de arquivos judiciários regionais e da imprensa pernambucana oitocentista. A pesquisa realizará um levantamento sistemático e crítico de fontes primárias, muitas delas ainda pouco exploradas, como processos-crime, inventários, ações cíveis e correspondências oficiais. A expectativa é que a divulgação dos resultados – através de artigos, capítulos e um futuro livro – não apenas cite, mas efetivamente dê visibilidade a esses fundos documentais, incentivando novas pesquisas. Ademais, a possibilidade de organizar e disponibilizar bancos de dados prosopográficos ou de casos judiciais constitui uma contribuição duradoura para a comunidade de historiadores.

Também pretendemos uma ação mais prática da reflexão, propondo uma base para Políticas Públicas ao oferecer insights históricos para debates contemporâneos sobre acesso à justiça. Ou seja, por fim, mas não menos importante, a pesquisa busca estabelecer um diálogo produtivo entre a História e o presente. Ao investigar os obstáculos históricos ao acesso à justiça no século XIX – como a distância geográfica dos fóruns, os custos informais, o analfabetismo e as hierarquias sociais –, o projeto oferece uma perspectiva de longa duração para os desafios contemporâneos na área. A compreensão das raízes históricas da desconfiança nas instituições judiciais ou da seletividade do sistema pode informar debates atuais sobre reformas do Judiciário, democratização dos serviços jurídicos e políticas de extensão da cidadania. Dessa forma, o conhecimento histórico produzido

transcende o âmbito acadêmico e se coloca como uma ferramenta crítica para gestores públicos, operadores do direito e sociedade civil refletirem sobre a construção de um sistema de justiça mais equânime.

VIII. Cronograma de Atividades (24 meses):

ATIVIDADE	MÊS 1-6	MÊS 7-12	MÊS 13-18	MÊS 19-24	RESPONSÁVEL
Revisão Bibliográfica	X		X		Pesquisador
Levantamento nos Acervos	X	X	X		Pesquisador
Organização Banco de Dados		X	X		Pesquisador
Análise dos dados coletados		X	X	X	Pesquisador
Redação de Resultados		X	X	X	Pesquisador
Orientação e Ajustes	X	X	X	X	Pesquisador/Orientador

IX. Referências Bibliográficas:

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. História Política e Biografia: reflexões sobre a escrita da história do Brasil oitocentista. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 274-296, maio/ago. 2020.

ABREU, Martha. **O Império do Divino**. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do Poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

ARAÚJO, Dilton liveira de. **O Tutu da Bahia**: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850. Salvador: EDUFBA, 2009.

BASILE, Marcello. **A politização nas ruas**: projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências. Brasília: Senado Federal, 2022.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo Constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: FAPESP; Recife, PE: UFPE, 2006.

CABRAL, Flavio José Gomes. **Conversas reservadas**: "vozes públicas", conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sobras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. et al. **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 286-302.

CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira de (orgs.). **Perspectiva da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, v. 1, p. 61-64, 1976.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

COSTA, Carlos. **A revista no Brasil do século XIX**: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade dos brasileiros. São Paulo: Alameda, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª ed. Ver. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidade sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cêzar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

ELIAS, Norbert; SCORTSON John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FELDMAN, Ariel. **O império das carapuças**. Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842). 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2006.

FERNANDES, Renata Silva. **Um governo por conselhos: as províncias e o Império do Brasil** (minas Gerais, 1822-1834) Curitiba: Appris, 2021.

FLORY, Thomas. **El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial, 1808-1871**. Control social y estabilidad politica en el nuevo Estado. México: Fundo de Cultura econômica, 1986.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)**. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974.

FREITAS, Marcos Cézar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 57-72.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: _____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 249-279.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____.; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169-178.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal** (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **História Social de Elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político - Portugal, séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. **Guiando a mão invisível: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português**. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1967.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEME, Marisa Säenz. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 59-80.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 135-163.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Fundações do pensamento político brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ABREU, Martha; TERRA, Paulo Cruz (Orgs.). **Os poderes municipais e a cidade: Império e República**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)**. São Paulo: Annablume, 2008.

MALERBA, Jurandir. **Os brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. 2ª ed. Teresina: Cancioneiro, 2022.

MALFATTI, Selvino Antônio. **Raízes do Liberalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Palotti, 1985.

MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**, Ed. Hucitec, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme (coord.). **Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro**, volume I, século XVI a 1850. Coleção juristas brasileiros. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MOTTA, Kátia Sausen da. **Eleições no Brasil do oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)**. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Política, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Saindo das sobras: homens livres no declínio do escravismo**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Sociedade Movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1850**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MUGGE, Miquéias H. **Pontos a Contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – Século XIX)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. **A política eleitoral e judiciária na construção do Estado Imperial**. Minas Gerais. (Mariana, 1828-1848). 2015. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos Partidos Brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, lideranças e prática política, 1831-1888. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 10, pp. 54-63, nov. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11722>. Acesso em 04/04/2018.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Orgs.). **Dimensões políticas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

NICOLAZZI, Fernando. Sobre a “virada metodológica” na historiografia: a propósito da prosopografia e da biografia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 25, p. 223-235, ago. 2017.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Construtores do Império, defensores da província**: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834. 2014. 416 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Poder Local e palavra impressa**: São Paulo, 1824-1834. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (Orgs.). **Exercícios de Micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PAIN, Antônio. **História do Liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

PEIXOTO, Antônio Carlos. et al. **O liberalismo no Brasil imperial**: Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro, Revan: UERJ, 2013.

PEREIRA, Luisa Rauter. **O povo na história do Brasil**: linguagem e historicidade no debate político (1750-1870). São Paulo: Paco, 2016.

PEREIRA, Vantuil. **Ao Soberano Congresso**: direitos do cidadão na formação do Estado imperial brasileiro (1822-1831). São Paulo: Alameda, 2010.

PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das desigualdades**. Os impasses da cidadania no Brasil 1870/1902. Rio de Janeiro: Revan, Faperj, 2005.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala**: experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). **Brasileiros e cidadãos**: modernidade política, 1822-1930. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (Orgs.). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi; FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura (Orgs.). **Diálogos entre Direito e História**: cidadania e justiça. Niterói: EdUFF, 2009.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda as “ideias fora do lugar”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, p. 59-69, 2008.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. **Micro-história italiana**: modo de uso. Londrina: Eduel, 2012.

ROSANVALLION, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola. Silveira Truzzi. **História & documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARCZ, Roberto. **Ao vencedor as Batatas**. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 4ª Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, pp. 13-28.

SILVA, Carlos Henrique Antunes da. **O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro no período entre 1833 e 1850**. Curitiba: Appris, 2023.

SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SILVA, Mozart Linhares da. **O império dos bacharéis**: o pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação no Brasil. Curitiba: Juruá, 2003a.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo**: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG: Fapeming, 2009.

SLEMIAN, Andrea. **Sob o império das leis**: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil. São Paulo: Hucitec Fapesp, 2009.

SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. **O Nascimento Político do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A.

SOUZA, Juliana Souza. Dos usos da lei por trabalhadores e pequenos comerciantes na Corte imperial (1870-1880). In: AZEVEDO, Elciene. et al. **Trabalhadores na cidade**: cotidiano e cultura

no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, pp. 189-220.

SOUZA, Juliana Teixeira. **A Câmara e o Governo da Cidade**: poder local, cidadania e polícia dos mercados na Corte Imperial. Natal: Edufrn, 2018.

SOUZA, Williams Andrade de. **A câmara e o (des)governo municipal**: administração e civilidade no Brasil Imperial (Recife, 1829-1849). Jundiaí [SP]: Paco, 2021.

SOUZA, Williams Andrade de. **O império das (nas?) municipalidades**: as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849). Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2019.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista social e política**, Curitiba, v. 19, n. 39, pp. 115-137, junho, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte**: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

VASQUES, Lucas Flôres. O “lugar” do liberalismo no Brasil do século XIX. Rev. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, e021010, jan./dez. 2021. e-ISSN 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15186>

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As sedução da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Os comos do nome: desencontros e encontros entre microanálise e estudos de nominação. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Uma história em escalas**. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 181-214.